

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DONES CLÁUDIO JANZ JÚNIOR

A EUGENIA NAS PÁGINAS DA REVISTA MÉDICA DO PARANÁ, 1931-1940

CURITIBA
2012

DONES CLÁUDIO JANZ JÚNIOR

A EUGENIA NAS PÁGINAS DA REVISTA MÉDICA DO PARANÁ, 1931-1940

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadores: Dr. Renato Lopes Leite
Dr. José Augusto Leandro

CURITIBA
2012

Catálogo na Publicação
Aline Brugnari Juvenêncio – CRB 9ª/1504
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Janz Júnior, Dones Cláudio
A eugenia nas páginas da Revista Médica do Paraná,
1931-1940 / Dones Cláudio Janz Júnior. – Curitiba, 2012.
161 f.

Orientador: Prof. Dr. Renato Lopes Leite
Co-orientador: Prof. Dr. José Augusto Leandro
Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências
Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Eugenia. 2. Higiene. 3. Genética. 4. Etnologia. I. Título.

CDD 900



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.
E-mail: cpghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **Dones Janz Jr**, intitulada: **A Eugenia nas páginas da Revista Médica do Paraná, 1931-1940**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em História**.

Curitiba, vinte e um de agosto de dois mil e doze.

Prof. Dr. José Roberto Braga Portella (Presidente)
Presidente da Banca Examinadora

Prof. Dr. José Augusto Leandro (UEPG)
1º Examinador

Profa Dra Liane M. Bertucci (UFPR)
2º Examinador

Aos meus pais, Nilcéia e Dones, pelo amor incondicional e pelo suporte que sempre me deram.

Aos meus irmãos, Felipe e Luana, figuras centrais da minha vida.

Ao meu amor incondicional, imensurável e eterno, Rubia Janz, minha maior fonte de inspiração, companheira de todos os momentos e notável historiadora.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente ao meu orientador, professor Dr. Renato Lopes Leite (UFPR) pela oportunidade de desenvolver minha pesquisa sob sua supervisão, pelas correções, sugestões e pela atenção dispensada.

Ao professor Dr. José Augusto Leandro (UEPG), amigo prestativo e professor brilhante, pela imensa contribuição em minha formação acadêmica, pela palavra motivadora nos momentos de insegurança e pelas intermináveis correções e sugestões em meu trabalho.

Às professoras Dra. Liane Bertucci e Dra. Ana Paula Vosne Martins pelas contribuições valiosas em minha banca de qualificação.

Aos professores Carlos Eduardo Vieira, Dennison de Oliveira, Euclides Marchi e Marcella Lopes Guimarães, pelas disciplinas ministradas e conhecimento repassado.

Aos colegas de mestrado Rodrigo Araújo, Clarissa Miléo, Daiane Machado, Adriane Piovezan, Néli Teleginski e Caroline Barach pelas leituras, sugestões e momentos compartilhados.

Aos meus pais, Dones Janz e Nilcéia de Lara Janz, pelo incansável incentivo aos estudos.

Ao meu irmão Felipe de Lara Janz, pelos inúmeros momentos em que conversamos e dividimos sorrisos, admiração e conhecimento. Por sua postura de irmão e excelente profissional que me servem de motivação e exemplo.

À Rubia Caroline Janz, minha amada companheira, pelas leituras e sugestões sobre o texto. Também pela paciência, lealdade e amor ofertados incondicionalmente durante o desenvolvimento da pesquisa.

A CAPES e ao CNPq pelo apoio financeiro. Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, pela atenção concedida.

Todos os aqui citados devem considerar-se co-autores do presente trabalho.

Uma palavra, para resumir, domina e ilumina nossos estudos: "compreender". Não digamos que o historiador é alheio às paixões; ao menos, ele tem esta. Palavra, não dissimulemos, carregada de dificuldades, mas também de esperanças. Palavra, sobretudo, carregada de benevolência. Até na ação, julgamos um pouco demais. É cômodo gritar "à força!" Jamais compreendemos o bastante. Quem difere de nós — estrangeiro, adversário político — passa, quase necessariamente, por mau. Inclusive, para travar as inevitáveis lutas, um pouco mais de compreensão das almas seria necessário; com mais razão ainda para evitá-las, enquanto ainda há tempo. A história, com a condição de ela própria renunciar a seus falsos ares de arcanjo, deve nos ajudar a curar esse defeito. Ela é uma vasta experiência de variedades humanas, um longo encontro dos homens. A vida, como a ciência, tem tudo a ganhar se esse encontro for fraternal.

Marc Bloch

RESUMO

A eugenia foi um movimento que se fortaleceu nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, estando presente nos círculos científicos de todo o mundo. Baseada nas então novas descobertas da ciência e usada como instrumento para se atingir o objetivo da “raça pura”, foi tratada pelos historiadores por muito tempo como movimento homogêneo, centrado na Europa e Estados Unidos. Mais recentemente, porém, em meio ao crescente interesse pela genética, novas abordagens e estudos sobre o tema têm sido feitos, demonstrando a importância e as particularidades da eugenia em países como o Brasil. A proposta desse trabalho foi fazer um levantamento de como esse movimento foi absorvido no país, mais especificamente nos círculos científicos paranaenses, onde influenciou o conteúdo de uma das principais publicações médicas do estado, a *Revista Médica do Paraná*. O trabalho foi realizado através da análise das representações referentes à eugenia e suas ramificações presentes na publicação, no período entre 1931 e 1940. Dessa maneira, procurou-se demonstrar que a eugenia possuiu relevante papel nos debates sobre a sociedade paranaense, apresentando um caráter diversificado de uso entre os médicos do estado.

Palavras-chave: Eugenia, Higiene, Médicos, Revista Médica do Paraná.

ABSTRACT

Eugenics was a movement that strengthened over the last decades of the nineteenth and early twentieth century and was present in scientific circles around the world. Based on the new scientific discoveries and used as an instrument to achieve the goal of a "pure race", it was treated by historians as a homogeneous movement centered in both Europe and the United States. More recently, however, in the midst of a growing interest in genetics, new approaches and studies on the subject have been made which have demonstrated the importance and the characteristics of eugenics in countries like Brazil. The purpose of this study was to explore how this movement was assimilated in to the country, specifically in the scientific circles of Parana, where the eugenic ideas influenced the content of one of the leading medical journals of the state, the *Medical Journal of Parana*. This study was performed by an analysis of the references to eugenics and its ramifications in the publications of the period between 1931 and 1940. We sought to demonstrate that eugenics had a significant role in the debates of the Paraná society and we present a diversified pattern of use between doctors in the state.

Key words: Eugenics, Hygiene, Medical, Medical Journal of Parana.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 EUGENIA: RAÍZES HISTÓRICAS E HISTORIOGRAFIA	24
1.1 CONSTRUINDO A FÓRMULA DA SUPERIORIDADE.....	27
1.1.2 Um princípio pautado na diferença: o nascimento da eugenia.....	30
1.2 “MEU BRASIL BRASILEIRO, MEU MULATO INZONEIRO”: O CONTEXTO BRASILEIRO E A EUGENIA.....	41
1.2.1 “O resultado da mistura é sempre um dano” - o caráter racial como instrumento de análise social para o Brasil.....	50
2 O PARANÁ E A EUGENIA: O PAPEL DO MÉDICO MILTON DE MACEDO MUNHOZ	65
2.1 O CONTEXTO PARANAENSE E A EUGENIA.....	65
2.1.1 A salvação pela dupla “higiene-eugenia”	74
2.2 MILTON DE MACEDO MUNHOZ: UM HIGIENISTA POR EXCELÊNCIA.....	86
2.2.1 As teses para o concurso à cátedra de Higiene: eugenia negativa e higiene mental	90
2.2.2 Os trabalhos publicados na <i>RMP</i>	99
3 A REPRESENTAÇÃO DA EUGENIA NAS PÁGINAS DA <i>RMP</i>	104
3.1 A REVISTA MÉDICA DO PARANÁ	104
3.1.1 <i>Antes poucos e bons, a muitos sem valor</i> – a eugenia como possibilidade de se alcançar a raça pura.....	113
3.1.2 <i>A Puericultura</i> – ou o “cultivo de homens” em busca do aprimoramento da espécie humana.....	122
3.1.3 <i>Filho de peixe, peixinho é</i> : os soldados da higiene e o exame pré-nupcial contra a degeneração racial.....	128
3.1.4 <i>Eugenia à brasileira</i> – o papel do higienismo-sanitarismo na eugenia paranaense.....	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
FONTES	152
REFERÊNCIAS	153

INTRODUÇÃO

1.

Atualmente, em meio à revolução da genética ocorrida nas últimas décadas¹, declarações de renomados homens da ciência trouxeram à tona preocupantes questões relacionadas a um passado no qual as diferenças físicas entre os homens serviam de referência para cindir a humanidade entre raças “superiores e inferiores”.

Um exemplo desse tipo de manifestação foi a polêmica declaração feita em 2008 pelo renomado cientista James Watson, ganhador do Nobel de Medicina de 1962:

Todas as nossas políticas sociais são baseadas no fato de que a inteligência deles [dos negros] é igual à nossa, apesar de todos os testes dizerem que não. Pessoas que já lidaram com empregados negros não acreditam que isso [a igualdade de inteligência] seja verdade.²

Segundo a declaração, Watson afirmou que os negros africanos não possuem a mesma capacidade mental dos brancos, devido a uma herança biológica. Ao apresentar uma postura extremamente racista, o cientista reviveu uma discussão sobre inferioridade racial que, por vezes, parece silenciada, mas que, na verdade, retorna frequentemente embalada em novos discursos.

Portanto, o que parece pertencer a um passado distante - o tema “eugenia” - continua vivo e refletir sobre ele é de grande interesse para a sociedade, já que possibilita o melhor entendimento das raízes que fomentam várias discussões sobre ética, disputas de poder e racismo no contexto social presente.

¹ Refiro-me às várias possibilidades dadas a ciência a partir da década de 1950, quando Watson e Crick descobriram a estrutura do DNA (ácido desoxirribonucléico). Graças aos progressos alcançados pela engenharia genética, desde então, foram alcançados importantes feitos, como a clonagem de seres vivos e a decodificação do genoma humano, ambos baseados na manipulação das características genéticas.

² Para saber mais sobre essa polêmica declaração do respeitado cientista, acessar: www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u337682.shtml

O termo eugenia (do grego *eugen-s*, que significa “bem nascido”) foi cunhado pelo cientista britânico Francis Galton, em 1883. Ele representaria as possíveis aplicações sociais das recentes descobertas científicas sobre a hereditariedade do período, na busca por uma reprodução melhorada. Baseada na hierarquização racial, a eugenia se fortaleceu entre o fim do século XIX e início do XX, estando presente em círculos científicos de diversas partes do mundo. Foi usada, entre outras questões, como uma prática travestida de ciência para se atingir o objetivo da “raça pura”,³ mobilizando seguidores em diferentes contextos socioculturais, sobretudo na sociedade ocidental.

No Brasil, as discussões sobre eugenia fortaleceram-se entre as décadas de 1910 e 1930, como resultado da preocupação dos cientistas com a situação racial do país, as condições de saúde da população e o consequente “atraso” social brasileiro. O renomado farmacêutico e médico Renato Kehl,⁴ um dos principais defensores da eugenia no Brasil, iniciou a disseminação das suas ideias em meios intelectuais e científicos de São Paulo e Rio de Janeiro a partir de 1917.⁵

Mas não foi apenas nos dois principais centros do país que a eugenia esteve na pauta das discussões científicas nacionais. O tema esteve presente em diversas localidades brasileiras, e no sul do país, Curitiba foi um dos palcos onde o assunto foi debatido.

Na década de 1930, mais precisamente em 1931, foi lançado na cidade o primeiro número da *Revista Médica do Paraná (RMP)*, uma publicação organizada e editada pela Associação dos Médicos do Estado. Direcionada aos profissionais da área, a revista tinha como conteúdo diversos artigos relacionados às questões técnicas da profissão médica. Mas, as discussões sobre a eugenia também estavam

³ STEPAN, N. **A hora da eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 9.

⁴ Para Diwan (2007), apesar de Renato Kehl não ser o único eugenista brasileiro, sem dúvida foi ele quem melhor planificou e expressou os desejos e anseios de todos os eugenistas em nosso país. Para saber mais sobre a trajetória científica de Kehl, ler Schwarcz (1993), Stepan (2005) e Diwan (2007).

⁵ Acreditando que a “hora da eugenia” havia chegado, Kehl iniciou uma ampla campanha de divulgação dos pressupostos eugênicos em São Paulo, onde inaugurou a Sociedade Eugênica em 1918, e em seguida na capital federal onde efetuou contatos e estimulou amplamente a propaganda da eugenia. SOUZA, V. S. Em nome da raça: a propaganda eugênica e as ideias de Renato Kehl nos anos 1910 e 1920. **Revista de História Regional**, nº 11(2): 29-70, Inverno, 2006, p. 35-38.

presentes e passavam necessariamente pela discussão do binômio “saúde/doença – sociedade”.

No Paraná, desde o final do século XIX, alguns políticos, médicos e a população instruída em geral se debruçaram sobre um projeto de modernidade para a região⁶ e, como veremos ao decorrer do trabalho, os textos publicados na *RMP* representaram uma das vertentes desse esforço. Aos moldes do que ocorria em outros pontos do país, a construção da sociedade republicana durante o século XX motivou ainda mais a busca pela transformação do estado em um lugar progressista e civilizado aos moldes europeus.

Fator importante para analisarmos essa questão é a permanência do racismo e da crença em teorias degeneracionistas entre alguns brasileiros mesmo após a abolição da escravatura. No Paraná, a parcela da sociedade desprovida de bens e marcada por sua cor constituía-se, ao ver da elite dirigente, como empecilho ao progresso.⁷ A fim de combater esse entrave, esses indivíduos seriam enquadrados num grupo de “inferiores e indesejáveis”, sendo então rotulados como “não morigerados”.

Em Curitiba, afirma Magnus Pereira, os negros e mulatos eram inclusive vetados aos empregos no comércio, pois “[...] o contato direto com a população deveria ser sistematicamente evitado”.⁸ Assim, do final do XIX até as primeiras décadas do XX, o negro

[...] era o símbolo do atraso de uma época a ser esquecida. As vagas no comércio deveriam ficar reservadas às novas personagens que começavam a chegar à cidade e que se coadunavam com a tão desejada modernidade.⁹

Além disso, durante as primeiras décadas do XX, no que diz respeito às condições de saúde da população paranaense, as estatísticas sanitárias do estado¹⁰

⁶ PEREIRA, M. R. M. **Semeando iras rumo ao progresso**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996, p. 85.

⁷ Construído na Europa Moderna, o conceito de progresso vigente na época baseava-se numa visão teleológica e unitária da História. Dessa forma, englobava toda a humanidade em uma escala de aprimoramento em direção ao homem ideal pautando-se numa razão evolutiva na qual o “antes” era menos que o “depois” e que o futuro era um ponto possível de se prever e interpretar.

⁸ PEREIRA, M. R. M. *Op. cit.*, p.86

⁹ *Idem*.

apontavam para um cenário caótico com alto número de epidemias. Essa situação não contribuía para a chegada do tempo de modernidade almejado pelas elites da época.¹¹

Nesse contexto, no qual o racismo era marcante¹² e a degeneração da população estava atrelada às péssimas condições de saúde, se operariam mecanismos de desqualificação de não brancos, pobres e doentes. Tais ações buscavam a adequação da população ao projeto de progresso e regeneração da sociedade por meio da eugenia e esses indivíduos – rotulados num bloco social específico, “as classes baixas” – seriam considerados como um empecilho ao progresso e se tornariam objeto de análise para muitos médicos do estado.

Visando reverter esse quadro de “atraso”, uma parcela dos profissionais de medicina paranaenses adotou, então, “discursos repletos de táticas, nos quais a disciplinarização dos espaços, mediada pela higienização do ambiente e dos membros da sociedade, era considerada fundamental”.¹³

Pregando medidas como o controle dos casamentos, o exame pré-nupcial, a higienização e a educação da população, alguns médicos apontaram ações a fim de melhorar o cidadão paranaense. Segundo LaroCCA, visando esse objetivo, a classe médica se autodelegou o papel de higienizadora da sociedade, utilizando-se das páginas das revistas médicas como locais de divulgação de seus ideais.¹⁴

¹⁰ Em 1940, a tese intitulada *A marcha da mortalidade pelas doenças infecciosas no Município de Curitiba* apresentava as estatísticas sanitárias de três décadas (1905-1939). Nela destaca-se a ocorrência no ano de 1917, de grande epidemia de Febre Tifóide, responsável por 10% dos óbitos ocorridos no ano na capital paranaense. A Gripe, no ano seguinte, contabilizou 26,6% da mortalidade geral do município e a tuberculose se manteve com altos índices de incidência nos 34 anos de investigação (1905-1939), uma verdadeira calamidade pública.

¹¹ LAROCCA, L. M. **Higienizar, Cuidar e Civilizar: O discurso médico para a escola paranaense (1886-1947)**. 252 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009, p.49.

¹² Pertencem as décadas de 1920 e 1930 as principais formulações racistas e autoritárias, expressas na eugenia ou na proposição de que não haveria um sentimento de povo no Brasil, apenas visões parciais e localistas. Embora as ideias racistas não tivessem sido introduzidas no Brasil nessa época, foi a partir desse momento que as discussões raciais ganharam terreno. PEREIRA, V. **Uma "outra" São Paulo da década de 1930**. *História* [online]. 2010, vol.29, n.1, p. 447.

¹³ LAROCCA, L. M. *Op. cit.*, p. 52.

¹⁴ *Ibidem*, p. 14-24.

O médico Milton Munhoz da Rocha, fundador da *RMP* e professor da disciplina de Higiene da Faculdade de Medicina do Paraná (FMP), foi um dos profissionais que assumiu o papel de divulgador das práticas eugenistas. Em seus trabalhos, afirmava que a higiene – entendida por ele como medida de eugenia positiva¹⁵ – era “uma vitória da ciência sobre a barbárie”.¹⁶

Sustentado pela crença de que é importante um levantamento crítico acerca do tema, o presente trabalho tem por objetivo discutir o uso da eugenia por médicos paranaenses e de que forma ela foi representada na *RMP*. O recorte temporal escolhido, a década de 1930, justifica-se por ser um período de debate sobre a eugenia no país, aliado ao momento em que o higienista Milton de Macedo Munhoz ocupou o cargo de editor da *RMP*.

A pesquisa partiu das seguintes questões: a eugenia esteve na pauta de discussões dos médicos paranaenses durante a década de 1930? De que forma ela foi representada? Ela foi vista de forma semelhante ao resto do país ou possui particularidades?

Na busca por entender melhor o momento em que essas discussões ocorreram, foram levantadas características do contexto brasileiro e paranaense e as variadas formas pelas quais a eugenia foi discutida e disseminada por estudiosos e instituições. Com isso, buscamos demonstrar as nuances que caracterizaram o uso da eugenia no país.

A hipótese que se buscou comprovar é a de que a eugenia esteve presente nas discussões sobre saúde pública realizada pelos médicos do estado, sendo proclamada como ferramenta para a formação de um paranaense melhorado. Procurou-se demonstrar que, por meio das representações da eugenia divulgadas na *Revista Médica do Paraná*, alguns médicos buscaram segregar, higienizar e civilizar a população, inserindo o Paraná nos trilhos do progresso almejado na época.

¹⁵ As três modalidades da eugenia descritas na historiografia são as seguintes: A eugenia positiva, que se preocupava em incentivar a reprodução dos adequados, a eugenia negativa, que se preocupava em controlar ou impedir a reprodução dos inadequados e a eugenia preventiva, responsável pelo combate aos venenos raciais.

¹⁶ MUNHOZ, M. M. **A importância da higiene mental**. These de livre escolha para o concurso á cathedra de Higiene da Faculdade de Medicina do Paraná. Curitiba, 1929, p. 15.

Durante a análise das fontes, veremos que diferentes representações da eugenia estiveram presentes na *RMP*. Elas refletem a ambiguidade na utilização feita pelos principais expoentes da eugenia no país. Notaremos que os artigos e discursos médicos presentes na publicação apresentaram variadas interpretações, o que fez com que a eugenia possuísse uma considerável plasticidade em seu uso.

Corroborando com o que escreve a historiadora Nancy Stepan, nesse trabalho a eugenia foi tratada como uma atividade altamente social que não está isolada dos valores da sociedade em que é praticada. Nesse sentido, a pesquisa se identifica com uma abordagem cultural da ciência, encarando-a como produto da cultura e da vida social.

Deixa-se de lado, assim, a preocupação com a dita neutralidade científica e alia-se com a orientação construtivista de Stepan, focando os fatores que cercam seu desenvolvimento e as suas consequências sociais. Nesse sentido, “a ciência é vista como uma força produtiva que gera conhecimento e políticas que conformam o mundo que vivemos”.¹⁷ Dessa forma, espera-se demonstrar como a eugenia no Paraná suscitou interpretações que levaram ao desenvolvimento de discursos médicos com fins sociais.

2.

No que se refere à historiografia, apesar de ter sido prática comum no período compreendido entre as últimas décadas do século XIX e o final da Segunda Guerra Mundial e possuir ligação íntima com vários aspectos da história contemporânea como o nacionalismo, o racismo e a genética, observou-se certo desinteresse dos pesquisadores pela eugenia por algum tempo. Somente a partir dos anos 1980 é que os trabalhos sobre eugenia tornaram-se discussões recorrentes na historiografia internacional, com posterior reflexo nas pesquisas nacionais.

Nesse período, os historiadores avançaram muito no que diz respeito aos estudos sobre a história das ciências. Iniciando nossa análise pelos livros sobre o tema lançados no exterior, destacam-se os trabalhos sobre a recepção da eugenia

¹⁷ STEPAN, N. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 17.

ocorrida na América Latina, escrito pela historiadora norte-americana Nancy Stepan. As duas obras de sua autoria amplamente utilizadas nessa pesquisa foram *Eugenic in Brazil, 1917-1940* (Eugenia no Brasil, 1917-1940), escrita no início da década de 1990, e *The Hour of Eugenics: Race, Gender, and Nation in Latin America* (A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina), de 1996.

A obra de André Pichot, chamada *O Eugenismo*, de 1997, também se constitui referência sobre o tema. Nela são focados os riscos de um retorno à eugenia no presente, com o estabelecimento, sob o selo da terapia genética, de um engodo destinado a assegurar o nascimento de crianças "biologicamente perfeitas".

Soma-se a esses trabalhos a abordagem inovadora de Edwin Black, com sua obra intitulada *A Guerra contra os fracos*, de 2003, na qual o autor afirma a vanguarda dos Estados Unidos na montagem de uma campanha baseada na procriação seletiva e responsável pela construção de um mundo habitado apenas por uma pretensa raça superior. Em seu livro, Black também aponta que as ideias eugenistas surgiram na América do Norte, para então se disseminarem, até chegar ao seu auge de violência e insanidade – o genocídio judeu – arquitetado pelo regime nazista.

Outra obra recente sobre as ideias e práticas eugênicas nos Estados Unidos foi escrita pela historiadora Alexandra Minna, em 2005, denominada *Eugenic Nation* (Nação Eugênica). Nela a autora constrói uma nova interpretação para a história da eugenia norte-americana, que teria sido refutada apenas na década de 1970, ou seja, muito tempo após o que se alega tradicionalmente, apesar da condenação mundial das práticas nazistas.¹⁸

Por fim, temos a coletânea *The Oxford Handbook of the History of Eugenics* (sem tradução no Brasil), editada por Alison Bashford e Philippa Levine. Trata-se de uma extensa coleção de ensaios sobre a utilização da eugenia em diversos países do mundo, dentre os quais o Brasil. Lançada em 2010, conta com a colaboração dos historiadores Nísia Trindade, Gilberto Hochman e Marcos Chor Maio, no ensaio *The path of eugenics in Brazil: dilemmas of miscegenation* (O caminho da eugenia no Brasil: dilemas da miscigenação).

¹⁸ SOUZA, V. S. Em nome da raça: a propaganda eugênica e as idéias de Renato Kehl nos anos 1910 e 1920. **Revista de História Regional**, nº 11(2): 29-70, Inverno, 2006.

Não obstante, cabe agora discutir a produção historiográfica resultante desses novos olhares e possibilidades especificamente no Brasil. Sobretudo nas duas últimas décadas, muitos pesquisadores brasileiros debruçaram-se sobre a história da eugenia no país, abrindo as portas para um conhecimento mais rico e detalhado da forma com que a eugenia aqui aportou, foi assimilada e debatida.

Podem-se destacar, entre os livros, *O espetáculo das raças* (1993), de Lilia Schwarcz e *A Medicalização da Raça* (1994), de Vera Beltrão Marques; no primeiro, a respeitada antropóloga analisa a importância das teorias sociais no Brasil de fins do século XIX, dando ênfase ao manejo das correntes científicas pelos intelectuais que visavam um futuro mais glorioso para a nação. No segundo, a autora – que é farmacêutica e historiadora – problematiza os discursos sobre a eugenia dos médicos higienistas de São Paulo na década de 1920. Procurando demonstrar a eugenia como ferramenta de poder, Marques contribuiu de forma importante para sabermos mais sobre a busca pela raça pura em nosso país.

Outras obras de relevância são a coletânea de Maria Lucia Boarini, *Higiene e raça como projetos* (2003), que reúne trabalhos de pesquisadores brasileiros sobre a eugenia; a obra de André Mota, *Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil* (2003); e o livro *Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo* (2007), de Pietra Diwan, que, além de uma panorama geral sobre o tema, aprofunda a trajetória profissional do eugenista Renato Kehl.

No que diz respeito a artigos científicos, contamos com um número crescente de produções. Feitos sob olhares históricos diversos, eles possuem diferentes modos de estudo sobre o tema e suas interferências na cultura, na política e na sociedade brasileira.

Na busca por elucidar a participação de importantes intelectuais brasileiros que estiveram envolvidos na propagação dos ideais eugenistas, a pesquisadora Margareth Park¹⁹ enfoca um dos principais meios de comunicação da época, o almanaque do Laboratório de Medicamentos Fontoura e demonstra que seu autor, Monteiro Lobato, também empunhou a bandeira médica rumo à civilização.

Analisando o conteúdo dos textos publicados no almanaque, a autora

¹⁹ PARK, M. B. De Jeca Tatu à Zé Brasil: a possível cura da raça brasileira. **Estudos Sociedade e Agricultura**, nº 13, outubro 1999, p. 143-150.

demonstra que a leitura sugere uma realidade causadora de repulsa, com personagens feios e possuidores de vícios, causas da temida degeneração racial. O redentor aparece na figura do médico, detentor do saber científico, que busca por meio da razão espantar e desconstruir o saber do caboclo. Apesar de Lobato ter vindo um dia se desculpar em público, sua criação não se redimiou e permanece no imaginário social. Como afirma Park: “Andou e anda por aí, livremente a mostrar uma marginalidade que se nos apresenta incorporada, consciente ou inconscientemente [...]”.²⁰

Conforme veremos adiante, esses ideais atingiram muitos pensadores da nação, inclusive no Paraná. As ideias eugênicas compartilhadas por muitos pensadores, que no Brasil foram adaptadas e constituíram ideias peculiares, serviriam então de base para a busca da reabilitação da nação.²¹

A influência da eugenia científica no trabalho dos intelectuais brasileiros também é o tema abordado por Marco Stancik,²² ao comparar as perspectivas de Monteiro Lobato (um literato) e Aleixo de Vasconcellos (um cientista). Utilizando-se da teoria de Roger Chartier, de que as teorias científicas adquirem sentido através da diversidade de interpretações que constroem as suas significações, a diferença de apropriação, por um lado, e de que homens de uma mesma época compartilham de problemáticas comuns, do outro, o autor discute o manejo de questões como eugenia, higienismo e racismo pela intelectualidade brasileira.

Stancik conclui seu trabalho demonstrando que Vasconcellos compartilhava da concepção sociológica do Jeca sobre o brasileiro: indolente, incapaz de adaptar-se ao progresso, inapto para o trabalho, assim como a influência neolamarckista presente no pensamento dos dois. A diferença encontra-se no fato de que tais características são associadas não como um mal intransponível como a degradação racial, mas apenas como fruto da corrigível “ignorância”.

²⁰ PARK, M. B. De Jeca Tatu à Zé Brasil: a possível cura da raça brasileira. **Estudos Sociedade e Agricultura**, nº 13, outubro 1999, p. 143-150.

²¹ STEPAN, N. L. “A Eugenia no Brasil – 1917 a 1940”. In: HOCHMAN, G. & ARMUS, D. (Orgs). **Cuidar, Controlar, Curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio: Editora Fiocruz, 2004, p. 352.

²² STANCIK, M. A. Os Jecas do literato e do cientista: movimento eugênico, higienismo e racismo na Primeira República. **Publicatio UEPG Ci. Hum. Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes**. Ponta Grossa, nº 13(1) 45-62, junho 2005.

O trabalho escrito por José Roberto Franco Reis, intitulado *De pequenino é que se torce o pepino: a infância nos programas eugênicos da Liga Brasileira de Higiene Mental* foi publicado em 2000. Como o próprio título aponta, o autor privilegia em sua análise a postura da Liga na questão da problemática infantil no período de 1920 a 1940. Reis procura demonstrar de que forma a psiquiatria tentará colaborar com o saneamento racial do país por meio dos cuidados feitos desde a infância aos homens do futuro.

A preocupação com os efeitos prejudiciais promovidos pela intensa vida das grandes cidades nas pessoas, basicamente sintetizados como “distúrbios mentais”, assim como sua influência no desenvolvimento econômico e social do país eram o foco dos psiquiatras. Ao lado disso, tínhamos o problema da miscigenação racial, que era, na visão desses, um entrave para o progresso. Segundo Reis:

É nesse contexto, pois, que começa a ganhar fôlego no cenário nacional um discurso que apontava o abandono sanitário e educacional do homem brasileiro como os fatores principais de sua pretensa degeneração, estando, portanto, no tratamento da questão, o avanço possível do país.²³

Nesse momento, a eugenia surge como possibilidade científica para a resolução de tais problemas. Os psiquiatras, segundo o autor, “se mostravam fascinados pelas possibilidades reparadoras da eugenia”.²⁴ Direcionando seu olhar às crianças da nação, os médicos buscariam moldá-las como “cera mole”, a fim de criar o homem sadio e trabalhador do futuro, responsável então pelo progresso do país.

Dessa forma, Reis demonstra-nos o papel assumido pelo campo psiquiátrico frente ao temor da época, o atraso e a degeneração da nossa gente. Pautada no cuidado com a infância, a Liga da Higiene Mental foi mais um palco da luta pela salvação eugênica do Brasil e consiste em importante fonte de estudos para entendermos o contexto científico daquele momento da história do país.

²³ REIS, J. R. F. ‘*De pequenino é que se torce o pepino: a infância nos programas eugênicos da Liga Brasileira de Higiene Mental*’. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, VII(1): 135-157, mar.-jun. 2000, p.137.

²⁴ *Ibidem*, p. 140.

Sob outro prisma, a pesquisa de Luzia Castañeda²⁵ trabalha com a relação entre eugenia e casamento retomando o economista inglês Thomas Malthus, que, antes mesmo que a eugenia se estruturasse como um movimento social, já pregava o controle matrimonial com preocupações socioeconômicas bem evidentes. Para Malthus, o casamento deveria ser uma atitude bem pensada, a fim de não comprometer a “civilização”.

Castañeda demonstra que, para as intenções de Galton pela melhoria da sociedade através da eugenia, o controle do casamento tornou-se um dos principais instrumentos. Trazendo o debate para o contexto brasileiro, a autora demonstra que, apesar do caráter específico e das diferentes leituras por parte dos expoentes eugenistas do país, de forma geral eles defendiam o estabelecimento de critérios que conduzissem a uniões desejáveis e reprimissem as indesejáveis. Os argumentos corroboravam com o desejo por um país civilizado, caracterizado pela “ordem e progresso”, que buscava para isso um povo saudável e inteligente.

No final de seu trabalho, Castañeda conclui que o controle da reprodução através da seleção matrimonial pode ter vários propósitos, dentre os quais as motivações políticas, sociais e eugênicas. Utilizando-se de diferentes vertentes teóricas, os eugenistas buscaram justificar algum tipo de controle direto da reprodução humana.

Outro a abordar o tema foi Moacyr Scliar,²⁶ para quem o exame pré-nupcial se transformaria em instrumento de implantação das ideias eugênicas no país. Scliar aponta que a busca por transformar tal proposta em lei constituiu-se em um dos capítulos mais conflituosos e polêmicos da história do movimento eugênico brasileiro. A batalha por tal interesse, apesar de ter terminado em derrota parcial por parte dos eugenistas, pelo fato de que não se conseguiu impor o exame pré-nupcial obrigatório, ajudou na disseminação dos ideais eugênicos.

²⁵ CASTAÑEDA, L. A. Eugenia e casamento. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, vol. 10(3): 901-30, set.-dez. 2003.

²⁶ SCLIAR, M. O exame pré-nupcial: um rito de passagem da Saúde Pública. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 13(3): 527-530, jul-set 1997.

Já o trabalho intitulado *A psicologia racial no Brasil*, de André Masiero,²⁷ demonstra de que forma essas teorias entraram no âmbito das ciências psicológicas e direcionaram conceitos e práticas. Abordando a relação entre o discurso eugênico e a psicologia, o autor faz uma crítica à predeterminação da capacidade mental através da constituição genética que muitos dos intelectuais do início do século XX defendiam. Nesse sentido, o alerta é quanto ao uso da suposta neutralidade científica para a defesa de motivações ideológicas, que muitas vezes pode ser nociva a específicos grupos sociais.

As pesquisadoras Elisabete Kobayashi, Lina Faria e Maria da Costa escreveram um artigo²⁸ no qual são analisadas, a partir de um grande levantamento bibliográfico, as características da relação existente entre o movimento eugenista brasileiro e a Fundação Rockefeller durante a primeira metade do século XX. Iniciando pela história de Galton e passando pela contribuição de outros atores envolvidos no pensamento eugenista, as autoras traçam também o contexto no qual se deu a institucionalização da eugenia no nosso país e a ascensão do médico Renato Kehl como principal figura do movimento.

Nesse momento da nossa história, as primeiras décadas do XX, surgiria a Fundação Rockefeller, que segundo as pesquisadoras, chega aqui “não para exterminar os ‘degenerados’ brasileiros, mas para instaurar programas sanitários que ajudassem na recuperação e na transformação do Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, em ‘Jeca Bravo’”.²⁹ De papel relevante nos investimentos em saúde e higiene no país, assim como na implementação de programas de saúde pública, a Rockefeller é considerada importante financiadora da pesquisa em ciências médicas do país.

Atrelada, em um primeiro momento, ao movimento sanitário, o qual está compreendido entre as décadas de 1910 e 1920, a Rockefeller baseou sua atuação na busca pela regeneração de um povo que se encontrava doente. Em um período

²⁷ MASIERO, A. L. *A Psicologia Racial no Brasil (1918-1929)*. **Estudos de Psicologia**, p. 199-206, 2005.

²⁸ KOBAYASHI, E; FARIA, L.; COSTA, M. C. da. Eugenia e Fundação Rockefeller no Brasil: a saúde como proposta de regeneração nacional. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 22, p. 314-351, jul./dez. 2009.

²⁹ *Idem*.

posterior, manteve contato com alguns dos principais pensadores da eugenia negativa, manifestada em nosso país a partir da década de 1930.

Esse cenário incentivou as autoras a apontarem mais do que uma participação indireta, pois, segundo elas, “a Fundação Rockefeller se viu enredada por uma rede de atores já estabelecida no país, que atuava fortemente tanto no movimento sanitarista, bem como na eugenia”.³⁰ Percorrendo a trajetória da eugenia brasileira, essa pesquisa nos traz um perfil das relações entre os cientistas brasileiros e uma das maiores financiadoras da ciência no mundo, a Fundação Rockefeller, constituindo-se em mais um ponto de vista que nos auxilia a desvendar a história da eugenia brasileira.

Os apontamentos até agora realizados sobre a produção da temática eugenista em estudos históricos certamente não têm a pretensão de analisar a totalidade das obras e dos artigos que se dedicam ao tema, que conta ainda com inúmeras dissertações e teses. Mesmo assim, como se percebe pela exposição dessas diferentes abordagens sobre a eugenia no Brasil, o tema é de elevado interesse, responsável pelo trabalho de pesquisadores de diferentes áreas como Saúde e Ciências Sociais, preocupados em lançar uma luz sobre as características que permearam tal fenômeno do final do século XIX até meados do século XX.

Independentemente do olhar lançado, a eugenia demonstra ser um fenômeno que esteve presente por muito tempo no cotidiano da sociedade. Responsável por influenciar discursos, práticas, textos e posturas de uma importante parcela dos pensadores do nosso continente e do mundo, continua sendo tema de grande interesse e utilidade aos pesquisadores da atualidade. Isso justifica a busca deste trabalho em problematizar as práticas eugenistas no Paraná, evidenciando as formas e usos pelas quais a eugenia se apresentou.

3.

No arco temporal estudado nesta dissertação, a eugenia foi interpretada de diferentes formas e esteve na pauta das discussões sobre o destino da nação.

³⁰ KOBAYASHI, E; FARIA, L.; COSTA, M. C. da. Eugenia e Fundação Rockefeller no Brasil: a saúde como proposta de regeneração nacional. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 22, p. 314-351, jul./dez. 2009.

Importante parcela dos profissionais paranaenses, componentes da “cruzada pela redenção da raça brasileira”, também atuou nos debates sobre a problemática eugenista e divulgou seu posicionamento sobre a questão. A *Revista Médica do Paraná*, depositária de diversos trabalhos sobre o tema, foi, assim, um importante instrumento de análise das representações da eugenia feitas no estado.

Inseridos em contexto específico, os trabalhos definiram o modelo de eugenia que melhor se encaixava às necessidades do momento, o que sugere apropriações de ideias socialmente direcionadas. Logo, buscou-se estudar como a eugenia foi absorvida pelos médicos paranaenses, de que forma foi vista por eles e como foi tratada em suas representações acerca do perfil do paranaense e das condições de vida e saúde no estado.

Para o estudo dessas questões, utilizamos de forma privilegiada na análise do periódico o conceito de representação do historiador Roger Chartier, autor que ressalta os “usos diferenciados e opostos dos mesmos bens, dos mesmos textos e das mesmas idéias”,³¹ numa determinada sociedade. Ancorando-se na teoria do escritor francês, buscou-se apreender de que forma a eugenia foi representada pelos médicos nas páginas da *RMP*.

Tomando a eugenia como bem cultural, propôs-se perceber como as representações da ciência modificam-se em conformidade com a posição, a necessidade e o interesse de quem as utiliza. Para esse fim, partimos do que afirma Chartier sobre a contribuição da história das representações:

Tais representações não são simples imagens, verídicas ou enganosas, de uma realidade que lhes fosse exterior. Elas possuem uma energia própria que convence de que o mundo, ou o passado, é realmente aquilo que dizem que é. Produzidas em suas diferenças pelos distanciamentos que fraturam as sociedades, as representações, por sua vez, as produzem e reproduzem.³²

Buscando confirmar a hipótese de que a eugenia que foi apresentada na *RMP* é um produto do processo de representação, como proposto por Chartier, desenvolveu-se a pesquisa, partindo-se do pressuposto de que os sentidos dos

³¹ CHARTIER, R. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, L. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 233.

³² CHARTIER, R. "Escutar os mortos com os olhos". **Estudos Avançados**, 2010, vol.24, n. 69,

bens culturais não possuem definição estática, mas passam a ganhar significado a partir dos usos a que são submetidos.

Assim, ao assumir diferentes sentidos, a eugenia discutida pelos médicos paranaenses passa a ser entendida não como uma simples reprodução de saberes, mas como um bem cultural que é representado de acordo com as influências recebidas e com as demandas sociais que se apresentam. Nesse sentido, no decorrer do trabalho apontaremos que tanto as interpretações como a divulgação da eugenia feita pelos médicos paranaenses apresentaram características variadas e não seguiam um padrão único.

Afinal, como afirma Chartier, as representações sociais são construídas pelos interesses do grupo que as forjam. Portanto, para cada caso, torna-se necessário relacionar os discursos proferidos com a posição e os objetivos de quem os utiliza. Nas suas palavras, o estudo da apropriação e representação tem por objetivo uma história “social das interpretações remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem”.³³

É em função das discussões acima demonstradas que se embasa o diálogo com Roger Chartier. Ao utilizarmos seus conceitos, buscamos refletir sobre as maneiras com que um grupo e, por consequência em nosso caso, os textos publicados em um periódico médico representaram uma prática específica – a eugenia.

4.

As fontes primárias utilizadas nesta pesquisa foram as teses escritas pelo editor da *RMP*, o médico Milton de Macedo Munhoz, e a própria *Revista Médica do Paraná*, a qual se encontra na seção de documentação paranaense do acervo da Biblioteca Pública do Paraná.

As teses, intituladas *Educação Sexual nas Escolas* e *A Importância da Higiene Mental* constituíram importante fonte de análise por possuírem os primeiros escritos de Munhoz sobre eugenia e higiene. Ambas nos permitiram perceber a

³³ CHARTIER, R. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1998, p. 26.

forma pela qual o médico teve contato com o tema em voga na época, além de demonstrar indícios de sua posição no debate eugênico.

Já a utilização de uma publicação com ampla circulação entre os profissionais de medicina como a *RMP* permitiu o acesso à maneira pela qual as ideias relacionadas ao progresso, à higiene e à civilização se propagaram entre a classe médica paranaense e, por fim, como a ciência eugênica e suas manifestações foram representadas.

Desse modo, a utilização da *Revista Médica do Paraná* proporcionou vasto material referente ao discurso médico do período e, portanto, abriu portas para o levantamento de indícios pertinentes à hipótese levantada. A opção pela publicação paranaense é justificável também por se constituir como uma série temporal coerente, a qual possibilitou um recorte histórico acessível para estudo.

O trabalho conta com três capítulos. No primeiro, de caráter mais explicativo, traçamos um panorama histórico, procurando demonstrar inicialmente o que foi e de que forma a eugenia, como pretensa “ciência”, foi possível. Nossa discussão centra-se especialmente nos pensadores e nas obras que contribuíram para o seu surgimento, passando pelo contexto brasileiro e pela visão de diversos pensadores sociais sobre nossa sociedade.

O capítulo seguinte trata especificamente do contexto social e médico paranaense, no qual a eugenia foi debatida e utilizada entre o fim do século XIX e início do XX, passando pela construção do discurso eugenista local. Além disso, centrando nossa discussão nas teses e trabalhos publicados na *RMP*, por Milton de Macedo Munhoz, percorremos sua trajetória profissional de médico e professor da Faculdade de Medicina do Paraná. Desse modo, privilegiamos a formação acadêmica e a postura assumida frente ao tema pelo fundador da *RMP*, que é personagem central para discutirmos a eugenia paranaense daquele momento.

No capítulo final, analisamos a *Revista Médica do Paraná*, como ela era organizada, suas especificidades, por quem era editada e seus temas de interesse. Além disso, realizamos uma análise aprofundada dos trabalhos referentes à eugenia, escritos pelos médicos paranaenses e publicados na *RMP*. Nesse sentido, buscamos relacionar as representações da eugenia apresentadas com as teorias e noções “científicas” que as geraram. Esse capítulo demonstra o papel da eugenia no

debate científico da época e a forma pela qual foi representada pelos médicos paranaenses.

1 EUGENIA: RAÍZES HISTÓRICAS E HISTORIOGRAFIA

Curitiba, abril de 1932 (grifos nossos):

Convidados pela “Rádio Clube Paranaense” para inaugurarmos uma série de preleções destinadas a difundir **conhecimentos de higiene, indispensáveis à boa saúde e a resistência física**, ficamos perplexos quanto a escolha, dentro desse setor, do **assunto que mais poderia interessar e beneficiar a sociedade**. Não nos podendo furtar a convite tão honroso, e de alcance filantrópico tão nobre, aceitamos e pedindo que designassem o tema sobre o qual devíamos discorrer, responderam-nos: **“O VALOR DA EUGENIA ou DO AR PURO COMO FATOR HIGIÊNICO”**.

Sendo a eugenia a ciência que trata do aperfeiçoamento moral e físico da espécie humana – eugenizar é educar, instruir, fortificar e sanear. Ora, o ar puro sendo um elemento indispensável à salubridade pública e à robustez do indivíduo não pode deixar de ser fator eugênico de primeira ordem e o é incontestavelmente.³⁴

A partir do século XX, a utilização da dupla “higiene-eugenia” como promotora da saúde no Brasil possuiu caráter privilegiado. O novo panorama urbano dos grandes centros brasileiros, marcado no início de século pelo rápido crescimento e aumento populacional marcante,³⁵ criou uma demanda por soluções de caráter eugênico que permitissem um novo encaminhamento para as questões urbanas e sociais.

Inseridos nesse contexto, profissionais de diversas áreas se engajaram ao novo modelo de promoção de saúde do país. O Paraná não ficou imune a esse processo, sendo que a crescente urbanização e o rápido aumento populacional ocorridos em Curitiba no início do século³⁶ modificaram o cenário urbano, de forma que se fazia necessária a divulgação de novos conhecimentos referentes à eugenia

³⁴ **Revista Médica do Paraná**. Anno I, n. 5, abril 1932, p. 201. O texto é uma transcrição da palestra originalmente proferida pelo médico João Cândido na Rádio Clube Paranaense em 22 de abril de 1932.

³⁵ A população de São Paulo, por exemplo, pulou de apenas 129.409 habitantes em 1893 para 240 mil em 1900 – um aumento de quase 100 % em sete anos. Um pouco mais acima, na direção nordeste, a capital federal, o Rio de Janeiro, era nessa época uma cidade de quase 800 mil habitantes. Embora ambas as cidades tivessem passado por extensa remodelação “civilizadora”, [...] as endemias seguiam sem tratamento, as taxas de mortalidade eram altas e o padrão geral de habitação e saneamento dos pobres era inacreditavelmente ruim. STEPAN, Nancy Leys. “A Eugenia no Brasil – 1917 a 1940”. In: HOCHMAN, G. & ARMUS, D. (orgs). **Cuidar, Controlar, Curar**: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio: Editora Fiocruz, 2004, p. 336.

³⁶ WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. 2 ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010, p. 91.

e higiene, a fim de auxiliar a população no combate à disseminação de doenças e de colaborar na sua educação com o intuito final de aperfeiçoar o povo paranaense.

Nesse contexto, os médicos entraram em evidência, ficando notória a disseminação de um discurso construído com elementos que combinavam eugenia e higiene, cujo objetivo era a melhoria da sociedade. Pode-se dizer que a classe médica autodelegou-se o papel de higienizadora da população, utilizando-se de diversos meios para a divulgação de seus ideais.³⁷ A adoção de práticas que atingissem um público maior passou a ser comum e a utilização do rádio e das páginas das revistas médicas como instrumento para esse fim, como no trecho acima destacado, tornaram-se usuais.

Assumindo esse papel, o médico João Cândido Ferreira, autor do texto citado inicialmente, mostrava-se orgulhoso com a possibilidade de disseminar seus conhecimentos ao público, colocando a eugenia como tema preponderante para o benefício da sociedade naquele momento. Suas palavras também permitem perceber a influência da eugenia no discurso médico paranaense, tida nesse contexto como a ciência que oportunizaria o aperfeiçoamento da sociedade.

Mas, talvez, o fator mais importante desse relato é a definição de eugenia feita por João Cândido. Nas suas palavras, “eugenizar é educar, instruir, fortificar, sanear”, o que consiste em um paradoxo frente ao significado original do termo, uma vez que, na sua gênese, referia-se a características hereditárias imunes a “alterações provocadas por influências externas”.³⁸ Mas, por que essa diferença em relação ao programa eugenista inicial, que privilegiava o controle direto da reprodução humana, seja por meio de casamentos criteriosos durante gerações consecutivas, como pregava seu pai, Francis Galton, seja por métodos mais violentos como nos casos de utilização da eugenia negativa norte-americana, baseada, sobretudo, na esterilização compulsória?³⁹

³⁷ LAROCCA, L. M. **Higienizar, Cuidar e Civilizar**: O discurso médico para a escola paranaense (1886-1947). 252 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

³⁸ STEPAN, N. L. **A hora da eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005, p. 32.

³⁹ BLACK, E. **A guerra contra os fracos**. São Paulo: A Girafa Editora, 2003.

Primeiramente, deve-se levar em conta que a eugenia científica se constituiu, inicialmente, em um fenômeno baseado na hierarquização das raças humanas, tendo como objetivo principal a melhoria racial por meio da eliminação dos chamados inferiores e degenerados.⁴⁰ Sua origem está localizada na Europa, na metade final do século XIX, de onde se espalhou e influenciou os pensadores sociais de todo o mundo.⁴¹

Contudo, a eugenia se revestiu de identidade própria nos locais onde foi utilizada e debatida. Respalhada por importantes nomes na Europa e EUA, a eugenia científica logo encontrou espaço nas reformas científicas da América Latina, e também no Brasil, e especificamente no Paraná, contou com simpatizantes e adversários, e angariou características próprias, o que diferencia o uso que dela foi feito em cada situação, pois, como salienta a historiadora da ciência Nancy Stepan,

As ideias, mesmo as científicas, são sempre reconfiguradas seletivamente quando cruzam as fronteiras culturais, e o resultado é uma ciência sutilmente conformada pelas tradições locais – culturais, políticas e científicas. Assim, em lugares como a América Latina, temos de estudar a eugenia, não como pálido reflexo da eugenia de outras partes do mundo, algo talvez “mal entendido” ou “mal interpretado”, mas como algo enraizado na experiência cultural e na história da própria região.⁴²

Dessa forma, a abordagem feita por João Cândido Ferreira permite-nos afirmar que a eugenia era conhecida e utilizada pelos médicos paranaenses. Também nos proporciona debater sobre a forma pela qual ela foi representada como instrumento de saúde pública e de melhoramento físico e moral da população do estado.

Ao distanciar-se do conceito original, para muitos médicos, a eugenia que propugnavam tornava-se distinta da praticada nos EUA e Europa, já bastante criticada nessa época. Recebendo diversos modificadores em seu nome, ela foi rebatizada de “eugenia preventiva”, “higiene eugênica”, entre outras nomenclaturas, mas devemos ressaltar que “independente do nome, era uma eugenia que ligava um

⁴⁰ BLACK, E. **A guerra contra os fracos**. São Paulo: A Girafa Editora, 2003.

⁴¹ DIWAN, P. **Raça Pura**: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007.

⁴² STEPAN, N. L. **A hora da eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005, p. 40.

ambiente sanitário à saúde racial”.⁴³ A busca por saber como a eugenia foi representada pelos mesmos médicos através da análise dos trabalhos publicados na *Revista Médica do Paraná* constitui a força motriz desta pesquisa.

Contudo, antes de nos debruçarmos no estudo específico sobre a presença da eugenia nas páginas dos periódicos médicos do Paraná, façamos um relato histórico para demonstrar, inicialmente, de que modo a eugenia como ciência foi possível. Pautando nossa discussão especialmente nos pensadores e obras que contribuíram para o seu surgimento, buscaremos apresentar as ideias que a originaram, a fim de melhor evidenciar as características desse movimento científico-social no Brasil.

1.1 CONSTRUINDO A FÓRMULA DA SUPERIORIDADE

Quando os naturalistas puderem tomar como certa a mutação das espécies, que campo magnífico há de se abrir – sobre todas as leis da variação – sobre a genealogia de todos os seres vivos [...].
Charles Darwin, 1858⁴⁴

O preconceito pautado na diferença física entre os indivíduos e o ódio grupal são fenômenos sociais que estiveram presentes em praticamente todas as culturas durante a história da humanidade. No entanto, seria essencialmente a partir do século XIX que a crença em diferenças inatas existentes entre os homens receberia a chancela do pensamento científico, racionalizando, dessa maneira, inúmeras ações controladoras sobre os homens considerados indesejados, degenerados ou inúteis.

Pode-se afirmar que, nesse momento histórico do ocidente, houve uma reorientação por parte dos pensadores que, a partir desse momento, passaram a hierarquizar a sociedade, num contraponto à visão igualitária preponderante do

⁴³ STEPAN, N. L. **A hora da eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005, p. 92.

⁴⁴ DARWIN, C. BURCHARDT, F. **As cartas de Charles Darwin**. Uma seleta, 1825-1859. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

século anterior.⁴⁵ A peculiaridade desse século nessa questão foi o advento do conhecimento biológico como forma de dominação das populações, o chamado biopoder, técnica de disciplinarização e controle dos indivíduos.⁴⁶

Inaugurando a ideia da existência de características físicas e morais peculiares a cada agrupamento humano, o termo raça surgiria nesse contexto, sendo utilizado inicialmente pelo naturalista francês Georges Cuvier.⁴⁷ Aparecendo de forma crescente nos trabalhos científicos, o termo se difundiu e baseou inúmeras análises e reflexões em busca das origens dos problemas sociais que assolavam a humanidade.

Orientados pelos anseios imperialistas que necessitavam de uma legitimação, e ajudados pelo esfriamento do debate relacionado ao processo abolicionista que já havia logrado expressivo êxito, muitos pensadores racialistas europeus avançaram na defesa do princípio da desigualdade essencial. Segundo esse ponto de vista, os “inferiores” eram vistos como selvagens que podiam ser civilizados e até mesmo ter sua aparência física modificada pelo contato com a cultura superior, a saber, a cultura europeia.

Tais personagens afirmariam que os humanos, separados que eram por raças, poderiam apresentar diferentes níveis de desenvolvimento, localizando os mais inferiores - os quais teriam percorrido um caminho mais curto na linha da evolução - no início dessa cadeia. Os exemplares humanos pouco evoluídos deveriam apresentar, seguindo esse raciocínio, características físicas de exemplares da raça imediatamente anterior, nesse caso, de primatas.

Buscando evidenciar tais semelhanças, diversas publicações traziam gravuras com comparações entre negros africanos e macacos:

Types of Mankind, o mais difundido manual americano sobre as raças humanas, publicado em 1854 pelos poligenistas Nott e Gliddon, cotejava sugestivamente cabeças de orangotangos e chimpanzés com as de

⁴⁵ Segundo Schwarcz (1993, p. 46-47), no século XVIII a visão humanista (que naturalizava a igualdade humana) herdeira da Revolução Francesa era predominante. A partir do século XIX, no entanto, a postura mais influente no debate sobre a diversidade humana será aquela pautada nas diferenças básicas existentes entre os indivíduos das diferentes raças.

⁴⁶ FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

⁴⁷ SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 47.

hotentotes e de gorilas com as de negros argelinos. Por essa época, sob o influxo das viagens de exploração, uma excitação sobre as raças percorria o público europeu e americano [...].⁴⁸

Ao mesmo tempo em que a temática racial alcançou a posição de protagonista nas ciências sociais, ela também ajudou a sustentar e fortalecer o nacionalismo étnico que emergiu na segunda metade do século. Ao analisar esse processo, Hobsbawn aponta:

Por um lado, a velha e estabelecida divisão da humanidade em poucas “raças” que se diferenciavam pela cor de pele passou a ser elaborada agora em um conjunto de diferenciações “raciais” que separavam pessoas que tinham aproximadamente a mesma pele clara, como “arianos” e “semitas” [...]. Por outro lado, o evolucionismo darwinista, suplementado pelo que depois seria conhecido como genética, alimentou o racismo com o que parecia ser um conjunto poderoso de razões “científicas” para afastar ou mesmo, como aconteceu de fato, expulsar e assassinar estranhos.⁴⁹

Associado a tributos biológicos, naturais e culturais, o conceito de raça passaria a ser objeto de teorização científica e pautava para muitos o limite entre o “europeu branco civilizado” e o outro. Nas palavras do antropólogo Michel Wieviorka:

De um lado, a colonização e o imperialismo, de outro, a nação e os nacionalismos em um duplo movimento de expansão européia e de ímpeto de manifestação das identidades nacionais. Elas dizem respeito tanto a “raças” mais ou menos longínquas, definidas antes de tudo pela cor, quanto a “raças” presentes no solo nacional – “raças” franca e gaulesa, judeus, irlandeses (na Inglaterra), etc.⁵⁰

Nesse contexto e distante da convicção presente no século XVIII de que era possível “uma sociedade igualitária, em que a diferença entre homens fossem progressivamente desaparecendo”,⁵¹ buscar-se-ia nas diferenças inatas a causa da frustração. Seria nessa atmosfera de pessimismo com a modernidade, na qual muitos afirmavam que as características degenerativas dos humanos menos

⁴⁸ MAGNOLI, D. **Uma gota de sangue**: história do pensamento racial. São Paulo: Contexto, 2009, p. 28.

⁴⁹ HOBBSAWN, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 131.

⁵⁰ WIEVIORKA, M. **O Racismo, uma introdução**. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 20.

⁵¹ ODALIA, N. A Liberdade como Meta Coletiva. In: **História da Cidadania**. Organização Jaime Pinsky e Carla B. Pinsky. São Paulo: Contexto, 2003. Pág. 161.

desenvolvidos só aumentavam de geração a geração, e das quais só poderia se livrar através de seu gradativo desaparecimento, que surgiram discursos e trabalhos que trariam como tema a sobrevivência dos mais capazes.

Formuladas no decorrer do século XIX - período caracterizado pela busca em se naturalizar as desigualdades, a fim de provar a superioridade da raça branca - as teorias raciais serviram de embasamento para o chamado racismo científico. A convicção de que as doenças comuns aos mais pobres, como a tuberculose, a sífilis e o alcoolismo eram hereditárias completaria o quadro de pavor com a decadência social e, com ela, surgiria a necessidade de uma solução científica.

A partir desse momento histórico do ocidente, travar-se-ia um intenso debate sobre a necessidade da existência de seres humanos tidos como menos valiosos, que deveriam deixar de existir pelo bem da humanidade. A seguir, este panorama será abordado, iniciando-se pelo agitado contexto da Inglaterra do século XIX, considerada por muitos o berço da eugenia científica.

1.1.2 Um princípio pautado na diferença: o nascimento da eugenia

O contexto social inglês do início do Oitocentos era complexo. A recente Revolução Industrial havia criado um número enorme de vagas em fábricas úmidas e sombrias, que por sua vez exploravam intensamente seus operários. Bairros imundos e miseráveis se formaram, e com eles uma população pobre que contava com um alto índice de reprodução proliferou, ao passo que essa crescente marginalização social incomodou as classes dominantes. Nas palavras de Edwin Black, “[...] os indigentes da Inglaterra eram considerados um flagelo humano. A linguagem derogatória do *establishment* começou a definir essas subclasses como subumanas”.⁵²

As cidades industriais inglesas se constituíam, então, um espaço urbano repleto de contradições. De um lado, multidões de trabalhadores em jornadas de trabalho intermináveis, submetidas a péssimos salários e vivendo em situações degradantes, sem o mínimo de condições de higiene e saúde. Na outra ponta, a burguesia ávida por dinheiro e por maneiras de se diferenciar culturalmente dos

⁵² BLACK, E. **A Guerra contra os fracos**. São Paulo: A Girafa Editora, 2003, p. 52.

mais pobres. A detenção do saber científico era uma das saídas para essa diferenciação e, assim, as reflexões sobre a degeneração da população feitas pela intelectualidade se constituíram tema central nessa época.⁵³

Ao encontro dessa preocupação, a obra de Thomas Malthus ganhou grande repercussão e auxiliou a modelar uma nova filosofia. Crente de que a produção de alimentos não seria suficiente para toda a população que se multiplicava exponencialmente, Malthus cogitou controlar o crescimento populacional como alternativa à morte pela fome e condenou a caridade como inimiga do progresso humano, ao permitir a procriação dos pobres.⁵⁴

Apesar da preocupação de Thomas Malthus estar embasada em questões sociais e econômicas, o controle do casamento por ele proposto marcaria o início de uma série de trabalhos e debates sobre a restrição dos casamentos em prol do melhoramento da espécie humana. Defendendo uma reprodução mais seletiva, afirmaria que “um certo grau de melhoria similar ao que se verifica entre os animais pudesse ocorrer entre os homens”.⁵⁵

Outro dos trabalhos pioneiros a tratar da diferença inata entre os seres humanos foi o do filósofo inglês Herbert Spencer, que em 1850 publicou a obra *Social Statics* (A Estatística Social), na qual abordava o papel decisivo das leis da ciência na vida do homem e da sociedade. O filósofo popularizou a expressão: “a sobrevivência do mais capaz”, com a qual sintetizava a premissa de que os superiores aperfeiçoariam a sociedade enquanto os “incapazes” desapareceriam aos poucos e naturalmente, como bem o mereciam. Spencer afirmava veementemente: “Todo o esforço da natureza é se livrar desses e dar espaço para os melhores”.⁵⁶

Arthur Herman aponta que, sob a influência de Spencer, surgiriam “historiadores científicos” dispostos a mostrar como as leis do progresso estavam

⁵³ DIWAN, P. **Raça Pura**: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007, p. 34-35.

⁵⁴ CASTAÑEDA, L. A. Eugenia e casamento. **História, Ciências, Saúde, Manguinhos**, vol. 10(3): 901-30, set.- dez. 2003.

⁵⁵ STEPAN, N. “**A hora da Eugenia**”: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005, p. 29.

⁵⁶ BLACK, E. **A Guerra contra os fracos**. São Paulo: A Girafa Editora, 2003, p. 53.

presentes na história da civilização. Esses homens utilizavam-se das recentes descobertas arqueológicas (a Tróia de Schliemann ou a Creta de Evans) para tornar clara a distinção entre sociedades “civilizadas” e “selvagens”. O interessante, nesse aspecto, é que o material produzido por eles nunca contradizia a imagem básica da superioridade intrínseca da sociedade europeia sobre suas predecessoras e contemporâneas. Para esses pensadores,

Si uno examinaba sus logros científicos, sua enorme productividad, económica e industrial, sus formas de gobierno, su notable progreso histórico desde su pasado salvaje, Europa disfrutaba de una superioridad incuestionable, casi predestinada. Incluso se volvió tratar los términos "civilización" y "Europa Moderna" como equivalentes, como si las demás sociedades fueran sólo predecesoras deficientes o imitaciones defectuosas de este original.⁵⁷

Assim, os estudiosos europeus apresentavam um desconcertante número de explicações para os indivíduos de outras sociedades não serem iguais a eles:

Algunos apelaban a las diferencias climáticas y geográficas; otros, más notoriamente, a la inferioridad racial y lá degeneración fisiológica. Otros señalaban diferencias en psicología colectiva y el papel de las creencias religiosas y culturales.⁵⁸

Dentro da sequência de trabalhos voltados a refletir sobre a sociedade daquele momento, uma obra essencial para a ciência racial foi escrita pelo diplomata e escritor francês Joseph Arthur de Gobineau. Intitulada *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, foi publicada entre os anos de 1853 e 1855 e continha em seu corpo a divisão da humanidade em três grandes agrupamentos raciais: brancos, amarelos e negros.

Gobineau declarava que todas as grandes civilizações eram formadas inicialmente pelos homens da cor branca, em especial pelos arianos. Formulou ainda a tese de que suas derrocadas estavam intimamente ligadas à miscigenação racial, o que deveria ser, a partir de então, expressamente proibida. Seu ponto de vista foi extremamente difundido e aceito, impactando posturas políticas,

⁵⁷ HERMAN, A. **La idea de decadencia en la historia occidental**, Barcelona, Andrés Bello Española, 1998, p. 46.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 47.

acadêmicas e científicas durante o final do século XIX e início do XX. Segundo o pesquisador argentino Héctor Palma:

[...] Gobineau, como buen francés, considera a los alemanes inferiores a los franceses por la gran mezcla biológica de aquellos. Para Gobineau, pensador imbuído de una mentalidad romántica, aristocratizante y colonialista, la historia es el fruto de la hegemonia de las razas superiores, y considera que debe mantenerse la pureza de la sangre a toda costa para evitar la degeneración de la humanidad.⁵⁹

Ramo científico importante para o debate naquele momento, a antropologia foi mais um dos palcos de intensa discussão e produção científica sobre o tema. Famoso poligenista⁶⁰, o craniologista Paul Pierre Broca contribuiu com a tese da imutabilidade das raças, fundada a partir das suas “pouco imparciais” medidas de crânio. Levando em conta muito mais seu preconceito de que seus resultados, o cientista determinou diferenças entre a capacidade mental das diferentes raças, alegando, assim, a superioridade mental dos caucasianos.⁶¹

Ainda na área antropológica, o médico norte-americano Samuel George Morton dedicou grande parte da sua vida a colecionar e estudar crânios das diversas raças humanas. Dedicado a comprovar a superioridade da raça branca por meio das medidas do crânio, o respeitado empirista catalogou em dois volumes seus estudos. Em *Crania Americana* (1839) e *Crania aegyptiaca* (1844), Morton declarou que o tamanho do crânio estava diretamente ligado à inteligência, e que os teutônicos ocupariam o topo da tabela hierárquica.⁶²

Ambos os trabalhos seriam futuramente revisados e desautorizados, demonstrando a face fraudulenta dos resultados, assim como a escolha intencional

⁵⁹ PALMA, H., **Gobernar es seleccionar**. Apuntes sobre la eugenesia, Buenos Aires, J. Baudino Ediciones, 2002, p. 115.

⁶⁰ O poligenismo era uma das duas grandes vertentes aglutinadoras dos autores que na época enfrentavam o desafio de pensar a origem do homem. Esses autores criam na existência de vários centros de criação, que corresponderiam por sua vez, às diferenças raciais observadas. A outra vertente, a visão monogenista, congregava os pensadores que, conforme as escrituras bíblicas acreditavam que a humanidade era una. Para saber mais ler, entre outros, Schwarcz (1993).

⁶¹ MAGNOLI, D. **Uma gota de sangue**: história do pensamento racial. São Paulo: Contexto, 2009, p. 26.

⁶² *Idem*.

desses cientistas de influenciarem tanto seus pares como a sociedade, na ambiciosa pretensão de dividir a humanidade entre homens viáveis e inviáveis.

Já as questões referentes à concorrência e à seleção natural vieram à tona influenciadas pelas importantes descobertas realizadas pelo naturalista britânico Charles Robert Darwin, relatadas no livro intitulado *A origem das espécies*, lançado em 1859. As teorias presentes em seus trabalhos passaram a constituir uma espécie de paradigma da época que inspirou biólogos, antropólogos e os mais diversos profissionais que tentavam explicar a natureza humana e a sociedade.⁶³ Pode-se perceber o significado de suas teorias nas palavras de Hofstadter:

[...] se muitos descobrimentos científicos afetaram profundamente maneiras de viver, nenhum teve tal impacto em formas de pensar e crer... O darwinismo forneceu uma nova relação com a natureza e, aplicado a várias disciplinas sociais - Antropologia, Sociologia, História, Teoria Política e Economia – formou uma geração social-darwinista.⁶⁴

Soma-se às afirmações de Darwin o florescimento de inúmeras descobertas relativas à hereditariedade das características humanas realizadas pela biologia. Segundo Black, “A biologia entrou em uma nova era quando seus visionários proclamaram que traços bons e ruins não tinham sido concedidos por Deus, mas transmitidos de geração em geração de acordo com as leis da ciência”.⁶⁵

Nesse contexto, tal forma determinista de se pensar a sociedade baseada nas teorias darwinistas ganhou fôlego e importância. O chamado “darwinismo social” enxergaria a miscigenação entre as raças de forma extremamente pessimista, ao alegar que esse processo seria responsável pela degeneração física, moral e social das raças puras mais elevadas. Assim, os pensadores que se filiaram ao modelo passaram a exaltar a busca pela manutenção de uma raça pura superior como chave para o progresso.

O darwinismo social baseava-se em três pontos, como aponta Schwarcz:

⁶³ DIWAN, P. **Raça Pura**: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007.

⁶⁴ *Apud* SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 55.

⁶⁵ BLACK, E. **A Guerra contra os fracos**. São Paulo: A Girafa Editora, 2003, p. 55.

A primeira tese afirmava a realidade das raças, estabelecendo que existiria entre as raças humanas a mesma distância encontrada entre o cavalo e o asno, o que pressupunha também uma condenação do cruzamento racial. A segunda máxima instituía uma continuidade entre caracteres físicos e morais, determinando que a divisão do mundo entre raças corresponderia a uma divisão entre culturas. Um terceiro aspecto desse mesmo pensamento determinista aponta para a preponderância do grupo “racial-cultural” ou étnico no comportamento do sujeito.⁶⁶

O novo evolucionismo surgido desses variados trabalhos, especialmente os de Darwin, Spencer e Malthus formaria o amálgama necessário para a ascensão de uma ciência que buscava provar que as aptidões humanas seriam frutos da genética, não de outros fatores. Agrupados de uma nova maneira, os seguintes pressupostos formariam o cerne desse novo conhecimento: “a importância da variedade hereditária na reprodução doméstica, a sobrevivência do mais apto na luta pela vida e a analogia entre reprodução doméstica e seleção natural”.⁶⁷

Nesse momento, surgiria a figura que se tornaria conhecida como o principal pensador por trás de uma nova ideologia que buscava melhorar a raça humana através da lógica da ciência e da matemática - seu nome era Francis Galton. Após ler a obra de Darwin, o matemático inglês estudou biografias de homens destacados socialmente, tais como eruditos, poetas e artistas e percebeu que muitos possuíam uma linhagem comum. Analisando sua ancestralidade, por seu parentesco com Charles Darwin,⁶⁸ concluiu que a genialidade não seria uma característica acidental, mas algo transmitido de forma hereditária.

Em 1883, ao publicar a obra *Inquiries into Human Faculty and Development* (Inquirições sobre a aptidão e o desenvolvimento humano), Galton se deparou com a falta de uma nomenclatura para sua nova ciência. A resposta para essa busca viria da soma de dois termos gregos, que significam “bem nascido” e dariam o título final dessa recém-nascida forma de pensar o homem e a sociedade. A palavra cunhada

⁶⁶ SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.58-60.

⁶⁷ STEPAN, N. **“A hora da Eugenia”**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005, p. 30.

⁶⁸ Galton era filho de Samuel Tertius Galton (1783-1844) e Frances Ann V. Darwin (1783-1874); sua mãe era neta de Erasmus Darwin, que por sua vez era avô de Charles Darwin. Essa linhagem familiar nos permite visualizar o parentesco entre Galton e Darwin. Ver “Ancestry of Francis Galton”, <www.galton.org>.

era *eugenia*. O peso do novo termo e das consequências a ele ligadas é assim sintetizado por Black:

Num rasgo de estilo, Galton inventou um termo que iria atormentar seus contemporâneos, inspirar seus discípulos, obcecar seus futuros seguidores e atravessar o século XX como a lâmina de uma espada. Os melhores e também os mais perversos adotariam o novo termo como seu mantra inspirador. Famílias seriam estraçalhadas, gerações seriam eliminadas, povos quase inteiros seriam exterminados – tudo em nome do termo de Galton.⁶⁹

Por meio dos seus estudos, Galton chegaria à conclusão de que era possível determinar a quantidade de material genético (ou plasma germinativo) que era herdado dos ancestrais de cada pessoa. Os caracteres adquiridos, em sua opinião, não estavam circunscritos a detalhes físicos, mas também englobavam qualidades como o intelecto, o talento e a personalidade.

Além disso, ele sugeriu ainda que o cruzamento entre boas e más linhagens não refletiria a melhora das características e, por isso, o aperfeiçoamento da raça estaria ligado ao controle da miscigenação. O cruzamento desejado seria entre pessoas “bem-nascidas”, e o contrário deveria ser controlado e desestimulado.

Seu próximo livro, *Natural Inheritance* (Herança Natural), de 1889, visava prever, por meio de cálculos matemáticos, a quantidade desse plasma germinativo na composição genética dos indivíduos. Tais conclusões “exatas” permitiram ao cientista concluir categoricamente que uma boa linhagem não melhorava um sangue defeituoso e, além disso, a mistura de dois sangues defeituosos promovia uma degradação crescente nos seus descendentes.⁷⁰

Assim, utilizando-se da credibilidade da matemática em consonância com explicações biológicas, Galton levantou a bandeira do controle sobre os casamentos como forma de impedir a procriação de famílias responsáveis por filhos que certamente incluiriam degenerados. Ele acreditava que tais ações não deveriam ter cunho individual, mas fazer parte de uma política governamental generalizada, que levasse ao aperfeiçoamento da raça humana.

⁶⁹ BLACK, E. **A Guerra contra os fracos**. São Paulo: A Girafa Editora, 2003, p. 60.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 63.

As medidas apresentadas pelo pai da eugenia tornar-se-iam conhecidas como “eugenia positiva”, em uma menção ao caráter não invasivo das suas propostas. Mas, mesmo que Francis Galton tenha procurado pautar suas ideias legalmente, essa denominação ainda é algo passível de muita contestação. É certo que devemos evitar o olhar anacrônico, contudo, coagir pessoas a não se casarem ou a se isolarem da sociedade não é algo extremamente agressivo, mesmo no contexto do século XIX?

Entre os desdobramentos da eugenia positiva de Galton, sobressairiam as chamadas “eugenia preventiva” e “eugenia negativa”. A primeira integraria parte do programa social da eugenia que lidava com a erradicação dos “venenos raciais” e englobava a higiene da raça, preocupando-se com a puericultura, a educação sexual e a orientação pré-natal. Por outro lado, a eugenia negativa teria como objetivo evitar a proliferação dos considerados “degenerados”. Para os adeptos da eugenia negativa, seria preciso desencorajar o nascimento dos “inaptos”.⁷¹

Deve-se ressaltar que, nessa época, o conhecimento sobre o mecanismo de transmissão de características hereditárias ainda era pequeno, pode-se dizer até mesmo que era embrionário. As descobertas de Gregor Johann Mendel⁷², em seus estudos sobre o cruzamento entre ervilhas, que no futuro serviriam de base para a genética contemporânea, ainda engatinhavam e não empolgavam Galton e seus seguidores.

Contando com resultados científicos que pouco legitimavam suas convicções, e vendo o tempo passar sem alcançar a tão almejada cientificidade das suas teorias, ele chegou a apelar para um embasamento da eugenia na fé.

⁷¹ Entre esses “três tipos” de eugenia, a negativa foi adotada em países como os EUA e a Alemanha. Em outros, como o Brasil, houve uma oscilação entre as três categorias, com predomínio da eugenia preventiva e positiva. KOBAYASHI, E.; FÁRIA, L.; COSTA, M. C. da. Eugenia e Fundação Rockefeller no Brasil: a saúde como proposta de regeneração nacional. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 22, jul./dez. 2009, p. 317.

⁷² Mendel tentou entrar na Universidade de Ciências Naturais, mas fracassou, optando então por se recolher a um mosteiro da ordem de São Agostinho em Brno, na Morávia. Lá fez um extenso trabalho sobre a hibridização das plantas, utilizando ervilhas para os experimentos. Concluiu que poderia prever suas características (lisas ou enrugadas), dependendo de como ele as cruzasse. Após dez anos de intenso trabalho, as conclusões foram apresentadas a uma sociedade científica local, promovendo pouco impacto e atenção. Frustrado, Mendel permaneceu na obscuridade, vindo a falecer em 1884. Apenas em 1900, quando seu discípulo Willian Bateson anunciou “redescobrir” os resultados de seu trabalho, eles se difundiram pelo mundo científico. Nascia então a ciência chamada Genética.

Modificando seu discurso, Galton passou a afirmar que o casamento eugenista deveria passar a ser “estritamente imposto como um dever religioso [...]”.⁷³

Frustrado, Francis Galton morreria em janeiro de 1911 sem conseguir implantar políticas públicas que regessem os casamentos na Inglaterra, mas seu legado ideológico, ressignificado pelas mais diversas sociedades humanas, ainda perseveraria por muito tempo, como veremos adiante.

Nesse sentido, um importante terreno de recepção e de continuação da disseminação das ideias galtonianas no início do século XX foram os Estados Unidos. Do outro lado do Atlântico, os ideais de Galton e dos demais pensadores da eugenia na Europa repercutiram com altivez. A proximidade cultural com os ingleses, a questão da língua e o desenvolvimento da ciência nos EUA podem ser descritos como fatores que auxiliaram a chegada e a valorização da eugenia oriunda da Europa.

Em um país marcado historicamente pela escravidão dos negros africanos, passando pelas leis discriminatórias largamente utilizadas principalmente nos estados sulistas, culminando com as leis segregacionistas Jim Crow,⁷⁴ o racismo era generalizado e possuiu amparo legal por longo tempo, o que facilitou a boa recepção da eugenia naquele país. Sobre esse aspecto, Magnoli descreve:

Nos estados do sul e do sudoeste, as leis segregacionistas abrangiam o casamento e as relações sexuais, os transportes públicos, os banheiros, as escolas, os hospitais, os hotéis e restaurantes, os reformatórios penais, os teatros as bibliotecas, os equipamentos esportivos e de lazer. Na Carolina do Norte, uma lei proibia o intercâmbio de livros entre escolas para brancos e não-brancos: depois de utilizado pela primeira vez por alguém de uma raça, o volume tornava-se de uso exclusivo daquela raça.⁷⁵

⁷³ BLACK, E. **A Guerra contra os fracos**. São Paulo: A Girafa Editora, 2003, p. 78-79.

⁷⁴ Personagem do ator Thomas Rice (1808-1860) que representava um negro velho de grande sucesso nos palcos dos EUA no século XIX. O corvo (*Crow*) do seu nome serviu como tratamento pejorativo aplicado aos negros. Adjetivada, a expressão significava tudo aquilo que favorecia a segregação dos negros.

⁷⁵ MAGNOLI, D. **Uma gota de sangue**: história do pensamento racial. São Paulo: Contexto, 2009, p. 121.

No contexto analisado, o panorama étnico do país era constituído, em grande parte, por uma variedade de minorias sociais muito fechadas e, por isso, causadoras de uma crescente rivalidade grupal e racial.

Além dos milhões de indígenas explorados nas reservas e dos negros que buscavam melhores condições para viver, os Estados Unidos assistiram à chegada de uma massa populacional que chegou à marca de cerca de dezoito milhões de refugiados e imigrantes europeus entre 1890 e 1920. Esse fluxo de pessoas, em grande número aliado ao descontentamento de grupos sociais distintos, levaria a uma situação de tensão que serviria como combustível para o aumento da agressividade das práticas eugênicas naquele país.⁷⁶

Adentrando no século XX, as fileiras radicais dos eugenistas norte-americanos aumentariam e contariam com a simpatia de reformistas considerados notáveis. John Franklin Bobbit, visto como pioneiro da educação nos Estados Unidos do início do século XX, por exemplo, escreveria em 1909 um artigo chamado *Practical Eugenics* (Eugenia Prática), no qual alertava sobre o perigo da caridade aos degenerados. Utilizando-se de uma interpretação histórica particular como argumento de suas premissas, escreveu: “Nas eras primitivas, o sangue da raça era mantido elevado e puro, como as nascentes das montanhas”.⁷⁷

Mas o líder contumaz da eugenia norte-americana, responsável por liderar uma intensa campanha em prol da reprodução humana melhorada, foi o zoólogo, formado em Harvard, Charles Davenport. Especialista no estudo da reprodução de espécies inferiores, Davenport leu os trabalhos de Francis Galton, ficando muito entusiasmado. Interessado principalmente nas pesquisas sobre a superioridade e a ancestralidade racial, e crendo na diferença moral que regia os homens, trocou inúmeras cartas e experiências com o pai da eugenia.⁷⁸

Reelaborando as ideias de Galton, Davenport inaugurou o Escritório de Registro Eugenista (*Eugenics Record Office – ERO*), responsável por coletar dados genéticos dos norte-americanos, em um grande empenho para seccionar os

⁷⁶ MAGNOLI, D. **Uma gota de sangue**: história do pensamento racial. São Paulo: Contexto, 2009, p. 121.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 79.

⁷⁸ BLACK, E. **A Guerra contra os fracos**. São Paulo: A Girafa Editora, 2003.

desejáveis dos indesejáveis. Utilizando-se dos seus conhecimentos biológicos, rotulou as diferentes linhagens humanas como *pedigrees*, assim como os animais.

Em uma exposição à Associação Americana de Criadores, vociferou:

A sociedade precisa se proteger; assim como reclama o direito de privar o assassino da sua própria vida, deve aniquilar a serpente hedionda do protoplasma irremediavelmente corrompido. [...] se tal mestiçagem ordinária estivesse acontecendo numa escala tão vasta neste país... não deveríamos tomar a dianteira deste processo... para secar as fontes que alimentam a torrente de protoplasmas defeituosos e degenerados?⁷⁹

Nota-se claramente, em sua fala, a intenção de vincular o controle sobre os degenerados à pena de morte aceita e legalizada no país. Comparando as linhagens rotuladas como inferiores à figura de um criminoso, o cientista buscava a legitimação de seus interesses junto à comunidade científica, bem como justificava o controle dos mesmos por medidas compulsórias. Além desses pronunciamentos, defendia também o esclarecimento ao público leigo através de revistas, jornais e conferências públicas.

Utilizando, ainda, um argumento de muita importância aos americanos - o prejuízo financeiro -, Davenport calculou em cerca de cem milhões de dólares de economia anual os gastos feitos pelo poder público na manutenção de insanos, débeis mentais, criminosos e pobres. Tal proeza seria feita por meio de uma variação da “eugenia positiva” de Galton, a futuramente conhecida “eugenia negativa”, pautada na violência e na esterilização obrigatória dos ditos indesejáveis.

A visão norte-americana da eugenia construída por Davenport e por seus inúmeros seguidores cruzaria grande parte do século XX. Tal perspectiva assumiria o papel principal na reprodução das ideias eugenistas, sendo responsável pela esterilização de milhares de pessoas, pelo incremento do sentimento racista e contaminando com seus ideais vários pontos do globo. No Brasil, por exemplo, durante o fim da década de 1910 e início de 1920, a Fundação Rockefeller, uma das grandes financiadoras de Davenport,⁸⁰ manteve suas atividades e “também ajudou a

⁷⁹ *Apud* BLACK, E. **A Guerra contra os fracos**. São Paulo: A Girafa Editora, 2003, p. 95-96.

⁸⁰ BLACK, E. **A Guerra contra os fracos**. São Paulo: A Girafa Editora, 2003, p. 95-96.

criar a base científica para consolidar a interligação entre o discurso sanitarista e eugênico”.⁸¹

O movimento científico chamado eugenia influenciaria, portanto, uma geração de intelectuais e cientistas pela busca da constituição de uma raça pura, em detrimento aos “degenerados”, que poderiam colocar em risco o progresso da sociedade. Ao seguir tais pressupostos, o movimento eugênico motivou uma administração científica da hereditariedade, introduzindo novas políticas sociais de intervenção que incluíam uma aberta seleção sócio-racial.⁸²

Oriundas num primeiro momento da Europa e posteriormente vindas da ciência estadunidense, as ideias eugenistas aportariam em diversos círculos científicos pelo mundo, ocupando também seu lugar na pauta brasileira. Veremos adiante que a eugenia também esteve presente nos debates sobre saúde e regeneração realizados no Paraná, sendo representada de diferentes formas pelos médicos do estado.

No entanto, antes apresentaremos o contexto brasileiro da época, apontando os fatores que confluíram para o bom recebimento dos ideais eugenistas no país. Debateremos também a recepção que os trabalhos sobre a eugenia, vindos tanto dos Estados Unidos como da Europa, tiveram no Brasil e suas repercussões na produção científica brasileira.

1.2 “MEU BRASIL BRASILEIRO, MEU MULATO INZONEIRO...”. O contexto brasileiro e a eugenia.

A exposição anterior já demonstra a força com que os ideais eugenistas atingiram os círculos científicos do mundo todo, levando os pensadores sociais a arquitetarem estratégias, a fim de atingirem o objetivo da raça pura.

Mas, no Brasil, país internamente marcado por uma série de dicotomias – havia uma pequena elite “civilizada contraposta a uma população pobre, ignorante,

⁸¹ BRANNSTROM, C. A Fundação Rockefeller e a campanha de erradicação da ancilostomíase em São Paulo (1917-1926). **Revista de História Regional** 15(2): 10-48, Inverno, 2010, p. 12.

⁸² STEPAN, N. L. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

bárbara”⁸³ - e palco de um peculiar cenário sociocultural, como tais ideias repercutiram? Em um país caracterizado desde o início de sua colonização, sobretudo, pela mistura de diferentes cepas étnicas, como ocorreram a absorção e a aplicação dos pressupostos de uma ciência que priorizava originalmente o “sangue puro nórdico” como alternativa à degeneração?

Alguns aspectos do contexto brasileiro podem nos ajudar a entender melhor em quais circunstâncias se deram a recepção dos princípios eugenistas no país. Deve-se ressaltar que desde o deslocamento da corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808, as questões relacionadas à raça foram foco de debate e de preocupação por parte da elite luso-brasileira. A mistura racial presente no país era vista com receio e descrita pelos olhos dos cientistas estrangeiros que acompanharam esse deslocamento como inegável sinal de atraso e degeneração tropical.^{84,85}

Inserido nesse clima de pessimismo, um ponto-chave para entendermos o contexto é o processo de abolição da escravidão, iniciada pela Lei do Ventre Livre de 1871, que ajudaria a construir um clima de tensão ao solapar um regime secular de relações sociais. A partir desse momento, começaria no país a busca pela substituição da mão de obra escrava, refletida nos debates e nas experimentações com a vinda da mão de obra estrangeira, em especial de europeus então considerados como os melhores substitutos diante do iminente final da escravidão, a qual ocorreria definitivamente em 1888.

Apesar da abolição, “na Constituição de 1891 prevalecia o compartilhamento de valores que negavam a igualdade entre os homens. Terrível herança de uma sociedade escravocrata, que ainda hoje marca, de forma profunda, a sociedade brasileira”.⁸⁶ Vale lembrar que o incentivo à imigração trazia consigo a vontade de

⁸³ NAXARA, M. R. C **Estrangeiro em sua própria terra**: representações do brasileiro, 1870-1920. São Paulo: Annablume, 1998, p. 42.

⁸⁴ STEPAN, N. L. **A hora da eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 53.

⁸⁵ DIWAN, P. **Raça Pura**: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007, p.89.

⁸⁶ RESENDE, M. E. L. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, J. & DELGADO, L. **O Brasil Republicano**: o tempo do liberalismo excludente. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 99-100.

grande parte da elite de iniciar uma reforma racial no país, uma busca pelo branqueamento da nação.⁸⁷ No viés político, pensando pelo prisma das elites brancas, “o espectro dos recém-libertos votando torna-se para elas um presságio de caos social”⁸⁸ que deveria, portanto, ser combatido.

Outro fator importante de mudança nesse contexto foi o processo de transição política que culminaria em 1889 com a proclamação da República, e com ela o desejo da construção de um novo país, moderno, progressista e livre da sombra do Império. A Europa serviria mais uma vez de inspiração, afinal, independentemente dos objetivos almejados pela elite nacional, “a imitação de modelos derivados do Ocidente, era o caminho necessário e indispensável para atingi-los”.⁸⁹ A sensação de mudança radical nos caminhos da humanidade que chegaram até o país foi expressa na historiografia, como podemos perceber nesse trecho escrito por Silvio Romero:

De repente um movimento subterrâneo que vinha de longe, a instabilidade de todas as cousas se mostrou e o sofrimento do Império aparece com toda a sua nitidez... Na política é um mundo inteiro que vacila. Nas regiões do pensamento teórico o travamento da peleja foi ainda mais formidável, porque o atraso era horroroso. Um bando de idéias novas esvoaçava entre nós de todos os pontos do horizonte.⁹⁰

As palavras do autor refletem as inúmeras transformações ocorridas nesse espaço de tempo entre o final do século XIX e o início do XX, que levariam as pessoas como Romero a mudarem sua percepção de tempo e da História, agora muito mais acelerada, característica que, segundo Koselleck,⁹¹ está implícita no que chamamos de modernidade. Koselleck afirma que nesse momento ocorreu uma

⁸⁷ Ideias que atrelavam o branqueamento da população com a criação de uma nação civilizada podem ser percebidas, pelo menos, desde o início dos debates sobre uma política imigratória para o Brasil, durante o século XIX. Cf. Schwarcz, 1993; Seyferth, 1996.

⁸⁸ RESENDE, M. E. L. *Op. Cit.*, p. 100.

⁸⁹ HOBBSAWN, E. **A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 202.

⁹⁰ *Apud* SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 27.

⁹¹ KOSELLECK, R. **Futuro Presente: contribuições à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2006.

temporalização da História, fenômeno que traz consigo um entendimento linear do processo histórico, pautado na evolução e que engloba toda a humanidade. Um novo horizonte de expectativa se originou a partir da ação política, no qual o único caminho possível seria o da marcha inexorável do progresso que levaria a humanidade ao seu ápice de desenvolvimento.

Entretanto, “o problema dessa concepção evolucionista e linear da história reside em tratar diferenças como se fossem desigualdades”.⁹² Nessa forma de pensamento, o Brasil estaria em posição pouco confortável na escala gradual da evolução e da civilidade se comparado aos países progressistas e modernos da Europa. Mas, como um véu que obscurece a visão, o afoito desejo pelo progresso que cegava alguns dos nossos pensadores levou-os a incorporar esse modelo de pensamento, como salienta Neves:

A ideologia do progresso, no entanto, impedia a percepção dessa diferença fundamental e de algumas das decorrências menos edificantes do espírito do tempo, tais como o etnocentrismo, o desrespeito aos valores das diversas culturas, a injusta distribuição das riquezas entre os Estados e no interior deles, a prepotência, a violência e a exploração.⁹³

De forma peculiar, os brasileiros buscariam aplicar as ideias liberais e de progresso originárias do avanço econômico, urbano e industrial no velho continente, num contexto social peculiar que não era muito diferente do qual viveram seus antepassados, além de assimilar os preceitos da desigualdade forjados pelos europeus.

As teorias raciais que se tornaram paradigma de grande sucesso no Velho Continente em meados do século XIX alcançariam o Brasil nesse momento histórico, alcançando considerável sucesso. Segundo a historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro, os conceitos amparados pelo darwinismo social e pelo evolucionismo spenceriano conquistaram “grande repercussão nos meios intelectuais brasileiros,

⁹² NEVES, M. S. Os Cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, J. & DELGADO, L. **O Brasil Republicano**: o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 23

⁹³ *Ibidem*, p. 24.

fornecendo justificativas científicas para as diferenças sociais e para o atraso brasileiro frente às demais nações europeias”.⁹⁴

A questão racial passou a ser debatida e as ideias dos teóricos do racismo científico europeu tiveram boa acolhida no país, auxiliando na previsão de um futuro incerto, sob a alegação de que o Brasil era um “país de mestiços”. Nesse contexto, o

[...] questionamento da formação étnica brasileira e a busca de uma identidade nacional despertaram o interesse desses estudiosos, que passaram a analisar a questão racial sob diferentes prismas, sendo o negro e o mulato vistos como representantes de uma raça inferior, e a miscigenação o alvo central dos debates.⁹⁵

Além disso, o progresso e a evolução, as duas categorias explicativas do desenvolvimento das sociedades no momento, não ajudavam em nada a percepção do país. Na divisão feita entre sociedades civilizadas e povos atrasados, o Brasil estava inserido no segundo escalão. Assim, o campo para o cultivo e a proliferação de modelos que combatessem essa realidade era fecundo.

As consequências desse momento agitado, no qual mudanças de toda ordem ocorreram, são assim descritos por Stepan:

Um desenvolvimento distorcido e “dependente” cujas manifestações sociais foram pobreza, distúrbios sociais e, no mais das vezes, crescimento, em vez de decréscimo das desigualdades, especialmente para os segmentos negro e mulato da população. O Brasil entrou no século XX como uma sociedade altamente estratificada, tanto social quanto racialmente – uma sociedade que, apesar de apresentar-se formalmente como república liberal, era informalmente governada por uma pequena elite, em sua maioria branca [...] uma sociedade em que a maioria das pessoas era negra ou mulata e analfabeta.⁹⁶

No entanto, para entendermos melhor esse complexo panorama, nos falta ainda um último ponto de reflexão: afinal, como estava constituído o campo científico brasileiro no fim do XIX e início do XX?

⁹⁴ CARNEIRO, M. L. T. **O Anti-Semitismo na Era Vargas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001, p. 47

⁹⁵ *Idem*.

⁹⁶ STEPAN, N. L. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 46-47.

Tendo como horizonte a construção de uma nação moderna e a formação do povo brasileiro, o conhecimento científico era visto como instrumento de realização desse sonho. A chegada das novas teorias bacteriológicas⁹⁷ no país coincidiu com as transformações sociopolíticas ocorridas e ajudou a incrementar o projeto de “redenção” nacional. Segundo Bertucci,

Nascida sob o lema da ordem e progresso, a república teve na ciência um dos pilares sob o qual o novo regime político buscou se organizar e legitimar. Instaurado em um período de proliferação das fábricas, de grande imigração europeia, incentivada pelo Estado para suprir fazendas de café e cidades de mão-de-obra, e, conseqüentemente, do crescimento dos principais centros urbanos do país, o governo republicano fez um grande investimento científico e educacional na tentativa de reordenar e conduzir o Brasil pelo caminho que, acreditavam muitos, transformaria o país em um das grandes nações do mundo.⁹⁸

A ciência passou a ser utilizada pelos pensadores brasileiros como princípio decisivo para a almejada inserção do país no grupo das nações modernas e civilizadas. Tendo como embasamento inicial as obras produzidas na Europa e adicionalmente as escritas nos Estados Unidos, “eles abraçaram a ciência como uma forma de conhecimento progressista, uma alternativa para a visão religiosa da realidade e um meio de estabelecer uma nova forma de poder cultural”.⁹⁹

Ao procurar a diferenciação das demais repúblicas latino-americanas vistas como “atrasadas” e a construção de uma nacionalidade própria, a elite brasileira se autoproclamaria uma sociedade moderna e científica, visão que se disseminava nos jornais impressos, nos institutos educacionais e na literatura. Monica Velloso indica que, em tal contexto,

[...] a nacionalidade passa a ser compreendida como matéria-prima, uma espécie de pedra bruta a ser trabalhada pelo saber científico das elites

⁹⁷ Para saber mais sobre as mudanças na medicina científica a partir de meados do século XIX e as transformações pasteurianas, ver, entre outros, Czeresnia, 1997.

⁹⁸ BERTUCCI, L. M. Forjar o povo, construir a nação: ciência médica e saúde pública no Brasil. In: CARBÓ, E. R., VARGAS, H. M., MARTÍN, P. S. (orgs). **La integración del territorio en una idea de Estado. México y Brasil, 1821-1946**. Ciudad do México: IG/UNAM, Instituto Mora, 2007, p.146-147.

⁹⁹ STEPAN, N. L. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 50.

intelectuais. Caberia a essas, portanto, a missão de revelar a nacionalidade organizá-la de acordo com os parâmetros científicos.¹⁰⁰

A partir de meados da década de 1910, ocorreu ainda a exaltação de uma nova hipótese, que ganharia força e representaria um “impulso decisivo para o movimento sanitário nacional,¹⁰¹ que mobilizou grande parte da elite e da opinião pública brasileira [...]”.¹⁰² Essa tese se baseava na crença de que, através da educação e da saúde, o brasileiro do interior (chamado caboclo ou caipira) poderia ser resgatado do precário destino traçado a partir da miscigenação e do clima nacional.

O trabalho pioneiro nessa questão foi o relato da expedição científica ao Brasil Central realizada em 1912 pelos médicos Arthur Neiva e Belisário Penna. Tendendo à crítica às teses de determinismo racial em voga, esses profissionais afirmavam que a principal medida em busca de uma “nova população” seria o combate à ignorância que tomava conta do interior do Brasil.¹⁰³ Assim, “seriam os cuidados médicos dos problemas da saúde e a educação da população que colaborariam definitivamente para forjar o povo brasileiro”.¹⁰⁴

Nesse contexto, os médicos assumiriam uma posição social destacada. Institucionalmente superior a outras profissões, a medicina acabou sendo o campo científico mais próximo aos problemas sociais da época, alcançando influência e poder. O desenvolvimento e surgimento de novas técnicas e o conhecimento proporcionado pela moderna ciência experimental credenciariam médicos como

¹⁰⁰ VELLOSO, M. P. O Modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, J. & DELGADO, L. **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 356.

¹⁰¹ O termo sanitário representa o termo pelo qual os higienistas (na sua maioria médicos) passaram a ser chamados ao fazerem da política de saúde pública seu principal foco de atuação.

¹⁰² BERTUCCI, L. M. Forjar o povo, construir a nação: ciência médica e saúde pública no Brasil. In: CARBÓ, E. R., VARGAS, H. M., MARTÍN, P. S. (orgs). **La integración del territorio en una idea de Estado. México y Brasil, 1821-1946**. Ciudad do México: IG/UNAM, Instituto Mora, 2007, p.147.

¹⁰³ LIMA, N. T. & HOCHMAN, G. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da primeira República. In: CHOR MAIO, M. & SANTOS, R. V. (coord.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996.

¹⁰⁴ BERTUCCI, L. M. *Op. cit.*

Arthur Neiva a serem os principais responsáveis pelo combate aos problemas sociais do país.

Desse modo, a medicina experimental galgaria uma posição de referência, conquistando novos adeptos, sobretudo entre os médicos que iniciavam suas carreiras. Nesse processo, a medicina acadêmica alcançou um novo *status*, ao modificar seus fundamentos científicos e práticos. Nas palavras da pesquisadora Dilma Cabral,

Esta reestruturação teórica ressaltava o duplo papel assumido pela medicina brasileira: por um lado, sua atribuição social de interferir no processo saúde-doença da sociedade, isto é, uma valorização do conteúdo prático da doença; por outro lado sua competência na solução dos problemas sanitários do país, com a elaboração pelas elites médicas de um programa voltado para as doenças nacionais.¹⁰⁵

Nos centros urbanos mais povoados como o Rio de Janeiro e São Paulo, a postura cientificista se fez presente para a população a partir do momento em que foram colocados em prática os abrangentes programas de saneamento e higienização. “Tratava-se de trazer uma nova racionalidade científica para os abarrotados centros urbanos, implementando projetos de cunho eugênico que pretendiam eliminar a doença, separar a loucura e a pobreza”.¹⁰⁶

Atuando de forma intensiva, confiantes em seu conhecimento científico e “cientes de seus dotes profissionais, eles cumpriram o que imaginavam ser uma missão regeneradora nacional, exercendo cargos, desempenhando tarefas, ocupando posições estranhas à medicina [...]”.¹⁰⁷ Atuando além do seu campo de conhecimento, os médicos veiculavam a certeza de poder acabar com as máculas da nação, colaborando em todo o conjunto administrativo e social do Brasil.

Mais à frente, quando discutirmos sobre o contexto paranaense, perceberemos que os médicos seguiriam conduta semelhante. Buscando combater

¹⁰⁵ CABRAL, D. A lepra e os novos referenciais da medicina brasileira no final do século XIX. In: NASCIMENTO, D. R.; CARVALHO, D. M.; MARQUES R. C. (orgs). **Uma história brasileira das doenças**. Rio de Janeiro, Mauad X, 2006, p. 168.

¹⁰⁶ SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 34.

¹⁰⁷ MOTA, A. **Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 21.

os problemas nacionais, eles interviriam em outras áreas além da medicina, como na educação escolar. Como exemplo, tomemos as palavras de Milton Munhoz sobre o assunto:

Volvamos as nossas vistas para as escolas, colocando-as á altura da sua nobre missão, introduzamos nela a educação higienica, eficiente e proveitosa, demos corpo a essa aspiração, que até hoje na poude ainda se concretisar como devera. [...] Trabalhemos pela saude do nosso povo e assim teremos contribuído para a felicidade do Paraná e grandeza do Brasil.¹⁰⁸

Assim, a partir da apresentação desses fatores, percebemos o contexto em que as ideias eugenistas iniciaram sua repercussão e ganharam força no país. No aspecto social, além da convulsão provocada pela abolição, havia a taxação do brasileiro como sendo um ser feio, degenerado e atrasado. No viés político, o advento da República e os modelos de pensamento que a norteavam culminaram na obsessão pelo progresso e pela modernidade aos moldes europeus.

Na perspectiva econômica, o Brasil posicionava-se numa situação de coadjuvante, colhendo internamente pobreza e injustiça social. Para finalizar, esse complexo panorama ainda foi permeado pelo cientificismo, considerado, como já visto, o grande redentor da humanidade e tendo o médico como o seu principal ator no nosso país.

Nesse contexto, as novas modalidades de pensamento vindas da Europa, como o positivismo, o darwinismo social, o evolucionismo e a busca incessante pelo progresso penetrariam com ímpeto no país, repercutindo em um discurso científico evolucionista como modelo de análise da sociedade brasileira. As “classes perigosas” (negros, escravos, ex-escravos, trabalhadores, doentes e pobres) passavam a ser objetos da ciência e essas novas teorias explicativas serviriam agora para, além de explicar o atraso brasileiro frente à Europa e o mundo civilizado, determinar quem era diferente e inferior.

Contudo, o formato dado às práticas eugenistas que permaneceriam em voga até meados do século XX no país não se resumiam a imagens especulares das mesmas na Europa e América do Norte. Aqui, terra marcada pela miscigenação e pela diversidade cultural, esses modelos de pensamento foram moldados de

¹⁰⁸ **Revista Medica do Paraná.** Anno III, n. 1, dez. 1933, p. 18.

acordo com o interesse daqueles que os manipulavam, apresentando, inclusive, fases diferentes. Uma baseada em uma eugenia positiva e no sanitarismo, e outra, mais perceptível a partir da década de 1930, representada por um caráter mais radical influenciado, sobretudo, pelos trabalhos do médico Renato Kehl.¹⁰⁹

Essa peculiaridade respalda o que muitos historiadores da ciência afirmam, ou seja, que a ciência é influenciada pelos valores da sociedade na qual é usada, o que a torna “muito mais contingente e culturalmente específica do que por muito tempo se alegou que fosse”.¹¹⁰ Demonstra também, como aponta Roger Chartier,¹¹¹ a existência de práticas com empregos variados de certos bens culturais.

Traçado o panorama, com algumas circunstâncias em que a eugenia brasileira se formou e ganhou corpo, partiremos para um levantamento historiográfico de obras que abordaram e refletiram a temática racial e eugenista entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do XX. Nele, buscaremos apontar o posicionamento de alguns pensadores no que se refere à utilização das teorias raciais e da eugenia. Demonstraremos o impacto que essas obras tiveram sob os cientistas e pensadores brasileiros e, conseqüentemente, sua contribuição na aplicação do ideário eugenista na procura por constituir um Brasil “viável”.

1.2.1 “O resultado da mistura é sempre um dano” - o caráter racial como instrumento de análise social para o Brasil.

Inseridas nos debates mundiais ocorridos a partir do século XIX sobre as diferenças entre as raças humanas, num contexto onde o determinismo de cunho racial tomou força,¹¹² as discussões sobre a composição de cor de nossa gente

¹⁰⁹ Renato Kehl nasceu em 1889 e formou-se farmacêutico e médico. Considerado como o principal eugenista brasileiro, foi quem melhor planificou e expressou os desejos e anseios dos eugenistas do nosso país. Com ampla obra escrita, publicou mais de trinta livros a partir de 1917, sobre a temática eugênica. Para saber mais, ver, entre outros, Diwan (2007) e Stepan (2005).

¹¹⁰ STEPAN, N. L. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 16.

¹¹¹ CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

¹¹² SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

possuíram (e ainda possuem) um status essencial entre nós, assim como serviram de ferramenta intelectual para reflexão sobre nossa realidade. Nesse sentido, de que forma o caráter científico-racial de análise que emergiu na Europa foi utilizado para descrever o Brasil, e como esse modelo de pensamento foi utilizado pelos cientistas brasileiros durante os séculos XIX e XX?

Respaldados pelo crescimento econômico e científico e pela consolidação política ocorrida durante o século XIX, os pensadores europeus “começaram a formular explicações para seu sucesso econômico. Ofereciam razões científicas para o êxito da Europa”.¹¹³ A capacidade intelectual europeia estava prestigiada após a credibilidade alcançada pelas ciências naturais na sua forma moderna, situação que proporcionou a crença generalizada na vanguarda hereditária e geográfica do continente. “Em resumo, os europeus do Norte eram raças “superiores” e gozavam do clima ideal”.¹¹⁴

Exportando sua visão preconceituosa, os europeus determinavam, implicitamente, a inferioridade das outras raças e a fragilidade do clima em outras faixas territoriais do planeta. Podemos considerar que os primeiros trabalhos que tematizaram o aspecto racial como componente de nossa alegada degeneração foram construídos em meados do século XIX, por ocasião da abordagem de viajantes europeus sobre o Brasil.

O caráter considerado “atrasado” e “bárbaro”, fruto da nossa composição humana miscigenada, seria o foco de trabalhos como o do historiador inglês Thomas Buckle que abordou a questão na sua obra *History of Civilization in England* (História da Civilização na Inglaterra) publicado a partir de 1845. Seguidor do determinismo racial e climático, ele condenou o brasileiro à decadência sem nunca ter colocado os pés no país.

Segundo sua visão, “Em nenhum outro lugar há tão precioso contraste entre a grandiosidade do mundo externo e a pequenez do interno”.¹¹⁵ Veremos adiante

¹¹³ SKIDMORE, T. E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 43.

¹¹⁴ *Ibidem*, p. 44.

¹¹⁵ SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 36.

que escritores brasileiros como Silvio Romero¹¹⁶ e Euclides da Cunha¹¹⁷ utilizaram amplamente o trabalho de Buckle, demonstrando com isso a relevância dos seus escritos nos debates sobre a condição de atraso que se julgava se encontrar a população brasileira da época.

O conde Gobineau, anteriormente apresentado como fundamental na construção dessa percepção de desigualdade entre as raças humanas, esteve no Brasil em 1876, e teceu uma severa crítica à mistura racial em seu livro *Essai sur l'inégalité des races humaines* (Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas), publicado entre 1853-5, no qual afirmava: “o resultado da mistura é sempre um dano”.¹¹⁸ Em outro trecho de seus escritos, feitos durante os quinze meses como representante francês no país, ele sintetizaria o perfil da população do país como sendo uma população totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia.¹¹⁹

Lido e absorvido por grande parte da intelectualidade brasileira, o francês foi uma das fontes inspiradoras das obras eugênico-racistas daquele momento. Maria Tucci Carneiro sintetiza assim essa influência: “O pensamento de Gobineau foi, portanto, endossado por muitos intelectuais brasileiros, e suas obras compuseram, com outros técnicos europeus, o repertório de títulos de nossas bibliotecas”.¹²⁰

Outro viajante europeu que aqui esteve e teve papel relevante para o pensamento sociocientífico nacional foi o suíço Jean Louis Agassiz, que, assim como tantos outros cientistas da época, decretou nossa inviabilidade como nação por conta de nossa mistura de raças. No relato da viagem ele diria:

¹¹⁶ A teoria de Tomas Buckle se fez presente na obra de Silvio Romero, que chega a citá-lo textualmente em sua “História da Literatura Brasileira” (1889).

¹¹⁷ Ao analisar “Os Sertões” de Euclides da Cunha, o pesquisador Valentim Facioli (1998, p. 37) aponta que sua principal fonte de leitura seria a obra de Buckle. BRAIT, Beth (Org.). **O sertão e os sertões**. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

¹¹⁸ *Apud* DIWAN, P. **Raça Pura**: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007, p. 89-90.

¹¹⁹ SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 64.

¹²⁰ CARNEIRO, M. L. T. **O Anti-Semitismo na Era Vargas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001, p. 48.

Que qualquer um que duvida dos males dessa mistura de raças, e se inclina, por mal entendida filantropia, a botar abaixo todas as barreiras que as separam – venha ao Brasil. Não poderá negar a deterioração decorrente do amálgama das raças [...].¹²¹

Mas não apenas os estrangeiros compartilhavam dessa visão. A eminência da superioridade europeia atingiu os escritores brasileiros e fez com que muitos endossassem as teorias da “degeneração latina”. Elas eram percebidas nas constantes críticas à indolência e imoralidade dos portugueses, considerados como os mais atrasados dos povos europeus, e à inferioridade e ao caráter dos negros e mestiços, seres que estariam fadados à extinção ou ao domínio do branco.

O escritor Silvio Romero, leitor confesso das obras de Buckle, Gobineau e Spencer, seria um dos expoentes dessa forma de pensamento no Brasil. Baseando sua análise no binômio “raça-meio”, ele apontava que a degeneração social do país tinha um caráter amplo e geral, atingindo todas as classes sociais. Argumentava que existiam razões no próprio desenvolvimento histórico do país para explicar a decadência de grande parte da população e atribuía esse fato às “origens raciais dos povos formadores da nação e à natureza do meio”.¹²²

Pode-se afirmar também que Romero era dono de uma leitura particular da situação da população no país. Particular porque, apesar de apontar que o mestiço era uma das causas do problema e ressaltar a existência de uma sub-raça no país, em sua obra *História da Literatura Brasileira* de 1888, o autor defendeu o branqueamento da população como solução, posição controversa ao que foi visto até aqui.

Nesse sentido, Naxara alerta que Romero realmente via no mestiçamento a possibilidade de formação da identidade nacional, contudo, deve-se ressaltar que esse ponto de vista tinha sido formulado “tendo em vista o branqueamento da população a partir dos cruzamentos entre os nacionais e os imigrantes recém-

¹²¹ *Apud* SKIDMORE, T. E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 46.

¹²² NAXARA, M. R. **Estrangeiro em sua própria terra**: representações do brasileiro, 1870-1920. São Paulo: Annablume, 1998, p.91.

entrados”,¹²³ como podemos confirmar ao ler o seguinte trecho do seu livro (grifos nossos):

De tudo que fica dito é fácil tirar a conclusão. Dos três povos que constituíram a atual população brasileira, o que um rastro mais profundo deixou foi por certo o português; segue-se-lhe o negro e depois o indígena. À medida, porém, que a ação direta das duas últimas tende a diminuir, com a internação do selvagem e a extinção do tráfico dos pretos, **a influência européia tende a crescer com a imigração e pela natural propensão para prevalecer o mais forte e o mais hábil.** O mestiço é a condição dessa vitória do branco, fortificando-lhe o sangue para habilitá-lo aos rigores de nosso clima. É em sua forma ainda grosseira uma transição necessária e útil, que caminha para aproximar-se do tipo superior.¹²⁴

Como se percebe, “não se deve incorrer no engano de procurar em Silvio Romero um defensor da igualdade entre os homens. Ao contrário, esse pensador foi um fiel seguidor do determinismo racial”.¹²⁵ Atuando na Faculdade de Direito de Recife, Romero é visto como grande influenciador, uma espécie de “pai fundador” de uma teoria que combinava o direito com a antropologia, alavanca o direito ao estatuto de ciência nos moldes deterministas daquele momento e o credenciava a comentar os destinos e as mazelas do país.

Além de Romero, o professor de Medicina Legal e antropólogo Raimundo Nina Rodrigues foi outro agente com papel relevante no debate racial. Discípulo do consagrado médico italiano Cesare Lombroso¹²⁶ e identificado com os ideais de Galton, ele argumentava de forma bastante ortodoxa que as raças degeneradas deveriam ter um tratamento especial pelo Código Civil, já que eram portadoras de uma mentalidade infantil.

¹²³ NAXARA, M. R. **Estrangeiro em sua própria terra**: representações do brasileiro, 1870-1920. São Paulo: Annablume, 1998, p. 92.

¹²⁴ ROMERO, S. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: 1888, p. 35. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000117.pdf>

¹²⁵ NAXARA, M. R. *Op. cit.*, p. 155.

¹²⁶ A teoria lombrosiana não seria somente uma vaga proclamação de que o crime é hereditário, mas uma teoria evolucionista específica baseada em dados antropométricos. Criminosos seriam casos de atavismo evolutivo em nosso meio, germes de um passado ancestral que permaneceriam adormecidos em nossa hereditariedade. Em alguns indivíduos desafortunados, o passado tornar-se-ia presente. A identificação de “criminosos natos” poderia ser realizada através da apreciação dos seus sinais anatômicos. Comportamentos criminosos poderiam também aparecer em homens normais, contudo a anatomia teria os instrumentos necessários para revelar o “criminoso nato”, não escapando, assim, das características herdadas. (MAIO, 1995).

Sobre a postura do Rodrigues, Chor Maio escreveu:

O poligenista e relativista Nina Rodrigues é bastante explícito na sua defesa de que os negros não poderiam ser tratados em pé de igualdade com os brancos, já que seriam inferiores biologicamente e, portanto, incapazes de se conduzirem como cidadãos em seus plenos direitos. No contexto científico do final do século XIX, o saber médico-legal localizará nos corpos a fonte das desigualdades sociais e terá como meta a defesa da criação de padrões diferenciados de acesso à cidadania. Em especial, no Brasil, este debate envolveu o tema do futuro da nação pós-abolicionista e republicana, onde a incorporação de amplos segmentos da sociedade ao mundo do trabalho e da política, sob novas bases, tornou-se questão central.¹²⁷

Em seu livro *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*, de 1894, Rodrigues elencava a indolência, a impulsividade e a baixa moralidade como características inatas aos mestiços. Esse descompasso entre as três raças desaconselharia a miscigenação, pois culminaria em seres intelectual e fisicamente desequilibrados.^{128,129}

A fim de embasar sua postura contrária a miscigenação racial, ele escreveu:

A julgar por certos fatos, a mistura entre raças de homens muito dessemelhantes parece produzir um tipo mental sem valor, que não serve nem para o modo de viver da raça superior, nem para o da raça inferior, que não presta enfim para gênero algum de vida. Ao contrário, povos da mesma origem, que, tendo vivido durante muitas gerações em circunstâncias diferentes, se têm ligeiramente afastado um do outro, dão, se vê às vezes, pelo cruzamento, um tipo mental superior a certos respeitos. O mestiçamento no Brasil confirma e exemplifica estas previsões.¹³⁰

Na sua obra *O Problema da Raça Negra na América Portuguesa*, lançado em 1903, Nina Rodrigues apontaria a raça branca como a mais culta das seções do gênero humano. O preconceito contra aos negros persistiria em *Os Africanos no Brasil*, escrito no início do século e publicado em 1932, no qual expressava o

¹²⁷ MAIO, M. C. A medicina de Nina Rodrigues: análise de uma trajetória científica. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, 11 (2): 226-237, Apr/Jun, 1995, p. 232.

¹²⁸ CARNEIRO, M. L. T. **O Anti-Semitismo na Era Vargas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001, p.49-50.

¹²⁹ MAGNOLI, D. **Uma gota de sangue**: história do pensamento racial. São Paulo: Contexto, 2009, p. 146-147.

¹³⁰ RODRIGUES, R. N. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1938, p. 172-173. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/as-racas-humanas-e-a-responsabilidade-penal-no-brasil>.

pessimismo com relação à civilização negra, que segundo ele era a responsável por nossa inferioridade.¹³¹

Considerado por alguns autores como o brasilianista Thomas Skidmore, “o principal doutrinador racista brasileiro da sua época”,¹³² o médico baiano foi amplamente lido pelos interessados pelo tema, ganhando com isso ampla notoriedade. Suas teorias defendiam a impossibilidade de se considerar um escravo capaz de se comportar civilizadamente, e numa perspectiva extremamente pessimista, afirmava que a presença do negro na sociedade “há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo”.¹³³

Outro ponto de reflexão sobre o horizonte científico da época é o perfil que os trabalhos publicados pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* no fim do XIX e início do XX se enquadrariam. Por muito tempo alicerçados nos trabalhos do naturalista alemão Carl Friedrich von Martius,¹³⁴ cuja tese baseava-se na particularidade proporcionada pela composição populacional a partir das três raças formadoras, os textos revelam a aceitação de uma hierarquia racial por grande parte dos seus colaboradores. No trecho seguinte exemplifica-se esse ponto de vista:

Começo a explicar que o primeiro na terra foi o tronco negro...depois o vermelho e finalmente que deve ser contemporâneo aos primeiros gelos... Julgo também que na ordem do desaparecimento a natureza há de

¹³¹ CARNEIRO, M. L. T. **O Anti-Semitismo na Era Vargas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001, p. 50.

¹³² SKIDMORE, T. E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 75.

¹³³ *Apud* SKIDMORE, T. E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 77.

¹³⁴ Carl Friedrich Philipp von Martius nasceu no dia 17 de abril de 1794 em Erlangen na Alemanha. Em uma das expedições científicas de maior sucesso de todos os tempos, o médico e botânico von Martius e seu parceiro von Spix passaram quatro anos viajando entre o Rio de Janeiro, São Paulo e Belém. Eles percorreram aproximadamente 10,000 km e coletaram 3541 coleções compostas de aves, insetos e outros animais, e um grande número de coleções de plantas. Além disso, também coletaram minerais e artefatos etnográficos, que se tornaram as bases da coleção etnográfica do Museu Nacional de Etnologia de Munique. Seus escritos sobre os indígenas refletem uma visão preconceituosa, onde esses aparecem como “degenerados”. Ver “Carl Friedrich Philipp von Martius” em <http://www.botanischestaatssammlung.de/collectors/martius.html>.

proceder pela mesma forma. O tronco negro há de desaparecer antes do amarelo e assim sucessivamente até o branco.¹³⁵

A partir no início do Novecentos, a *Revista do IGHB* ilustraria, entre outros assuntos, o pessimismo que perpassaria um grande número de brasileiros por longo tempo e a discussão sobre os problemas da nação, e, tendo como embasamento o tema racial, retomaria uma maneira de entender a história do país nos moldes alavancados por Carl von Martius. O discurso científico e determinista foi incorporado então como solução para os problemas nacionais.

Um ícone desse contexto seria o escritor e sócio efetivo do IGHB, Euclides da Cunha, que refletiria o pensamento científico de sua época na conceituada obra *Os Sertões*, de 1902, onde se propôs a descrever a batalha entre o exército brasileiro e os seguidores de Antônio Conselheiro em Canudos.¹³⁶

Como aponta Neves, “na obra aparece uma rara síntese que condensa o contraste entre os ideais de progresso e civilização que pautam os sonhos de seu tempo e a dura realidade do Brasil”.¹³⁷ O seguinte recorte de *Os Sertões*, no qual Euclides embasa suas convicções no evolucionismo, demonstra a posição do autor frente à mistura das raças (grifos nossos):

A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso. O indo-europeu, o negro e o brasílio-guarani ou o tapuia exprimem estádios evolutivos que se fronteiam, e o cruzamento, sobre obliterar as qualidades preeminentes do primeiro, é um estimulante à revivescência dos atributos primitivos dos últimos. De sorte que o mestiço — traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares — é, quase sempre, um desequilibrado. Foville compara-os, de um modo geral, aos históricos.¹³⁸

¹³⁵ Apud SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 113.

¹³⁶ Para saber mais sobre a Guerra de Canudos ler, entre outros, VILLA, M. A. (1995).

¹³⁷ NEVES, M. S. Os Cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, J. & DELGADO, L. **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

¹³⁸ CUNHA, E. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Livraria Laemmert, 1902, p. 45. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000153.pdf>.

Essa posição demonstra sua preocupação com a heterogeneidade da nação brasileira, assim como com os possíveis obstáculos encontrados no caminho do país antes de atingir os pressupostos que permitiriam estabelecer a civilização e o progresso na sua totalidade. A pesquisadora Jacqueline Hermann sintetiza o cenário retratado por Euclides da Cunha em sua descrição das circunstâncias da guerra: “Canudos era a representação do paroxismo a que o atraso poderia levar o país, caso o Brasil não assumisse o claro compromisso de se unir ao mundo civilizado”.¹³⁹

As primeiras décadas do século XX ainda presenciariam uma série de publicações repletas da visão pessimista do povo tupiniquim. Entre elas, podemos citar autores que defendiam o branqueamento, como Oliveira Viana e seu *Populações Meridionais do Brasil*, de 1920, no qual o autor demonstrou suas peculiares teorias que propunham uma postura de otimismo com o branqueamento do país, numa associação das teorias racistas com a realidade multirracial brasileira; Julio de Mesquita Filho, em *A crise nacional* de 1925; e Paulo Prado, em seu *Retrato do Brasil: Ensaio sobre a tristeza brasileira*, de 1928, obra que se propôs a fazer um estudo do caráter triste da população que, segundo ele, era produto da sua “luxúria inaugural”. Prado concluiu em seu livro que o branqueamento era algo inadiável para a evolução do país.

Ademais, a representação do brasileiro do interior se personificaria nesse contexto no personagem de grande sucesso chamado Jeca Tatu, de Monteiro Lobato. Em *Urupês*, de 1918, Lobato traçou um panorama da população do interior do país, no qual a preguiça, a letargia e a ignorância do caboclo eram enumeradas como características que o tornavam impenetrável ao progresso.

Monteiro Lobato ainda escreveria, mesmo que de forma velada, outras obras de cunho racista, como podemos ver nesse trecho do romance inicialmente lançado para o mercado norte-americano, *O Presidente Negro*, de 1926 (grifos nossos):

O princípio da eficiência resolvera todos os problemas materiais dos americanos, como o eugenismo resolvera **todos os seus problemas morais**. Na operosidade e uniformidade do tipo, aquele povo lembrava a colméia de abelhas. Quase não havia [como] distinguir um indivíduo do outro, pois tomar um homem ao acaso era ter nas mãos uma poderosa

¹³⁹ HERMANN, J. Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FERREIRA, J. & DELGADO, L. **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 144.

unidade de eficiência dentro de um admirável tipo de **ariano** pele-avermelhado. As mulheres não mais evocavam fisicamente as suas avós, magras umas, outras gordas, esta toda nádegas, aquela uma tábua ou de enormes seios e dentes de cavalo – **verdadeira coleção de monstruosidades anatômicas**. [...].¹⁴⁰

Paralelamente aos trabalhos que centralizavam o debate na questão racial, a tese de que o aprimoramento da população poderia ser alcançado também a partir de maiores cuidados com a saúde e a educação começou a ganhar força a partir de meados da década de 1910. Baseada nas recentes descobertas da medicina experimental, essa nova perspectiva elegeria como principal alvo o morador do interior do país, o chamado caboclo ou caipira.

Como vimos, a partir da publicação do relatório dos médicos Belisário Pena e Artur Neiva, que viajaram pelo interior do país a partir de 1912, levantando as condições de saúde nessas regiões, é que o retrato do brasileiro miscigenado começou a mudar. O insucesso evolutivo da nação, tido por muitos como resultado da genética, passou gradualmente a ser entendido também como fruto da falta de acesso à educação e à saúde. “Provou-se que o esquecido homem do interior, o sertanejo de Euclides da Cunha era uma espécime de todas as doenças imagináveis. Se escapava à malária, à varíola, às doenças venéreas, era infestado de parasitas intestinais [...]”.¹⁴¹

Por meio desse relatório, ficava explícito o resultado de um abandono secular que havia culminado em um cenário de miséria física e intelectual da população sertaneja. “Segundo o diagnóstico dos doutores, o homem do interior do Brasil não vivia, mas sobrevivia e muito mal. Era preciso curá-lo e, principalmente educá-lo”,¹⁴² posição que não os isentava totalmente das ideias eugenistas pautadas no branqueamento e na mistura com os europeus, pois, como afirmaram no relatório, “[...] sem o auxílio do estrangeiro, cuja iniciativa, operosidade e tirocínio,

¹⁴⁰ LOBATO, M. **O presidente negro**. São Paulo: Globo: 2008, p. 116-117.

¹⁴¹ SKIDMORE, T. E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 201-202.

¹⁴² BERTUCCI, L. M. . A tese da construção do 'povo brasileiro' nos anos 1910. In: XIX Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão. Setor de Educação - UFPR, 2005, Curitiba. Anais XIX Semana de Ensino Pesquisa e Extensão. Curitiba : SE-UFPR, 2005. v. 1. p. 3.

todo o continente americano deve tudo de progresso que possui, sem este concurso, será inútil esperar o milagre da transformação do sertão do nordeste...”¹⁴³

Nesse momento de viagens e estudos nos sertões, outra figura importante - o médico Miguel Couto - auxiliaria a denunciar a triste realidade de um país abandonado, doente e desconhecido, que deveria ser imediatamente tratado. Seus discursos sobre o tema são considerados pela historiografia como marco de início do chamado movimento pelo saneamento do Brasil,¹⁴⁴ campanha que angariou os mais diversos profissionais em volta da perspectiva de que o atraso nacional era fruto das doenças e do descaso do poder público pelas populações interioranas.

A eugenia brasileira começaria, então, a ter seu sentido mudado por muitos profissionais. Nesse contexto, com o foco do combate ao atraso da nação passando a ser o investimento em higiene e educação, ela passou a ser paulatinamente utilizada como sinônimo das duas. Mais à frente, constataremos que essa foi uma representação bastante utilizada pelos médicos paranaenses durante as décadas que se seguiram. O seguinte texto, publicado na *RMP*, pode ser utilizado como exemplo (grifos nossos):

A instrução e a hygiene constituem as duas forças eugenisadoras capazes de salvar a criança da roça – o nosso caboclo de amanhã. A simples e rudimentar alfabetização nada adianta sem a complementar educação: educação cívica, educação physica, educação economica, educação profissional, educação sanitaria, enfim, transformar o inconsciente e consciente [...].¹⁴⁵

Posicionados em ponto de vista diferente do pensamento sobre a eugenia brasileira daquele momento estavam o médico e farmacêutico Renato Kehl e seus simpatizantes. Indiferentes às novas teorias sociais que apareceriam a partir de meados da década de 1910, eles acreditavam e defendiam medidas radicais de

¹⁴³ BERTUCCI, L. M. . A tese da construção do 'povo brasileiro' nos anos 1910. In: XIX Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão. Setor de Educação - UFPR, 2005, Curitiba. Anais XIX Semana de Ensino Pesquisa e Extensão. Curitiba : SE-UFPR, 2005. v. 1, p. 5.

¹⁴⁴ PONTE, C.; KROPF, S. P.; LIMA, N, T. O sanitarismo (re)descobre o Brasil. Carlos Fidelis Ponte; Ialê Falleiros. (Org.). **Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história**. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz; Escola Politécnica de Saúde - Fiocruz, 2010. Disponível em: <http://observatoriohistoria.coc.fiocruz.br/php/level.php?lang=pt&component=37&item=7>

¹⁴⁵ **Revista Medica do Paraná**. Anno VI, n. 8, ago. 1937, p. 301-302.

controle racial. Mais ambientados com os projetos eugenistas norte-americanos e alemães, esses intelectuais postulavam como alternativa à degeneração a esterilização compulsória da fração anormal da população brasileira.¹⁴⁶

Kehl é considerado o grande representante da eugenia no Brasil, sendo responsável pela inauguração da Sociedade Eugênica de São Paulo, em 1918. Inicialmente mais moderado e filiado ao modelo de pensamento da eugenia positiva, passou por mudanças na sua trajetória profissional, tornando-se adepto a uma eugenia mais radical, defensora da esterilização, a partir do final da década de 1920.¹⁴⁷

Alguns títulos escritos por Kehl foram *A cura da Fealdade* (1923), *A Eugenia no Brasil* (1929), *A Eugenia pratica* (1929), *Por que sou Eugenista?* (1937) e *Sexo e civilização* (1933), no qual apresenta as situações em que a esterilização deveria ser usada: esterilização de alienados e perversos instintivos; esterilização de grandes criminosos e de miseráveis; esterilização econômica; esterilização social; esterilização voluntária; e por fim, esterilização obrigatória, imposta em caso de doenças mentais.¹⁴⁸

Como se percebe, mesmo após a refutação das teorias raciais por parte de alguns cientistas brasileiros, ainda haveria ampla atuação daqueles que defendiam a purificação racial por meio da eugenia negativa. Deve-se lembrar que o 1º Congresso Brasileiro de Eugenia ocorreu apenas em 1929 e foi nele que alguns profissionais da medicina insistiram que a degeneração nacional era causada pela mistura racial. Esse momento de convívio de ideais diversos é assim sintetizado por Schwarcz:

Dessa forma, se de um lado é possível perceber [...] a crítica aos modelos raciais e deterministas de análise social que de há muito não fazem mais fiéis entre os profissionais médicos, de outro lado permanece certa postura intervencionista, herdeira dos modelos científicos da virada do século.¹⁴⁹

¹⁴⁶ DIWAN, Pietra. **Raça Pura:** uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007, p. 123-152.

¹⁴⁷ *Idem.*

¹⁴⁸ *Idem.*

¹⁴⁹ SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 234-235.

Assim, podemos afirmar que década de 1930 foi muito instigante nesse sentido, pois algumas ideias racistas que passaram um tempo sendo combatidas por uma parcela dos cientistas e escritores brasileiros encontraram, nesse momento, outra oportunidade de emergir. Como descreve Carneiro,

[...] a partir da Revolução de 30, com a ascensão e a participação de uma burguesia comercial e industrial nas esferas do poder, com a emergência de grupos políticos de extrema-direita e com a formulação de um pacto Igreja-Estado, podemos verificar, serpenteando por entre os valores liberais exaltados, a recuperação de ideias raciais.¹⁵⁰

Enriquecidas pelo discurso antissemita em voga em países como Alemanha, Rússia e França, elas endossariam novamente as crenças dos ideólogos raciais. Dessa forma, ajudariam a compor um cenário no qual a definição e o uso da eugenia seriam marcados por uma série de ambiguidades, características presentes também nas páginas da *RMP*.

O contraponto dessa perspectiva só seria dado de forma mais incisiva pela obra que serviu de marco por apresentar a convivência das “três raças” numa visão otimista e cordial. *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, cuja primeira edição data de 1933, buscava construir um novo modo de se perceber a miscigenada sociedade brasileira, baseado numa pretensa democracia étnica e na diferenciação entre raça e cultura.¹⁵¹

O confronto entre essas diversas formas de se pensar a sociedade brasileira se perpetuaria por mais algum tempo, sendo que apenas em meados da década de 1950, o uso das teorias raciais parece ter caído realmente em desuso. Essa situação foi alimentada parte pelo horror causado pelas práticas nazistas que ainda reverberavam muito, parte pelo eventual constrangimento a que isso levaria nas relações com as recém-independentes nações asiáticas e africanas. Além disso, não existia mais, pelo menos em sua versão mais escancarada, a defesa do racismo científico por parte de europeus e norte-americanos.

¹⁵⁰ CARNEIRO, M. L. T. **O Anti-Semitismo na Era Vargas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001, p. 57.

¹⁵¹ TEIXEIRA, L. A.: ‘Da raça à doença em Casagrande e senzala’. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, IV(2): 231-243 jul.-out. 1997.

Várias correntes de pensamento ainda discutem as visões dos pensadores que debateram a constituição da nossa sociedade e as relações inter-raciais que nela existiram, não sendo, todavia, o foco dessa exposição. Aqui nos interessou perceber de que forma o caráter racial de explicação social influenciou os pensadores da nação, assim como as consequências dessa “recepção-re-significação” de ideias essencialmente estrangeiras que, ao serem remodeladas, ajudariam a formar a peculiar eugenia brasileira.

Revestida de caráter próprio e produto de uma situação incômoda para os pensadores que alternavam entre a adoção dos modelos deterministas estrangeiros e a análise de suas consequências num país onde, teoricamente, eles eram inviáveis, a discussão racial que fomentou a eugenia brasileira se caracterizou por um modelo que propagou o que servia e segregou o que era inaplicável.

Ao escrever sobre isso, Schwarcz aponta que essa questão nos “permite problematizar a utilização brasileira entendida enquanto *uma* das versões de um mesmo modelo”.¹⁵² Pensadas na situação política, social, econômica e intelectual brasileira daquele momento, as teorias raciais mostram-nos a força desse debate e sua utilização como embasamento para o pensamento eugenista.

Como descrito anteriormente, esse ideário se perpetuaria nas primeiras quatro décadas do século XX no Brasil e renderia intenso embate. O modelo de pensamento eugenista esteve presente nos círculos científicos nacionais e, apesar de seus críticos, atingiu uma grande parcela dos nossos profissionais da saúde, políticos, sociólogos, escritores, entre outros intelectuais.

No Paraná, como veremos mais à frente, a eugenia também seria utilizada como ferramenta para criticar a miscigenação e combater a degeneração e a precária situação de saúde da população e, com isso, reverter o “atraso” ocasionado por elas.

No próximo capítulo, demonstraremos como a eugenia foi utilizada em território paranaense, passando pelo contexto na qual foi recebida e discutida, pelo papel da classe médica e a construção do discurso higienista local.

¹⁵² SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 244.

Em seguida, corroborando com Chor Maio,¹⁵³ o qual afirma que uma das maneiras mais eficazes de se pesquisar a história da medicina é por meio da trajetória de personagens influentes, percorremos a trajetória profissional do médico e professor da Faculdade de Medicina do Paraná, Milton de Macedo Munhoz, fundador da *RMP* e personagem central para discutirmos a eugenia paranaense daquele momento.

¹⁵³ MAIO, M. C. A medicina de Nina Rodrigues: Análise de uma trajetória científica. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 226-237, abr./jun. 1995.

2. O PARANÁ E A EUGENIA: O PAPEL DO MÉDICO MILTON DE MACEDO MUNHOZ

Este capítulo pretende abordar, inicialmente, como estava constituído o contexto social paranaense durante o final do século XIX até meados do século XX. Procuramos, com isso, demonstrar características do período em que as teorias raciais e eugenistas chegaram ao estado, a fim de permitir um melhor entendimento do meio no qual foram lidas, discutidas e representadas na *Revista Médica do Paraná*.

Em um segundo momento, centralizamos a análise na figura de Milton de Macedo Munhoz, editor da *RMP* durante a década de 1930 e médico paranaense articulado com as ideias eugenistas, o qual, ao longo da década, posicionou-se de diferentes formas em relação ao ideário eugênico. Por algum tempo simpatizante de práticas eugenistas negativas¹⁵⁴, ele optou, ao longo do seu vínculo à *RMP*, por aderir a modalidades eugenistas mais ligadas às práticas higienistas.

Buscamos evidenciar com isso que alguns temas de relevância para Munhoz estiveram acoplados ao discurso eugênico propagado pela revista, como a higiene e a educação. Pilares teóricos do seu discurso, essas duas práticas estiveram constantemente articuladas com a eugenia, revelando um discurso que nos permitirá, mais adiante, concluir que a revista cumpriu importante papel na questão eugênica paranaense.

2.1 O CONTEXTO PARANAENSE E A EUGENIA

Como já apontado, entre meados do século XIX e o início do século XX o Brasil passou por um período de mudanças decisivas no seu panorama político-social. No viés político, o processo que levou à queda da Monarquia culminou com a proclamação da República em 1889, situação que trouxe à sua geração intelectual a questão crucial da “busca de uma identidade coletiva para o país, de uma base para

¹⁵⁴ Entende-se por práticas eugenistas negativas, as medidas que incluíam a intervenção direta na reprodução humana, como a proibição de casamentos, a esterilização compulsória, o aborto e a eutanásia

a construção de uma nação”,¹⁵⁵ a qual perpassava pela construção de um sentimento de pertença comum entre os brasileiros.

Os movimentos nacionalistas das últimas décadas do século XIX incluíam a raça e a língua como critérios centrais ou mesmo únicos para a existência de uma nação potencial.¹⁵⁶ O caráter racial, respaldado pela ciência, passou então a ocupar lugar privilegiado no pensamento social brasileiro, fundamentando a crença de que a diversidade humana e cultural era instituída pela desigualdade das raças. A partir dessa crença, “produziram-se hierarquias raciais que invariavelmente localizavam os europeus civilizados no topo, os negros “bárbaros” e os índios “selvagens” se revezando na base, e todos os demais ocupando as posições intermediárias”.¹⁵⁷

Por outro lado, na esfera social o período contemplou os últimos suspiros do sistema escravocrata. Esse processo proporcionou a liberdade de cerca de 700 mil escravos, os quais enfrentariam em situação desfavorável, “sem educação ou recompensa, a concorrência por trabalho assalariado de mais de um milhão e meio de imigrantes brancos que entraram no país entre 1890 e 1920”.¹⁵⁸ Desse modo, apesar da abolição, a sociedade brasileira continuou marcada por desigualdades profundas e pela concentração do poder.

Soma-se a isso a ideia de progresso que circulou entre as sociedades ocidentais durante os séculos XVIII e XIX e que alcançou também o Brasil. Como afirma Dupas, “as inovações viabilizadas pela tecnologia foram adquirindo um caráter de qualidade intrínseca, gerando rotulações de ‘progressistas’ para quem as aprovava e de ‘conservadores’ ou ‘reacionários’ para quem as criticava”.¹⁵⁹

¹⁵⁵ CARVALHO, J. M. **A formação das almas**: o imaginário da República do Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

¹⁵⁶ HOBBSBAWN, E. J. **Nações e Nacionalismo desde 1870**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

¹⁵⁷ SEYFERTH, G. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: CHOR MAIO, M. & SANTOS, R. V. (orgs.) **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996, p. 42-43.

¹⁵⁸ STEPAN, N. L. **A hora da eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 46.

¹⁵⁹ DUPAS, G. **O mito do progresso; ou o progresso como ideologia**. São Paulo: Editora UNESP, 2006, p. 13.

O conceito de moderno ganhou conotação de elogio e virou antítese do que era considerado ultrapassado, tornando-se obsessão para os que pretendiam a civilização aos moldes europeus. Nesse sentido, pode-se afirmar que “durante todo o século XIX, a ideia do progresso foi dominante no Ocidente”.¹⁶⁰ Em meio a essa série de transformações, as teorias de caráter racial e baseadas no clima passaram a orientar os debates acerca da identidade da nação e de sua viabilidade. A possibilidade de o Brasil ingressar no rol dos países desenvolvidos e progressistas também estimulou pensadores paranaenses a refletir sobre a maneira pela qual o novíssimo estado poderia adentrar na modernidade.¹⁶¹

Situado geograficamente entre os estados de São Paulo e Santa Catarina, foi apenas em meados do século XIX, mais precisamente em 1853, que o território pertencente à Quinta Comarca de São Paulo foi transformado em Província do Paraná. Nessa época, a região possuía uma população de aproximadamente 69.000 habitantes,¹⁶² contava com uma infraestrutura precária e baseava sua economia nas atividades extrativistas.

O momento de criação da província é assim descrito por Sérgio Nadalin:

É nessa conjuntura dominada pelas transformações relacionadas à extinção do tráfico; a expansão do comércio exterior – que no Paraná era representado pelo desenvolvimento da economia do mate; a criação de um novo regime de terras, oriundo em parte da necessidade de modernizar o regime de propriedade no país e da luta política entre os defensores da colonização com imigrantes estrangeiros visando à substituição do braço cativo e aqueles que preconizavam a colonização do povoamento; e tendo ainda como pano de fundo o desenvolvimento de uma sociedade urbana originada do desenvolvimento de uma economia mercantil e da decadência social e política dos antigos criadores de gado, é que foi criada a província do Paraná, em 1853.¹⁶³

¹⁶⁰ DUPAS, G. **O mito do progresso; ou o progresso como ideologia**. São Paulo: Editora UNESP, 2006, p. 14.

¹⁶¹ Sobre as noções de “moderno”, “modernidade” e “modernização” no caso brasileiro, consultar Herschmann & Pereira (1994, p. 14-21).

¹⁶² WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. 2. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010, p. 167.

¹⁶³ NADALIN, S. O. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. Curitiba: SEED, 2001, p.71.

Excetuando-se o clima, tão elogiado pelos viajantes que passaram pela região no século XIX,¹⁶⁴ por sua semelhança ao europeu, muitos eram os desafios para a chegada decisiva do progresso na região, segundo as elites paranaenses.

O primeiro obstáculo a ser ultrapassado seria o reduzido número de habitantes presentes no território da província. Além disso, modificar a composição étnica considerada “desfavorável ao progresso” também se fazia necessário, pois, mesmo com um número reduzido de escravos em sua população quando comparado a outros centros do país,¹⁶⁵ o território paranaense era marcado pela miscigenação. Segundo o historiador Fernando Netto:

Quanto à cor, percebe-se que a população do Paraná é fortemente marcada pela miscigenação. Nesse período, isto é, no ano de 1872, apesar das imigrações acentuadas, a população “de cor” era fundamental no processo sócio-econômico no Paraná. A população branca era de 69.698 almas (55,0%), enquanto que os pardos, pretos e caboclos eram em número de 57.024, participando, portanto, com 45,0%. Se separarmos por cor, encontram-se os seguintes percentuais: 55,0% brancos; 27,4% pardos; 10,4% pretos e 7,2% caboclos.¹⁶⁶

Com vistas a solucionar esses dois problemas, o governo brasileiro incentivou a entrada de imigrantes europeus no país, e uma grande leva acabou sendo direcionada ao Paraná. Outro fator que influenciou a imigração foi o contexto social pós-abolição da escravatura, que provocou uma sensível diminuição da mão de obra disponível. Segundo Ianni:

[...] O problema da entrada de imigrantes europeus e sua distribuição pelo espaço geográfico é uma das questões permanentes de toda a segunda metade do século, entrando pelo século XX. O trabalho escravo perde prestígio progressivamente, em consequência das inovações tecnológicas, do encarecimento do preço do cativo, da destruição das bases morais do

¹⁶⁴ Para saber mais sobre as impressões dos viajantes europeus sobre o Paraná ler, entre outros, AVÉ-LALLEMENT, Robert. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo** (1858), e BIGG-WITHER, Thomas P. **Novo caminho no Brasil Meridional: a província do Paraná. Três anos em suas florestas e campos. (1872-1875).**

¹⁶⁵ Dados demográficos de 1872 indicam uma população total era de 126.722 indivíduos, sendo que 116.162 (91,7%) eram livres e 10.560 (8,3%) eram escravos. IBGE - Recenseamento Geral do Brasil em 1872. V. 9.

¹⁶⁶ NETTO, F. F. **População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX.** 2005. 394 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, p. 109.

regime, da própria eficácia do trabalho de grupos europeus que se dedicam à agricultura em geral [...].¹⁶⁷

No Paraná, os imigrantes chegariam ao número aproximado de cento e trinta mil até meados do século XX¹⁶⁸, mas já no final do século XIX, o resultado desse povoamento era exaltado por alguns pensadores paranaenses como o carro-chefe do progresso por hora alcançado. Exemplo pertinente dessa avaliação positiva pode ser lido no editorial intitulado “Dois aspectos”, do jornal *Diário da Tarde*, de 8 de abril de 1899 (grifos nossos):

Nas simples linhas, e nos poucos algarismos que ahi ficam sublinhando a existência historica do Estado, está patente o progresso. [...] Um estado débil pelo numero de seus habitantes e debil pela sua juventude, não poderia erguer-se, assim, tão arrojadamente se não abrisse o porto a quem a temeridade da luta pela existência e o cansaço das terras europeas trouxe, atravez do grosso Atlantico, até o nosso céu hospitaleiro. [...] **Um e outro afirmaram, com razão, ser a colonização o elemento principal de nosso desenvolvimento e grande futuro.** [...] o Progresso e o desenvolvimento econômico sô o conseguem os estados novos pelos esforços unidos de nacionaes e estrangeiros, esforço cuja fecundidade perceberá quem, depois de observar, syndicando as causas, o que já somos hoje, volva os olhos e observe o que éramos meio seculo atraz.¹⁶⁹

Sob a influência das teorias científicas raciais que chegavam da Europa e dos EUA, muitos reformadores brasileiros passaram a ver a questão do negro a partir da perspectiva “de sua substituição física pelo imigrante tanto na agricultura como nas diversas atividades urbanas”.¹⁷⁰ Mais eficazes e modernos na visão de muitos pensadores da nação, além de fornecer mão de obra e ajudar a povoar o território, os europeus contribuiriam também para auxiliar na diminuição do caráter negro da população através do branqueamento.

Além desse aspecto, no contexto paranaense da época, “civilizar era palavra de ordem e significava ficar em pé de igualdade com a Europa, modelo a ser

¹⁶⁷ IANNI, O. As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional. São Paulo: Difel, 1962. In: WACHOWICZ, **História do Paraná**, 2. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG 2010, p. 168.

¹⁶⁸ WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. 2. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010, p. 185.

¹⁶⁹ Dois aspectos. **Diário da Tarde**, Curitiba, 08 abril 1899.

¹⁷⁰ AZEVEDO, C. M. M. **Onda negra medo branco**: o negro no imaginário das elites do século XIX. São Paulo: Annablume, 2004, p. 51.

atingido, no que se referia ao cotidiano, à economia e às instituições”.¹⁷¹ Afinal, era necessário romper com o passado colonial e adentrar na civilização rumo às luzes do progresso, provocando transformações nas condições de vida e de instrução e, também, no caráter racial da população.

Nesse sentido, o imigrante europeu era visto sob um olhar “romântico”, capaz de criar uma civilização camponesa aos moldes da Europa.¹⁷² Além de suprir a carência populacional, a imigração era considerada “fator étnico de primeira ordem, destinada a tonificar o organismo nacional abastardado por vícios de origem e pelo contato que teve com a escravidão”.¹⁷³

Nesse contexto, apontava-se a necessidade de “promover a imigração de colonos morigerados e laboriosos”¹⁷⁴ em contrapartida à presença da parcela da sociedade rotulada como “inferior”. Tais percepções estavam articuladas com as ideias de modernidade formuladas pelas elites e inspiradas em modelos racistas de pensamento vindos da Europa. Segundo Nadalin

A herança escravista calava em profundidade, e a elite era dominada pelo medo alimentado pela memória dos quilombos. Isto está na origem e alimentava os preconceitos da minoria branca. Não era só o negro mau, bruto e violento; toda a população mestiça não era confiável e, em decorrência, não tinha condições morais para cumprir os elevados propósitos nacionais. Além disso, o negro – representante de um sistema que deveria ser extirpado – era igualmente criticado como culpado do aviltamento do trabalho, inepto às tarefas importantes, tão necessárias naquele momento. O negro, o indígena... os mestiços!¹⁷⁵

A miscigenação passou, assim, a ser tema privilegiado entre os discursos nacionalistas brasileiros durante o final do XIX e início do XX, “vista como mecanismo de formação da nação [...] e base de uma futura raça histórica brasileira,

¹⁷¹ LAROCCA, L. M. **Higienizar, cuidar e civilizar: o discurso médico para a escola paranaense (1920-1937)**. 2009. 243 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, p. 29.

¹⁷² NADALIN, S. O. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. Curitiba: SEED, 2001, p.72.

¹⁷³ *Idem*.

¹⁷⁴ *Ibidem*, p.73.

¹⁷⁵ *Ibidem*, p.74.

de um tipo nacional, resultante de um processo seletivo direcionado ao branqueamento [...]”¹⁷⁶

Deve-se ressaltar que, no Brasil, tivemos um movimento eugenista peculiar, que em muitos momentos esteve articulado à proposta do branqueamento das pessoas, e sob essa perspectiva, a crescente leva de imigrantes europeus era fator essencial para o sucesso dessa medida. Anteriormente, apontamos que o darwinismo social e a eugenia, criados pelos cientistas europeus, negavam que o branqueamento fosse uma estratégia viável e condenavam a miscigenação racial. Entretanto, inseridos em contexto diferente:

[...] os cientistas brasileiros encontraram meios para contornar a visão negativa mantida pelo racismo para a mistura de raças, ora classificadas como inferiores, ora como atrasadas: inventaram a tese do branqueamento e os mestiços superiores.¹⁷⁷

Assim, o processo passou a ser entendido como uma possibilidade de “miscigenação seletiva”, capaz de tornar a população brasileira inteiramente branca em três gerações. Apesar de miscigenado, o resultado desse cruzamento racial transformaria o brasileiro em um indivíduo branco, ou em outras palavras, física e moralmente “superior” na hierarquia das raças.

No Paraná, percebe-se esse ideal permeando a análise de vários pensadores. O elevado número de estrangeiros no território paranaense e seu papel étnico “branqueador” seriam louvados por Nestor Victor, um dos integrantes do movimento conhecido como Paranismo¹⁷⁸:

Alem de maior densidade que vai ganhando com isso nossa população, torna-se nella de cada vez mais reduzida a porcentagem do negro. Já em 1872, segundo uma estatística daquelle tempo, essa porcentagem era apenas de 10,41, em nosso Estado. Não haverá hoje, estou certo, outro

¹⁷⁶ SEYFERTH, G. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: CHOR MAIO, M. & SANTOS, R. V. (orgs.) **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996, p. 43.

¹⁷⁷ *Ibidem*, p. 49.

¹⁷⁸ O Paranismo foi um movimento que reuniu vários intelectuais locais entre o fim do XIX e meados do XX, que incentivava a todos a importância de mostrar o amor pelo Paraná. Sobre o Paranismo e questões sobre a construção da identidade paranaense, ver: PEREIRA, Luís Fernando Lopes. **Paranismo: O Paraná Inventado**. Cultura e imaginário no Paraná da I República. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998;

Estado no Brasil que ofereça como o nosso condição ethnica tão favorável.¹⁷⁹

O ideal repercutiu no Paraná, evidenciando claramente a busca de um branqueamento das pessoas, o qual seria responsável pela integração da civilidade e do progresso pela via racial. Nadalin afirma que

[...] num século caracterizado pelo fortalecimento dos nacionalismos, sobretudo pela afirmação de um passado glorioso, o Paraná, como o resto do Brasil, pretendia desenvolver sua coesão política numa projeção para o futuro em que os vícios de origem e o contato com a escravidão seriam sanados pela tonificação do organismo social.¹⁸⁰

Nesse momento de celebração da imigração, importantes obras contemplando explicações racistas para o atraso econômico e cultural brasileiro ganhavam grande repercussão. São exemplos as obras de Raimundo Nina Rodrigues, para o qual a presença do negro definia a inferioridade do povo brasileiro, e de Silvio Romero, propositor do branqueamento como solução para as incômodas mazelas nacionais. Como vimos anteriormente, Romero afirmava que o cruzamento entre os exemplares brancos europeus evoluídos e índios e negros determinaria um melhoramento das gerações vindouras.

Pensando na importância da imigração, tanto para uma melhor distribuição da população como para o que defendia como possível resolução para a diminuição das raças “inferiores” no país, Romero analisou comparativamente as regiões Norte e Sul do país em uma das suas obras, traçando um panorama muito mais favorável aos sulistas, por conta da abundante imigração europeia. Escrevendo de forma pretensiosamente visionária, estabelecia naquele momento que, futuramente, seria muito provável que ocorresse a independência das províncias do Sul, causada pela discrepância entre as regiões do país.

Nas suas palavras (grifos nossos):

Comparando-se o Norte e o Sul do país, nota-se já um certo desequilíbrio, que vai tendo consequências econômicas e políticas: ao passo que o Norte tem sido erroneamente afastado da imigração, vai esta superabundando no

¹⁷⁹ VICTOR, N. **A terra do futuro** (impressões do Paraná), 1913, p. 375-385.

¹⁸⁰ NADALIN, S. O. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. Curitiba: SEED, 2001, p.75.

Sul, introduzindo os novos elementos, fato que vai cavando entre as duas grandes regiões do país um valo profundo, já de si preparado pelos climas. O meio de trazer o equilíbrio seria distribuir a colonização regularmente e cuidadosamente por tôdas as zonas do país, facilitando às nossas populações a assimilação desses novos elementos. Se o não fizerem, as três províncias do extremo Sul terão, em futuro não muito remoto, um tão grande excedente de população germânica, **válida e poderosa**, que sua independência será inevitável.¹⁸¹

Falando especificamente do Paraná, em meio ao projeto de modernidade que perpassava pela exaltação do elemento europeu em detrimento ao caboclo no nosso estado, podemos citar a figura do autor e político Romário Martins. Fiel aos ideais eugenistas e cientifizantes europeus e norte-americanos, o autor de uma das obras fundadoras da historiografia paranaense, *A História do Paraná*, é descrito como “[...] adepto da eugenia e do branqueamento”, parecendo ao escrever suas obras “[...] trilhar o caminho de posse da constatação que a população negra está em progressivo declínio percentual no Estado”,¹⁸² tendendo a desaparecer.

Percebe-se que, nesse primeiro momento de contato com os ideais eugenistas, muitos pensadores paranaenses pautados, sobretudo, nos modelos deterministas raciais alertavam sobre o perigo do negro e do mulato para o desenvolvimento nacional. Apontavam como condição ao futuro glorioso o branqueamento da nação, pois, para eles, o negro era o real a corrigir, haja vista que denotava a própria escravidão, ao atraso e a barbárie.¹⁸³

Anos depois, durante a década de 1930, médicos como Milton Munhoz e Mário Gomes¹⁸⁴ ainda abordariam frequentemente o tema, na *Revista Médica do Paraná*, demonstrando a permanência desse tipo de postura entre alguns indivíduos. Gomes, autor de inúmeros trabalhos publicados na mesma, trataria o tema com rigor ao criticar a reduzida quantidade do sangue da raça branca na constituição populacional do país. Dono de um negativismo extremo, ele incluía em sua crítica a pouca qualidade da parcela branca nessa miscigenação:

¹⁸¹ ROMERO, S. **História da literatura brasileira**. 6 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960, p. 121.

¹⁸² IURKIV, J. E. Romário Martins e a historiografia paranaense. **Revista da Educação**, p. 123-132, vol. 2, nº 2, jul/dez. 2002.

¹⁸³ AZEVEDO, C. M. M. Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX. São Paulo: Annablume, 2004, p. 55.

¹⁸⁴ Mário Gomes compôs a primeira diretoria da AMP (1933) como 2º secretário e também atuou como Inspetor médico-escolar do estado durante a década de 1920.

Na formação da nacionalidade brasileira – esse amalgama heterogêneo a que atingimos –concorreram vários fatores e dos mais desfavoráveis em todo sentido: o da fusão de uma parcela ínfima da raça branca – o elemento superior, mas não puro, nem selecionado – com a raça indígena – considerado também como mau elemento e a grande e lamentável porcentagem de sangue africano, aqui trazido pelas multidões de escravos importados.¹⁸⁵

Nas palavras do médico paranaense percebe-se que, além do problema do sangue africano, a raça branca que contribuiu para a formação do povo brasileiro não era exatamente “selecionada”. Tal perspectiva vem ao encontro do que sugere a historiadora Celia Azevedo, segundo a qual:

O mal não parecia residir no sistema colonial, mas, sobretudo, no tipo de população que surgira a partir dele, proveniente em primeiro lugar do elemento luso, também inferior etnicamente quando comparado com o espírito forte e a vontade indomável dos povos de raça germânica.¹⁸⁶

Em face do que foi apresentado até aqui, percebemos que a imigração europeia, num primeiro momento, foi vista como possível solução para uma série de problemas. Acreditava-se que a falta de mão de obra, o modesto povoamento do território e a diminuição do sangue negro no Paraná poderiam ser remediados pela vinda dos europeus. Contudo, veremos a seguir que esse processo não foi capaz de sanar todas as dificuldades e de instituir definitivamente o progresso, situação que promoveu a procura por outras ações capazes de eugenzar e “civilizar” a sociedade paranaense, sobretudo a partir da década de 1910.

2.1.1 A salvação pela dupla “higiene-eugenia”

Passado algum tempo do início da corrente imigratória, um sentimento de frustração perpassou aqueles que a exaltavam como solução completa. Na visão de muitos, apesar de válida como mecanismo de povoamento, a imigração por si só não foi capaz de moldar o tão almejado paranaense “civilizado” e “progressista”. “A presumida boa vontade dos colonos não os preparou para a diferença climática e

¹⁸⁵ **Revista Médica do Paraná.** Anno II, n. 1. Dezembro de 1932, p. 17-18.

¹⁸⁶ AZEVEDO, C. M. M. Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX. São Paulo: Annablume, 2004, p. 56.

para a compreensão, por vezes trágica, de que muitos não tinham sido talhados para a migração”.¹⁸⁷

Em função das dificuldades de adaptação, muitos imigrantes europeus acabaram formando um contingente pobre na capital, o que acarretou algumas críticas à política imigratória estadual. A ideia de engrandecimento da nação apenas por meio da imigração passou a ser questionada por alguns, visto que passaram a afirmar que “a Europa só nos fornece rústicos e indigentes, ignorantes, com o moral abatido pela miséria, pela fome”.¹⁸⁸

Ao se constatar que o “povo paranaense necessariamente não emergiu modificado com a imigração, pois os imigrantes – de camadas sociais mais modestas – se integraram primeiramente aos hábitos do caboclo”,¹⁸⁹ alguns decepcionados paranaenses, como o historiador David Carneiro, desenharam o perfil do paranaense tradicional como tímido, invejoso dos outros e apático. Assim, em discurso marcado pela desilusão com a imigração, ele aponta que:

A experiência das imigrações com as diferentes raças não modificou o feitiço primitivo, pois os paranaenses de hoje somos[sic] preguiçosos como os do século XVIII e os do século XIX, vistos por Saint Hilaire. As almas são as mesmas, afeitas à contemplação, à maledicência, ao comodismo inerte e amorfo.¹⁹⁰

Desse modo, apesar da inicial valorização dada à imigração para a construção e fortalecimento da nação e para seu branqueamento, percebeu-se que era imperativo também “civilizar” a sociedade por outros meios. Afinal, constatou-se

¹⁸⁷ LAROCCA, L.M. **Higienizar, cuidar e civilizar**: o discurso médico para a escola paranaense (1920-1937). 2009. 243 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, p. 38.

¹⁸⁸ MARACH, C. B. **Inquietações Modernas**: Discurso educacional e civilizacional no periódico A Escola (1906-1910). 2007. 120 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, p. 41.

¹⁸⁹ *Ibidem*, p. 35.

¹⁹⁰ CARNEIRO, D. **História Psicológica do Paraná**. Curitiba: Dicesar Plaisant, 1943, p. 7.

que “só a miscigenação com brancos estrangeiros não seria a solução para a boa constituição da população nacional”.¹⁹¹

O descaso em relação às condições de vida da população praticado pelos governos nacionais apontados por Belisário Penna e Artur Neiva, em seu famoso relatório,¹⁹² contribuiu significativamente para essa alteração de panorama. Denunciando as precárias condições sanitárias que enfraqueciam a população e amparados pelas recentes descobertas da medicina experimental¹⁹³, os sanitaristas alertavam para a urgência em sanear ou sucumbir em meio ao atraso e à degeneração da sociedade brasileira.

Nesse contexto, especialmente a partir da década de 1910, investir na formação de uma consciência sanitária da população, assim como educá-la sobre medidas de higiene e saúde, tornaram-se medidas de extrema importância. Nesse momento, percebe-se uma modificação no sentido da eugenia para os brasileiros, a qual passou a ter seu foco principal de ação direcionado ao combate dos chamados “venenos raciais”. Para muitos médicos brasileiros dessa época, tais práticas possibilitariam a regeneração da população. Pobreza, doenças venéreas, ignorância e alcoolismo eram alguns exemplares desses venenos e podiam ser vistos tanto como resultado de condições sociais ruins como de conduta imoral.¹⁹⁴

Para alcançar esse fim, os manuais de higiene daquele momento procuravam organizar as ações referentes ao seu campo de ação em três modalidades (grifos nossos):

¹⁹¹ BERTUCCI, L. M. Forjar o povo, construir a nação: ciência médica e saúde pública no Brasil. In: CARBÓ, E. R., VARGAS, H. M., MARTÍN, P. S. (orgs). **La integración del territorio en una idea de Estado. México y Brasil, 1821-1946**. Ciudad do México: IG/UNAM, Instituto Mora, 2007, p. 147.

¹⁹² A obra lançada a partir de 1916 e intitulada “Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás” foi encomendada pela Inspetoria de Obras contra a Seca.

¹⁹³ Arelada às recentes descobertas que embasavam a teoria microbiológica das doenças, a prática da medicina experimental no Brasil forneceria uma pauta de pesquisas direcionada aos problemas de saúde que afligiam o país. Dessa forma, a bacteriologia seria responsável por fornecer argumentos para tratar o brasileiro ao invés de condená-lo pela “raça”. Para saber mais, ler, entre outros, BENCHIMOL, J. L. **Dos micróbios aos mosquitos**. Febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz; Ed. UFRJ, 1999.

¹⁹⁴ STEPAN, N. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 98.

A higiene do meio, a higiene individual e a higiene pública. A higiene do meio incluiria o estudo do solo, da água, do ar e da habitação. A higiene individual estaria voltada para o estudo da evolução do indivíduo e de suas propriedades mensuráveis – a biometria -, bem como analisaria as questões que se pretendiam aos cuidados corporais, ao vestuário. Já a higiene coletiva considerava o estudo das populações ou bem por suas características etnográficas (demografia e a descrição do povo), bem por sua avaliação estatística, **aí se incluindo também os problemas sociais que estariam enfeixados na eugenia, principalmente na puericultura, na luta contra as doenças transmissíveis e no alcoolismo.**¹⁹⁵

Percebe-se claramente que, inserida nas medidas higiênicas, estava a eugenia considerada por grande parte dos médicos brasileiros como uma das medidas que possibilitariam a salvação da nação. Baseando a análise no fato de que o brasileiro era doente, abria-se uma boa perspectiva de reversão do quadro de apatia em que se encontrava. Para esse fim, os médicos afirmavam ser necessário intervir sobre os fatores que minavam sua força e vitalidade por meio dessas medidas higienistas. O saber dito científico e a ação dos médicos através dessas práticas oportunizariam, então, “regenerar a raça, saná-la física e moralmente”.¹⁹⁶

Nesse momento, o receio da terrível condenação à degeneração e ao atraso feito por inúmeros pensadores sociais, pautados exclusivamente em nossas características raciais, parecia ter sido amenizado pela medicina, pois:

Os conhecimentos dos médicos higienistas sobre a saúde dos brasileiros e sobre as condições sanitárias em grande parte do território nacional, revelados ao público em 1910, absolviavam-nos enquanto povo e encontravam um novo réu. O brasileiro era indolente, preguiçoso e improdutivo porque estava doente e abandonado pelas elites políticas. Redimir o Brasil seria saneá-lo, higienizá-lo, uma tarefa obrigatória dos governos.¹⁹⁷

Nessa perspectiva, “a ciência, em especial a medicina, propiciaria um alívio para intelectuais, que, até então, não enxergavam alternativas para um país que

¹⁹⁵ MOTA, A. **Quem é bom já nasce feito**: sanitarismo e eugenia no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 43.

¹⁹⁶ SILVEIRA, E. **A cura da raça**: eugenia e higienismo no discurso médico sul-rio-grandense nas primeiras décadas do século XX. Passo Fundo: Editora Universitária de Passo Fundo; 2005, p. 97.

¹⁹⁷ LIMA, N. T; HOCHMAN, G. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da primeira República. In: CHOR MAIO, M; SANTOS, R. V. (coord.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996, p.23.

parecia condenado, dada a sua composição racial”.¹⁹⁸ Mirando suas armas para o novo inimigo - a doença – uma grande parcela dos médicos brasileiros elegeu a higiene e a instrução como os instrumentos centrais de reforma do país.

Essa identificação das enfermidades e das péssimas condições de vida como os grandes problemas nacionais, além de livrar-nos da inferioridade eterna, “apontava os instrumentos para sua superação: a ciência médica e as políticas públicas de saúde e saneamento”.¹⁹⁹

Além disso, essa releitura das causas das mazelas da nação serviu também para remodelar a eugenia brasileira, com já dito. Pautada nessas novas percepções, a eugenia passou a atuar intimamente com a higiene, promovendo um trabalho de reabilitação do povo a partir do seu tratamento e educação. Segundo estes ideais, saudável e instruído, o povo poderia ser resgatado e incluído no curso do progresso brasileiro.²⁰⁰

Essa proximidade que representavam e como eram utilizadas a higiene e a eugenia naquele momento são relatadas por Tânia Regina de Luca, ao analisar a *Revista do Brasil*, importante periódico da época. Como a pesquisadora aponta:

No período abarcado pela Revista do Brasil higiene e eugenia frequentemente eram encaradas senão como sinônimos, pelo menos enquanto ciências que compartilhavam objetivos muito próximos. A primeira insistia na erradicação das pestilências, das doenças infecto-contagiosas e nos benefícios da boa alimentação, da abstinência das toxinas, da vida ao ar livre, da adoção de hábitos higiênicos; já a segunda pretendia, com base nos conhecimentos acumulados a respeito da reprodução humana, aperfeiçoar física e moralmente a espécie.²⁰¹

Desenvolvendo importante papel nos debates sobre eugenia, os médicos paranaenses incluíram-se como divulgadores dessas novas premissas, indicando a educação da população e a higienização como o caminho para se alcançar o

¹⁹⁸ SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**; cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Cia. das Letras, 1993. p. 245.

¹⁹⁹ LIMA, N. T.; HOCHMAN, G. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da primeira República. In: CHOR MAIO, M; SANTOS, R. V. (coord.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996, p.37.

²⁰⁰ SILVEIRA, É. **A cura da raça**: eugenia e higienismo no discurso médico sul-rio-grandense nas primeiras décadas do século XX. Passo Fundo: Editora Universitária de Passo Fundo; 2005.

²⁰¹ LUCA, T. R. **Revista do Brasil**. Um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: UNESP, 1998, p. 223.

patamar do mundo moderno e civilizado. Afinal, não daria mais para confiar apenas no clima favorável para manter a população paranaense saudável e “viável”.

O campo para aplicação dessas ações era fértil. Na capital, Curitiba do início do século XX, por exemplo, inúmeros problemas impediam a modernização na forma pela qual era percebida por aqueles agentes. O “velho” bonde, a falta de calçamento nas ruas, os prédios antigos, a sujeira, o mau cheiro, as doenças e a pobreza insistiam em caracterizá-la como um lugar atrasado.

Portanto, até o final da década de 1910 a população paranaense ainda não dispunha de infraestrutura básica necessária ao seu desenvolvimento, e poucos bairros de Curitiba contavam com sistema de abastecimento de água e de esgoto sanitário. Sobre os problemas sanitários, Cintra descreve que, naquele contexto:

As reclamações acerca das novas condições de vida recaíam sobre a falta de higiene ou a insalubridade das habitações, o esgoto a céu aberto e o mau cheiro que rondava a cidade, causado, sobretudo pelo acúmulo de lixo e águas paradas, pela ausência de um sistema de esgotamento, bem como sobre os problemas que acusavam a má qualidade de distribuição de água [...]. E não só isso: problemas quanto ao atendimento à saúde da população eram de longa data.²⁰²

Além disso, as péssimas condições de saúde constituíam outro grande entrave ao progresso. O crescimento urbano e o significativo incremento da população paranaense²⁰³ trouxeram consigo uma proliferação das doenças, situação agravada pela falta de mínimos recursos para combatê-la.

No que diz respeito às condições de saúde da população, as estatísticas sanitárias do estado apontam para um cenário caótico, com a ocorrência de grandes epidemias, como a de Febre Tifóide, em 1917, e de Gripe, em 1918. A tuberculose manteve altos índices de incidência até meados do século, situação que contribui

²⁰² CINTRA, E. P. U. “**Sciencia et labor**” no “**Palácio de Luz**”: A institucionalização da ciência médica e a Faculdade de Medicina do Paraná. 2010. 250 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, p.68.

²⁰³ As duas primeiras décadas do século XX colocam o Paraná à frente do crescimento populacional brasileiro, aos moldes do ocorrido em 1890, com o índice de 109% de crescimento, contraste significativo com a alta média nacional de 75%. Dados disponíveis em <http://www.sidra.ibge.gov.br>

para um verdadeiro estado de calamidade pública, que nada cooperava para a chegada do almejado tempo de modernidade.²⁰⁴

Nesse sentido, para grande parte dos profissionais de medicina, era necessário intervir, reorganizar e higienizar a sociedade com urgência, e tal “ciência médica, que a tudo pretendia dar conta, somava-se às ações civilizatórias em curso no Paraná”.²⁰⁵

Nesse momento, embranquecer o povo havia deixado de ser a principal preocupação, afinal, grande parcela da população paranaense tinha vindo de fora do Estado (um em cada três habitantes), de modo que um a cada doze era estrangeiro.²⁰⁶ Para fazer dos paranaenses sujeitos eugenizados, o que urgia agora era impedir as epidemias e os problemas sanitários. Ao analisar a questão, Vera Marques aponta que

Eugenizar à moda paranaense significava higienizar a raça naquilo que dissesse respeito à contenção das doenças deformadoras da boa geração e ao depauperamento biológico dos corpos. Assim, sífilis, doenças mentais, deficiências visuais, doenças parasitárias ou infectocontagiosas mereciam destacado cuidado, pois implicavam o “abastardamento” da raça.²⁰⁷

A considerar a população do estado, que após anos do início da política imigratória, era nesse momento composta de número expressivo de imigrantes europeus, compreende-se por que, no Paraná, a eugenia matizou-se, “enveredando especialmente pelo controle das doenças, ditas degeneradoras da raça”.²⁰⁸

Aquele também foi um momento privilegiado no que diz respeito à inserção do Brasil nas discussões mais recentes sobre a área da saúde, oriundas dos Estados Unidos e Europa, e isso representou uma boa oportunidade para a

²⁰⁴ LAROCCA, L. M. **Higienizar, Cuidar e Civilizar**: O discurso médico para a escola paranaense (1886-1947). 252 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009, p.49.

²⁰⁵ *Ibidem*, p. 29.

²⁰⁶ *Ibidem*, p. 27.

²⁰⁷ MARQUES, V. R; FARIAS, F. C. Façamos dessa gente um elemento seguro do nosso progresso material e moral: a inspeção médico-escolar no Paraná dos anos 1920. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v.26, n.01, abr. 2010, p.296.

²⁰⁸ *Idem*.

valorização dos profissionais da medicina. Assim, o “avanço do conhecimento científico colocava a medicina diante de uma série de redefinições e, do mesmo modo, re-delineava o papel do médico na sociedade”.²⁰⁹

Aspecto importante nesse sentido foi a inauguração da Faculdade de Medicina do Paraná, em 1913, que motivou médicos a se instalarem definitivamente na capital, e com isso ampliou o poder de intervenção social dos mesmos. Segundo Cintra:

É a partir da constituição da Faculdade de Medicina do Paraná que se percebe a mobilização conjunta destes profissionais dispersos em pontuais ações médicas e de assistência pública no Paraná. Era ali então estabelecido, definitivamente, o palco essencial que congregaria os profissionais de medicina científica em várias vertentes e até então de certo modo desarticulados no cenário público, e os legitimaria de modo efetivo no exercício do poder médico na capital e no estado do Paraná.²¹⁰

Além disso, principalmente a partir da década de 1920, o Paraná assistiu a uma grande ampliação no número de hospitais. Esses locais constituíam uma nova ferramenta para o tratamento da população do estado, servindo também como local de aplicação e divulgação da higiene pelos médicos paranaenses.

Segundo André Mota, para alcançar a meta do homem ideal nesse contexto, “a higiene representaria a mola propulsora de todo o encaminhamento dado aos propósitos eugênicos”.²¹¹ Assim, nesse momento histórico do Paraná, a higiene “pretendia alcançar um domínio total quer do homem em todas as suas dimensões individuais e sociais, quer do meio que ele estaria inserido”.²¹²

Sob essa perspectiva, a classe médica procurou assumir um papel intervencionista e transformador da preocupante realidade, reiterando um

²⁰⁹ CRUZ, A. L. B da; LEANDRO, J. A. Cidade, Ciência e Modernidade. IN: CHAVES, N. B. **Medicina em Ponta Grossa**: histórias da associação médica. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2006, p. 32.

²¹⁰ CINTRA, E. P. U. “**Scientia et labor**” no “**Palácio de Luz**”: A institucionalização da ciência médica e a Faculdade de Medicina do Paraná. 2010. 250 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, p.82.

²¹¹ MOTA, A. **Quem é bom já nasce feito**: sanitarismo e eugenia no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 43.

²¹² *Idem*.

compromisso com a prevenção das enfermidades e da manutenção das boas condições de higiene do povo. Segundo Machado:

O médico não é apenas alguém que possui uma técnica, conhece os grandes tratados teóricos, observa e, portanto, detém um saber. É também uma autoridade, alguém que intervém: decide, executa, fiscaliza e pune. Intervir na sociedade é policiar tudo aquilo que pode ser causador de doença; [...] é transformar a desordem em ordem, através de um trabalho contínuo e planejado de vigilância e controle da vida social.²¹³

Exemplos desse aspecto são perceptíveis em inúmeras passagens na *RMP*. Textos com posturas intervencionistas prescreviam práticas educativas e higienistas à sociedade. Neles podemos ler: “Não basta combater o analfabetismo; é necessário higienizar pela educação e pelo saneamento [...]”,²¹⁴ ou então indicando ações a serem tomadas nas escolas, os médicos escreviam: “Higiene da habitação, do vestuário, da alimentação, da boca, do corpo: - ensinar a comer, a tomar banho, a dormir, a respirar, a calçar os pés, a vestir-se, etc. [...]”.²¹⁵

O perfil de profissional que era detentor de um saber exclusivo, distinto do restante da sociedade e encarregado de uma missão superior, atrelado ao aspecto redentor de uma população ignorante e frágil, é nitidamente percebido nas páginas da *RMP*. Em um dos discursos proferidos pelo médico Demerval Gomes²¹⁶, na ocasião da colação de grau da turma de médicos de 1932, ele descreve que “o médico interfere nos destinos de sua Pátria, com lições de higiene, com preceitos de moralidade e com autoridade incontestes dos conhecimentos científicos, que se presume possuir”.²¹⁷

Reafirmando a necessidade dos médicos para a salvação de um país extremamente atrasado, ele elenca em seu discurso as dificuldades a serem

²¹³ MACHADO, R. et al. **Da (na)ção da norma**. Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 258.

²¹⁴ **Revista Medica do Paraná**. Anno VI, n. 8, ago. 1937, p. 304.

²¹⁵ **Revista Medica do Paraná**. Anno VI, n. 8, ago. 1937, p. 304.

²¹⁶ Não há maiores informações sobre a atuação profissional de tal personagem.

²¹⁷ **Revista Medica do Paraná**. Anno I, n. 8. Outubro de 1932, p. 305-314.

superadas. Seriam elas, “o analfabetismo do povo brasileiro, a decadência das instituições culturais, a ergostenia moral e mental e a indiferença da juventude”.²¹⁸

A fala de Demerval indica alguns aspectos que norteavam as reflexões de muitos médicos naquele momento. Inicialmente remete ao analfabetismo da população que, juntamente com uma alegada decadência cultural, estabelecem o quadro de ignorância que vive o paranaense. No que diz respeito à “ignorância” afirmada nesse discurso, podemos entendê-la como o desconhecimento e a não utilização dos saberes legitimados pela ciência, entre os quais as práticas de prevenção e o combate aos males que degeneravam a população, como as doenças e os vícios.

Em segundo lugar, diagnosticado o problema central, o que surge como solução é a urgência em educar a população sobre princípios morais e higiene, a fim de salvá-la da condição de abandono, responsável pelo atraso do país. Desse modo, Demerval evoca seus pares a modificarem positivamente os destinos da nação. Sobre esse aspecto, Ana Lúcia da Cruz e José Augusto Leandro afirmam que “o reconhecimento do saber médico dependeu, em grande medida, do esforço desses profissionais no sentido de construir uma identidade que fosse socialmente reconhecida e aceita”.²¹⁹

A partir desse momento, considerável parcela dos médicos parecia poder intervir em todas as instâncias da vida em nome do objetivo maior, o eugenismo que se rotulava como científico e profilático e que englobava trabalhar a favor da higiene e da educação. Tais ações resumiam as medidas com as quais o futuro progressista e livre das enfermidades triunfaria e, assim, de onde se encontravam até a “civilização” seria então um pequeno passo.

Deve-se ressaltar mais uma vez que, ao referirmo-nos ao eugenismo brasileiro, automaticamente nos remetemos a uma prática ressignificada. Essa eugenia, como aponta Nancy Stepan, foi marcada com o passar do tempo pelo abrandamento das teses racistas de matriz anglo-saxônica em favor do saneamento

²¹⁸ **Revista Médica do Paraná**. Anno I, n. 8. Outubro de 1932, p. 305-314.

²¹⁹ CRUZ, A. L. B da; LEANDRO, J. A. Cidade, Ciência e Modernidade. IN: CHAVES, N. B. **Medicina em Ponta Grossa**: histórias da associação médica. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2006, p. 32.

e do combate das inúmeras doenças e epidemias,²²⁰ situação observável também no Paraná.

Dessa forma, novos princípios e medidas foram interpretados como integrantes das práticas consideradas eugênicas no Brasil. Como vimos principalmente a partir de 1910, o discurso médico passou a indicar que, se a população fosse retirada de seu estado de ignorância, a partir da adoção de práticas higiênicas (que são ao mesmo tempo entendidas como eugênicas), as doenças diminuiriam e a raça sairia fortalecida.

Portanto, esse foi um momento no qual a dupla “higiene-eugenia” foi celebrada por grande parcela dos médicos como a solução para os males que afligiam o Paraná. Eles acreditavam que, por meio dela, a medicina poderia combater com eficácia um sem número de patologias físicas e psicológicas, além de auxiliar na eliminação da pobreza extrema, do alcoolismo e até mesmo das criminalidades, revertendo a degeneração da população e servindo de solução para adentrar no desejado progresso.

Objetivando a implementação dessas mudanças, a disciplinarização dos ambientes e da sociedade através das práticas higienistas passou a ser fator crucial.²²¹ Analisando esse panorama, Larocca aponta que:

As reformas urbanas, reordenação e controle do espaço, esforço para o enquadrinhamento e identificação das classes perigosas e definição de comportamentos saudáveis que objetivassem a redefinição da ordem social eram anseios típicos das primeiras décadas republicanas no território nacional, não ficando a dever no Paraná.²²²

Corroborando com tal ideal, o médico Milton Munhoz apontou em discurso proferido à Associação Médica do Paraná, em setembro de 1933, que a solução para esses problemas era a adoção das medidas higienistas. Para ele, a medicina deveria se pautar, sobretudo, na:

²²⁰ STEPAN. N. L. **A hora da eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005.

²²¹ LAROCCA, L. M. **Higienizar, cuidar e civilizar**: o discurso médico para a escola paranaense (1920-1937). 2009. 243 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, p. 52.

²²² *Idem*.

Hygiene que sintetiza nos seus propósitos as mais velhas aspirações do homem: conservar a saúde e melhorar as condições da existência, visando o 'aperfeiçoamento contínuo e indefinido, e que se formula por uma só palavra, o progresso.²²³

Percebe-se que a meta principal dos eugenistas paranaenses a partir da segunda década dos novecentos passou a ser higienizar a sociedade, proporcionando um avanço por meio das propostas sanitaristas e do controle da reprodução humana. “Como higiene da raça, a ciência eugênica tomava para si discutir os flagelos nacionais, [...] com destaque à tuberculose, à consanguinidade, ao alcoolismo e às doenças sexualmente transmissíveis”.²²⁴

Para isso, a profissão médica posicionou-se como protagonista do processo, e percebe-se que, a fim de alcançar seus objetivos, muitos médicos lançaram mão de inúmeras estratégias de divulgação de seus ideais. Entre elas, a apresentação e consequente propagação dos seus pressupostos através dos discursos, da imprensa e das publicações médicas, das quais destacaremos a *Revista Médica do Paraná*.

Mas antes de debruçarmo-nos sobre a análise da revista, privilegiaremos a figura do médico Milton de Macedo Munhoz, buscando com isso entender melhor sua formação profissional e seus contatos com teorias eugenistas e higienistas vigentes na época. Editor-chefe da *Revista Médica do Paraná* de 1931 a 1940, bem como professor de Higiene da Faculdade de Medicina do Paraná (1926-1966), Munhoz ocupou cargos que lhe proporcionaram influente posição nas discussões científicas daquele momento.

Assim, partindo do estudo da sua formação acadêmica e mapeando algumas das teorias e ideais com os quais teve contato durante sua passagem na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, procuramos identificar sua postura frente à eugenia e à higiene, e de que forma essa postura esteve refletida em alguns dos trabalhos publicados na *RMP* durante o período em que foi seu editor.

²²³ **Revista Médica do Paraná**. Anno II, n. 8/9. Setembro de 1933, p. 13.

²²⁴ **Revista Médica do Paraná**. Anno II, n. 8/9. Setembro de 1933, p. 149.

2.2 MILTON DE MACEDO MUNHOZ: UM HIGIENISTA-EUGENISTA POR EXCELÊNCIA

Em agosto de 1936, Milton de Macedo Munhoz escreveu na *RMP* sobre o perigo da mistura de raças para o futuro da humanidade. No seu texto, encontram-se a comparação entre os humanos e os animais e a constatação de que a miscigenação era prejudicial à sociedade. Ao citar o “sábio” criador de galinhas, Munhoz descreve que ele:

[...] sabe muito bem os cuidados desvelados para que a raça não degenerere e os exemplares sejam sempre de puro sangue. Escolhem-se para a reprodução as aves melhores, as mais perfeitas e mandam-se para a panela as outras. Só para a cria humana não têm sido levadas em conta até hoje as leis da hereditariedade.²²⁵

Ao lermos as palavras acima, percebemos o posicionamento de Munhoz em relação ao valor da “pureza de sangue” para o combate à degeneração da raça naquele momento. Inserido nos debates sobre a questão racial e a eugenia, ele se viu obrigado a posicionar-se e a produzir a sua visão sobre o assunto em meio às teorias vigentes.

Durante a dissertação que segue, notaremos que essa visão ligada ao fator racial foi uma das nuances da eugenia apresentadas por Munhoz. Permeando o período em que analisamos seus trabalhos, o sentido do conceito “eugenia” variou bastante, provavelmente fruto de contextos históricos distintos. Mesclando uma visão determinista racial com preceitos higienistas, Munhoz foi bastante ambíguo em suas exposições sobre o assunto, constituindo-se como figura representativa da eugenia brasileira e paranaense.

Nesse sentido, a opção por focarmos momentaneamente nossa análise na pessoa de Milton Munhoz deu-se pelo fato de que, se atores de uma época podem ser apreendidos como reflexos reveladores de características de um determinado contexto, a pesquisa sobre sua trajetória forneceu aparato para melhor entendermos os debates sobre higiene-eugenia nesse período. Além disso, ao estar inserido no

²²⁵ **Revista Médica do Paraná.** Anno V, n. 8. Agosto de 1936, p. 286.

modo de vida daquele momento, compartilhando valores e ideais da época, esse personagem permitiu-nos estudá-la de forma mais aprofundada.

Analisando suas teses e textos publicados na *RMP*, buscamos perceber seu modelo de pensamento nesses espaços privilegiados de produção. Como editor-chefe da revista até 1940, o estudo sobre sua trajetória profissional constitui fator importante para a melhor compreensão das diretrizes que norteavam a produção da *RMP*, pois como apontam Cruz e Peixoto:

Proprietários, diretores, redatores e colaboradores indicam a constituição dos grupos produtores, enquanto força social que orienta e propõe o projeto político do periódico. [...]. É no processo de produção da publicação que o grupo se constitui enquanto agente ativo, constituindo ao mesmo tempo aliados e adversários. Essa compreensão torna pertinente perguntar *quem fala* e com que credenciais, em defesa de que projetos e com quais alianças.²²⁶

Além disso, baseado no que escreve a pesquisadora Mary Del Priore, o estudo do seu percurso contribuiu para a construção da história daquele momento por dois ângulos distintos que se complementam:

[...] um explícito, pela iniciativa voluntária do observador que propõe uma análise da sociedade na qual o personagem está inscrito. O outro, implícito, avaliado no percurso do personagem que ilustra, por sua vez, as tensões, conflitos e contradições de um tempo, todos essenciais para a compreensão do período. Neste caso, o indivíduo encarna, ele mesmo, tais tensões.²²⁷

Com a motivação de identificar essas tensões, falaremos do médico Milton Munhoz e de sua relação com os preceitos eugenistas da época.

Nascido em Curitiba, em dezembro de 1901, Munhoz graduou-se pela Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, em 1925. Nesse contexto, segundo a historiadora Lilia Schwarcz, a formação médica desenvolvida na instituição era aquela que priorizava o combate às doenças, apresentando o tema racial integrado ao seu discurso. Para esses médicos, o simples convívio das diferentes raças e suas diferentes constituições físicas era considerado fator

²²⁶ CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007, p. 263.

²²⁷ DEL PRIORE, M. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. **Topoi**, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009, p. 11.

determinante no surgimento das epidemias que assolavam o país, impedindo sua trajetória rumo à perfectibilidade biológica.²²⁸

Para Schwarcz, nesse período em que as práticas de higiene e saneamento se fortaleceram, além de tratar, era necessário impedir que a população enfraquecida fosse vítima das moléstias e da falta de infraestrutura que a cercava. A medicina ensinada no Rio de Janeiro, pela qual Milton Munhoz foi formado, desenvolveu um projeto de intervenção nessa preocupante realidade social.²²⁹

Nas primeiras décadas do século, muitos artigos produzidos pela Faculdade do Rio de Janeiro priorizaram o assunto higiene pública e saneamento. Como afirma a mesma historiadora, ao analisar a revista *Brazil Médico*, nesses trabalhos demonstrava-se que “os hábitos deveriam ser moralizados, orientando-se os costumes alimentares e higiênicos, controlando-se o desvio e evitando-se a ‘degeneração’”.²³⁰

Assim, a preocupação com a higiene parecia estar atrelada à prevenção das doenças e de seu conseqüente aspecto degenerativo. A questão racial seria incorporada ao discurso, e as doenças passariam a ser vinculadas a certas raças imigrantes. Lançar-se-ia mão da eugenia como medida de higiene e esta apareceria associada à pobreza e a uma população mestiça e negra. Com isso, os médicos que combatiam epidemias pretendiam agora também “curar raças”.²³¹

Desse modo, percebemos que o ambiente acadêmico frequentado por Milton Macedo foi caracterizado pela valorização das medidas eugenistas como saída para a degeneração do povo brasileiro. Como apontado por Schwarcz, nesse meio, a eugenia foi tomada como prática higienista e ocupou papel importante nas discussões sobre a situação do país entre os médicos.

Mais à frente, veremos que Munhoz, mesmo apresentando uma plasticidade no uso da eugenia, frequentemente utilizou-a como prática de higiene em seus trabalhos, provavelmente por ter contato com esses ideais. Tema constante em sua

²²⁸ SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 191.

²²⁹ *Ibidem*, p. 226, 227.

²³⁰ *Idem*.

²³¹ *Ibidem*, p.232.

trajetória profissional, a higiene foi sua principal preocupação e objeto de trabalho e esteve presente em suas teses e em muitos dos trabalhos publicados na *RMP*.

Após o doutoramento na capital federal, Munhoz regressou em 1926 a Curitiba, a fim de exercer sua profissão. Já na capital paranaense, foi contratado no mesmo ano para ocupar a cadeira de Higiene da Faculdade de Medicina do Paraná, que se encontrava vaga naquele momento, permanecendo na instituição até o ano de 1966.²³² Além de ocupar a cadeira de Higiene, foi subinspetor sanitário da Saúde Pública do estado, radiologista da Santa Casa de Misericórdia e fundador da *Revista Médica do Paraná* em 1931, assim como primeiro presidente da Associação Médica do Paraná, fundada em 1933. Como político, foi nomeado Diretor Geral de Saúde Pública em 1946 e, em seguida, secretário da Saúde do Paraná. Veio a falecer em nove de julho de 1977, aos 76 anos de idade.²³³

Profissional respeitado, Munhoz foi um dos responsáveis pela fundação da Associação Médica Paranaense (AMP), organismo representativo dos profissionais do estado. O motivo disso, segundo a própria AMP, é assim sintetizado:

[...] fruto da fusão de três entidades: a Sociedade de Medicina, a Sociedade Médica dos Hospitais e o Sindicato Médico do Paraná. Isto porque a conjuntura sócio-política da época impunha a existência de uma entidade moderna, coesa e forte, com a tríplice função de órgão de classe, associação científica e centro irradiador de medicina social.²³⁴

Apesar de sua intensa e longa atividade na vida pública, o que nos interessou analisar nessa pesquisa foi a sua trajetória profissional até o momento em que deixou de ser o editor-chefe da *RMP*, ou seja, até 1940. A década de 1930 representou um período fecundo para as discussões relacionadas à eugenia e higiene no Paraná, reflexo que veremos nas páginas do periódico. Constituem também momento fundamental para o entendimento da eugenia no país, segundo

²³² SILVEIRA DA MOTA, C.C. A medicina preventiva na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná. In: COSTA, I. A.; LIMA, E. C. **O ensino da medicina na Universidade Federal do Paraná**. Curitiba: Editora da UFPR, 1992, p.171-173.

²³³ SUPLICY, H. L.; VEIGA, P. T. (Orgs.) **Milton de Macedo Munhoz: uma vida para ser imitada e imortalizada**. Curitiba: Fundação Santos Lima, 1988.

²³⁴ **Criação da Associação Médica do Paraná**. Disponível em <http://amp.org.br/?page_id=8>. Acesso em 29/06/2011.

Stepan.²³⁵ Além disso, serão desse período as teses com a temática eugenista escritas por Munhoz, bem como seus trabalhos e participações na *RMP*, publicação inaugurada e sedimentada por ele.

2.2.1 As teses para o concurso à cátedra de Higiene: higiene mental e eugenia negativa

Como já descrito, Milton de Macedo Munhoz ingressou na *FMP* em 1926 para ocupar a cátedra de Higiene. Importante ressaltar que, nesse contexto, a “disciplina de Higiene da Faculdade de Medicina do Paraná estava par e passo com seu tempo e com as discussões em voga no meio médico. Questões relativas à higiene mental e ao tipo nacional se faziam presentes [...]”,²³⁶ o que nos permite relacionar Munhoz aos debates sobre raça e eugenia que possuíam grande importância entre o campo médico nacional.

Quando se submeteu ao concurso, Munhoz apresentou e defendeu duas teses – uma intitulada *Educação Sexual nas Escolas* e a outra *A Importância da Higiene Mental*. Ambas, como seus títulos já expressam, abordavam o tema em voga na época, ou seja, higiene e eugenia como cruciais instrumentos de mudança social.

No caso da primeira tese, essa relação se dá porque a educação sexual desde a tenra idade constitui-se como valorizada ferramenta de higiene preventiva, a qual visava ao melhor desenvolvimento do indivíduo a partir da prevenção de doenças sexuais e de uma educação moralizante. No caso da segunda, porque a higiene mental constitui-se em destacado braço da eugenia no Brasil, sendo utilizada como instrumento “reparador” da sociedade brasileira ao atuar, sobretudo, na perspectiva da prevenção, isto é, da intervenção anterior a qualquer sinal de desequilíbrio mental.

²³⁵ STEPAN, N. L. “A Eugenia no Brasil – 1917 a 1940”. In: HOCHMAN, G. & ARMUS, D. (orgs). **Cuidar, Controlar, Curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio: Editora Fiocruz, 2004.

²³⁶ LAROCCA, L. M. **Higienizar, cuidar e civilizar: o discurso médico para a escola paranaense (1920-1937)**. 2009. 243 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, p. 116.

Ao pesquisar sobre a associação entre a higiene mental e as práticas eugenistas, José Reis aponta que:

[...] de posse da constatação definitiva da importância do psiquismo na vida individual e social moderna e do cenário de inquietação no que tange ao futuro racial brasileiro, os psiquiatras atribuem a si, de bom grado, a tarefa obstinada, quase religiosa, de regenerar a nacionalidade, evitar a degeneração física e mental da população através da higiene mental e de medidas preventivas de caráter eugênico.²³⁷

Assim, percebem-se nas duas produções pontos importantes na formação de Munhoz: forte preocupação com conceitos de eugenia, civilidade, progresso e modernidade, e discussões sobre o importante papel da medicina preventiva na melhoria da sociedade paranaense. Sobre isso, lemos no trecho da introdução da primeira tese, ao falar sobre a ciência higiene (grifos nossos):

A sua contribuição foi depois mais além; deixou de ser puramente medica para se tornar econômica e social. Guarda avançada da saúde, acompanha o indivíduo desde antes o seu nascimento, através a sua existência, prescrevendo-lhes as regras do bem viver e da saúde. A Medicina Social, com seu acervo de conselhos e de sabedoria, se propõe a conduzir o homem a um grão superior de desenvolvimento physico e intelectual, colocando-o á altura de seus designios. **Ela é a preocupação constante dos a quem, por qualquer maneira, cabe uma parte do grande problema de formação do homem eugênico, no seu mais amplo sentido.**²³⁸

A crença de que o homem poderia alcançar um patamar superior de desenvolvimento caso ouvisse e seguisse as palavras da ciência fica muito evidente nas palavras de Munhoz. No seu entendimento, a medicina, por meio da higiene, tinha um papel que ia além de diagnosticar e tratar doenças, transformando-se em instrumental de ação social que deveria ser seguida como norma para uma vida moral e saudável.

²³⁷ REIS, J. R. F. 'De pequenino é que se torce o pepino: a infância nos programas eugênicos da Liga Brasileira de Higiene Mental'. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, VII(1): 135-157, mar.-jun. 2000, p. 140.

²³⁸ MUNHOZ, M. M. **A educação sexual nas escolas**. These sorteada para o concurso á cathedra de Hygiene da Faculdade de Medicina do Paraná. Curityba, Paraná, 1929. In: SUPPLY, H. L.; VEIGA, P. T. (Orgs.) **Milton de Macedo Munhoz: uma vida para ser imitada e imortalizada**. Curitiba: Fundação Santos Lima, 1988, p.121.

Nesse sentido, era necessário orientar a população com um saber superior, mantendo sua saúde e atingindo o aperfeiçoamento da raça. Para Milton, os “conselhos” da medicina deveriam ser seguidos desde a infância no intuito de impedir a propagação de patologias, contribuindo, dessa forma, para a constituição de uma população regenerada. O objetivo do “homem eugênico” seria então alcançado, e a pátria, expurgada das doenças e dos males que a afligiam, agradeceria.

Mais à frente, Munhoz explicita outra vez o papel da higiene, destacando seu valor para além da saúde da população. Segundo ele, “a Hygiene outra cousa não quer sinão colocar o homem em condições taes que não esmoreçam, que a sua contribuição econômica e social seja mais profícua [...]”.²³⁹

Assim, na tese intitulada *Educação Sexual nas Escolas*, podemos perceber a conexão entre eugenia, higiene e aperfeiçoamento da sociedade. Defendendo a disseminação de tais preceitos nas escolas, para crianças de pouca idade, Munhoz preconizava uma prática que ajudaria na regeneração social. De modo contundente, ele conclui seu trabalho de forma a ressaltar a educação sexual das crianças como importante instrumento eugênico:

Estamos convencidos que a educação sexual, uma vez compreendida na sua finalidade, na missão altamente reformadora dos costumes, na formação eugênica de homens fortes physica e mentalmente e na protecção que dispensa aos seres titubeantes ainda, será um dos maiores padrões de victoria da Sciencia, que se intromettendo em todos os escaninhos das organisações humanas, a tudo provê e a tudo vigia.²⁴⁰

Transformada em tema essencial em função das inúmeras epidemias que assolavam o país, a higiene representada aqui pela educação sexual ganhou força como tema de pesquisas. Em um contexto em que os grandes projetos sanitários estavam em execução, a instrução das crianças servia como profilaxia a novas epidemias. Ao comentar essa “invasão sanitária” Schwarcz aponta que “nenhum

²³⁹ MUNHOZ, M. M. **A educação sexual nas escolas**. These sorteada para o concurso á cathedra de Hygiene da Faculdade de Medicina do Paraná. Curityba, Paraná, 1929. In: SUPLICY, H. L.; VEIGA, P. T. (Orgs.) **Milton de Macedo Munhoz: uma vida para ser imitada e imortalizada**. Curitiba: Fundação Santos Lima, 1988, p.142.

²⁴⁰ *Ibidem*, p.163.

detalhe escapa”.²⁴¹ Os médicos “prescrevem hábitos alimentares, indumentárias, costumes. Buscam a disciplina no uso de lugares públicos, pedem a educação higiênica na mais tenra idade escolar”.²⁴²

Colocando-se como vigilante dos bons costumes, a educação sexual cumpria também um papel de “policiamento” dos indivíduos. Sobre esse aspecto, Silveira afirma que o:

[...] férreo controle da sexualidade como via de acesso tanto ao apuro da raça, mediante a reprodução, como na luta contra a expansão das doenças venéreas, teve como resultado a união de fé e ciência num discurso fortemente moral.²⁴³

A outra tese intitulava-se *A Importancia da Hygiene Mental* e objetivou, segundo o autor, demonstrar o valor da higiene mental para a saúde dos indivíduos e, ao atingir sua finalidade grandiosa, conseqüentemente auxiliar no “aperfeiçoamento de todos os atributos da especie”.²⁴⁴

Munhoz abordou o tema higiene mental, tratando-o como fator preponderante para a saúde dos indivíduos. Naquele contexto, segundo Reis, os médicos “trazem à cena a boa nova da medicina mental preventiva chamada higiene mental”,²⁴⁵ a qual se encerra em “um grande movimento profilático para prevenir as moléstias mentais”²⁴⁶ e com isso, auxiliar na construção de uma nação regenerada.

Os estudos relacionados aos transtornos mentais constituíam-se como importante especialidade da eugenia, o que justifica a escolha de Munhoz para a

²⁴¹ SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 207.

²⁴² *Idem*.

²⁴³ SILVEIRA, E. **A cura da raça: eugenia e higienismo no discurso médico sul-rio-grandense nas primeiras décadas do século XX**. Passo Fundo: Editora Universitária de Passo Fundo; 2005, p. 102-103.

²⁴⁴ MUNHOZ, Milton de Macedo. **A importância da higiene mental**. These de livre escolha para o concurso á cathedra de Hygiene da Faculdade de Medicina do Paraná. Curityba, 1929. In: SUPLICY, H. L.; VEIGA, P. T. (Orgs.) **Milton de Macedo Munhoz: uma vida para ser imitada e imortalizada**. Curitiba: Fundação Santos Lima, 1988, p. 176.

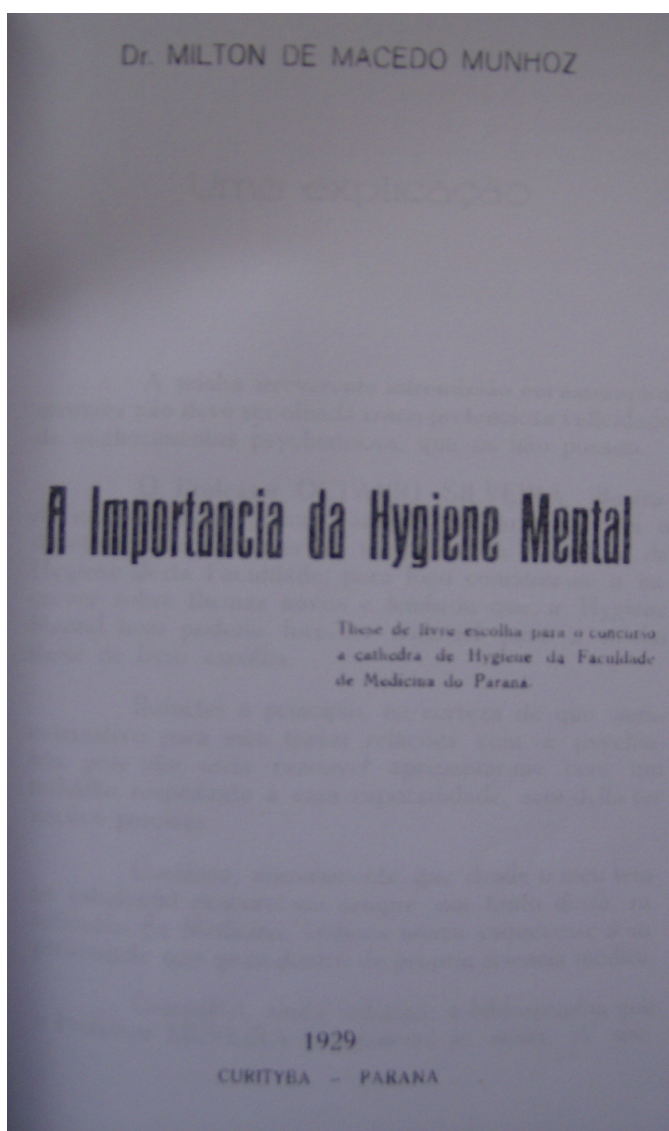
²⁴⁵ REIS, J. R. F. ‘*De pequenino é que se torce o pepino: a infância nos programas eugênicos da Liga Brasileira de Higiene Mental*’. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, VII(1): 135-157, mar.-jun. 2000, p. 137.

²⁴⁶ *Ibidem*, p. 138.

tese. A íntima relação entre higiene e saúde mental nesse contexto, a qual permitia uma ampliação da área de intervenção dos médicos, é assim relatada por Larocca:

A ciência higiene construiu modelos de intervenção social no início do século XX, de modo que a aproximação ao 'mental' foi um dos mais importantes. A utilização da higiene em sua função estruturadora de uma sociedade moralizada e civilizada foi amplificada pela saúde mental.²⁴⁷

FIGURA 1 – FOLHA DE ROSTO DA TESE DE MILTON MUNHOZ



²⁴⁷ LAROCCA, L. M. **Higienizar, cuidar e civilizar: o discurso médico para a escola paranaense (1920-1937)**. 2009. 243 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, p. 116.

Conforme já comentado, a higiene era apresentada como grande guia da humanidade rumo ao futuro mais próspero, com melhores condições sociais. Para alcançar esta pretensiosa meta, caberia à população aderir às suas prescrições, pois, uma vez postas em prática, a “evitabilidade de grande número de moléstias somáticas que flagelam a humanidade”²⁴⁸ seria facilmente alcançada.

Não obstante, a aplicação das medidas de higiene não enfrentaria obstáculos no que se refere a características físicas, étnicas ou morais, afinal, como bem observa o autor, “o campo de aplicação dos princípios de Higiene Mental é considerável, pois que se estende à humanidade inteira e compreende todos os modos da actividade humana”.²⁴⁹

Reiterando a ampla cobertura das medidas higienistas, Munhoz demonstra mais uma vez sua preocupação com os “degenerados” que constituíam um empecilho à sociedade. Como grande mentora dos caminhos da vida:

A Higiene Mental, pelos seus princípios applicados aos indivíduos em todas as conjuncturas de sua vida, pode trazer benefícios porque faz a prophylaxia das moléstias mentaes, iminentes ou não, entretem uma boa marcha psychica, evita uma legião de degenerados ou restitue a sociedade indivíduos em caminho franco para as psychoses.²⁵⁰

Até aqui, percebemos a forte influência dos preceitos eugenistas, numa preocupação com a boa saúde mental e com o progresso social. Além disso, percebe-se que Munhoz buscou em seu texto revestir a higiene mental de cientificidade, a fim de torná-la inquestionável. Inserindo-a no campo maior da higiene, ele a descreve:

É um fim altamente nobre e elevado; dictando leis e estabelendo regras, a Higiene Mental apoiada sobre os dados scientificos das sciencias biológicas e da psychologia experimental, tem seu lugar marcado no edificio

²⁴⁸ MUNHOZ, Milton de Macedo. **A importância da higiene mental**. These de livre escolha para o concurso á cathedra de Higiene da Faculdade de Medicina do Paraná. Curityba, 1929. In: SUPLICY, H. L.; VEIGA, P. T. (Orgs.) **Milton de Macedo Munhoz: uma vida para ser imitada e imortalizada**. Curitiba: Fundação Santos Lima, 1988, p.177.

²⁴⁹ *Idem*.

²⁵⁰ *Ibidem*, p.187-188.

da hygiene social[...] Ella não constitue uma força toda poderosa, mas, parte da hygiene social, ella apresenta uma importância incontestável.²⁵¹

Por fim, Munhoz associa a eugenia com a hygiene social, revelando um pouco mais de sua visão sobre a mesma. Segundo ele, “a eugenia, a educação, o crescimento, as aptidões, as tendências, etc.”,²⁵² encontram na hygiene social “as pedras alicerces da sua construção”.²⁵³

Essa representação da eugenia, muito distante do sentido do conceito original, caracteriza um uso muito comum feito dela no Brasil, ou seja, a melhoria da raça sendo alcançada por meio de práticas higienistas. Segundo o que afirma Munhoz, a “hygiene da raça”, uma das armas de combate aos flagelos sociais que iam desde a má educação até o nascimento de crianças com anormalidades, auxiliaria no alcance de uma sociedade regenerada.

Entretanto, fica evidente na sua tese a aproximação inicial com práticas bem mais radicais, comprovando a ambiguidade de Munhoz frente ao tema. A eugenia norte-americana, calcada em violência e defensora da esterilização compulsória, é citada como exemplo de conduta efetiva, o que leva a crer que Munhoz a tenha visto com bons olhos em certo momento da sua vida.

Ao apresentar uma saída para o problema do nascimento de crianças imbecis, filhas de pais com o mesmo quadro, ele salienta que (grifos nossos):

Nestas condições, o cuidado do eugenista se resume em impedir a procreação de indivíduos predispostos á loucura e de suprimir as conseqüências de uma hereditariedade mórbida, **empregando meios que vão da castração, da esterilização da segregação até os conselhos e a propaganda.** Os Estados Unidos já puzeram em pratica a castração, a esterilização e a segregação, existindo leis autorisando essa medidas em estabelecimentos onde são recolhidos os idiotas, os imbecis, os fracos de espírito, os epiléticos, etc. A lei considera que a saúde do individuo, como o bem estar da sociedade, podem encontrar, em certos casos, vantagens

²⁵¹ MUNHOZ, Milton de Macedo. **A importância da hygiene mental.** These de livre escolha para o concurso á cathedra de Hygiene da Faculdade de Medicina do Paraná. Curityba, 1929. In: SUPLICY, H. L.; VEIGA, P. T. (Orgs.) **Milton de Macedo Munhoz: uma vida para ser imitada e imortalizada.** Curitiba: Fundação Santos Lima, 1988, p. 188.

²⁵² *Ibidem*, p. 189.

²⁵³ *Idem*.

na esterilização dos doentes mentaes, si esta esterilização é effectuada em boas condições e por uma autoridade competente e conscienciosa.²⁵⁴

Logo depois, seu texto deixa mais uma pista das suas leituras prévias ao concurso à cátedra. Ao explicar o que entendia por eugenia, Munhoz cita o Dr. Renato Kehl, grande expoente da eugenia no Brasil, conhecido por defender práticas negativas, principalmente a partir de 1929, após voltar da Alemanha, “onde entrou em contato com as políticas eugênicas em vigor naquele país”.²⁵⁵

A Eugenia – diz o Dr. Renato Kehl – sciencia da boa geração, para a consecução de seus desígnios seleccionistas, estabelece a selecção dos genitores, a protecção do fructo in-utero, prescrevendo ainda, a sua defesa post-concepcional [...]. Impedir o alastramento de uma planta damninha ou inútil é aconselhado e praticado pelo mais obscuro agricultor. impedir a proliferação de indivíduos anormaes e perigosos, constitue, entretanto um absurdo. [...] Do mesmo modo não constitue, para estes, um absurdo, a hecatombe mundial e diária dos nati-mortos, a multidão crescente de degenerados e criminosos que ameaçam a comunidade e enchem, cada vez mais, asylos e prisões.²⁵⁶

Kehl entendia que fatores disgênicos, aqueles responsáveis por desvios e doenças, condenavam as gerações futuras pela hereditariedade. Para ele, “A regeneração da raça, seria alcançada, portanto, após a eliminação de todos os fatores disgênicos”,²⁵⁷ como o alcoolismo, as doenças venéreas e a loucura, mesmo que para isso medidas enérgicas fossem tomadas.

Essa referência a Kehl, se não enfileira Munhoz como seu seguidor fiel, pelo menos sugere que ele teve contato com suas obras e utilizou-as em seus trabalhos. Isso demonstra, pelo menos, uma convergência de ideias entre os dois.

²⁵⁴ MUNHOZ, Milton de Macedo. **A importância da higiene mental**. These de livre escolha para o concurso á cathedra de Higiene da Faculdade de Medicina do Paraná. Curityba, 1929. In: SUPPLICY, H. L.; VEIGA, P. T. (Orgs.) **Milton de Macedo Munhoz: uma vida para ser imitada e imortalizada**. Curitiba: Fundação Santos Lima, 1988, p.200-201.

²⁵⁵ DIWAN, Pietra. **Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Contexto, 2007, p. 123.

²⁵⁶ MUNHOZ, Milton de Macedo. *Op. Cit.*, p.201-202.

²⁵⁷ DIWAN, Pietra. *Op. cit.*, p. 132.

Munhoz não só defendeu abertamente a esterilização dos degenerados como criticou os que não a aceitavam. Aos que achavam essa prática um absurdo, ele salientou:

A Eugenia não quer a esterilização á marreta, como não pretende a pratica de medidas á Licurgo, as quaes, sob certo ponto de vista, são menos cruéis que as conseqüências advindas da indiferença criminosa que facilita a copula da miséria e da doença ou de ambas. É crueldade innominavel o lançamento dos recém-natos degenerados ás profundezas do Eurotas, mas não é menos cruel e triste assistir impassível á multiplicação de desgraçados que soffrem o calvário de uma cegueira, de uma surdo-mudez, arrastado pela vida em fora.²⁵⁸

Portanto, Munhoz parece ter como uma de suas fontes de leitura as obras de cunho eugenista norte-americanas, muito bem aceitas também por Renato Kehl. Veremos adiante que, apesar dessas fortes influências, Munhoz utilizou a eugenia preponderadamente como ferramenta da higiene social e do sanitarismo, até mesmo por uma questão de aceitação, já que medidas de eugenia negativa como essas foram, em geral, mal vistas no nosso país.

Nas páginas da revista que ele mesmo fundou, a maioria dos seus trabalhos evidencia uma postura mais ponderada se comparada à postura de Kehl, por exemplo, na qual a higiene e a educação, como medidas eugenistas, passaram a ser os conceitos mais utilizados. Essa postura evidencia a inserção de Munhoz nas reflexões que ganharam força a partir da década de 1910 sobre o Brasil, as quais o analisavam sobre uma perspectiva da doença e da ignorância da população.

Sobre essa modificação nas definições de um conceito como a eugenia, Chartier aponta a necessidade de se “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”.²⁵⁹ Desse modo, o historiador francês aponta que as representações variam de acordo com as necessidades e a posição de seus propositores, o que pode explicar as formas distintas pelas quais Munhoz utilizou a eugenia em suas teses e na *RMP* ao longo do tempo em que o estudamos.

²⁵⁸ MUNHOZ, Milton de Macedo. **A importância da higiene mental**. These de livre escolha para o concurso á cathedra de Hygiene da Faculdade de Medicina do Paraná. Curityba, 1929. In: SUPPLICY, H. L.; VEIGA, P. T. (Orgs.) **Milton de Macedo Munhoz: uma vida para ser imitada e imortalizada**. Curitiba: Fundação Santos Lima, 1988, p. 202.

²⁵⁹ CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990, p. 16.

2.2.2 Os trabalhos publicados na *Revista Médica do Paraná*

A presença de Milton Munhoz nas páginas da *RMP* é muito marcante. Além de ser editor-chefe e, por isso, permear todos os números do periódico com seu nome durante o período em estudo, ele contribui intensamente com artigos, discursos, homenagens aos pares e mensagens aos novos formandos, além de divulgar continuamente o seu consultório de radiologia.

Além dos artigos diretamente relacionados às questões técnicas da medicina de então, que levam títulos como “Spina bífida dorsal”, “Corpo estranho no brônquio expulso espontaneamente” e “Um caso de condroma de fêmur”, sobressai um grande número de textos relacionados à higiene, à educação sanitária e ao valor da medicina para a sociedade.

O primeiro texto dedicado a este aspecto é encontrado na edição número oito, lançada em outubro de 1932, e refere-se ao discurso como paraninfo da turma de médicos formados no mesmo ano. Ao apresentar a medicina, Milton afirma que “é a medicina, por excellencia, a profissão da bondade, symbolizada em Jesus, curando os enfermos, meigo nas maneiras, generoso no consolo e desinteressado nas compensações”.²⁶⁰

Neste trecho, é perceptível a valorização da medicina como modalidade profissional que é, essencialmente, caridosa. Ao ler as entrelinhas, podemos afirmar que o objetivo dos profissionais médicos, segundo o autor, é o bem das pessoas, sem ganhar algo em troca. Não deixa de ser uma postura paradoxal a quem faz propaganda comercial exaustivamente, mas reveste a profissão com uma aura religiosa, sempre bem intencionada frente à sociedade.

No mesmo discurso, Munhoz evidencia a necessidade de que a prática médica possua caráter científico. De acordo com suas palavras, “sem ciência e sem moral, o médico perde o direito de tal denominação”.²⁶¹ O discurso de Munhoz revela a cientificidade na qual a medicina inseriu-se durante o período. O respaldo da ciência tornava-a superior a outros saberes e com isso:

²⁶⁰ **Revista Médica do Paraná.** Anno I, n. 8. Outubro de 1932 p.316.

²⁶¹ **Revista Médica do Paraná.** Anno I, n. 8. Outubro de 1932, p.318.

[...] seu estatuto de técnica e seu método de produção de conhecimentos iam sendo socialmente reconhecidos e valorizados por comprovar sua cientificidade. Além disso, havia expandido sua influência, dos doentes e indivíduos para os sadios e as coletividades.²⁶²

Ademais, como ciência, ela se diferenciava dos saberes populares e assim permitia que se pleiteasse “uma jurisdição formal e exclusiva sobre a formação e o exercício da medicina em bases territoriais, confrontando-se tanto com o saber médico gerado em outras regiões como com outras categorias de curadores”,²⁶³ os quais os médicos desqualificavam, chamando-os de charlatães.

Marcado o território de conhecimento e de intervenção, Milton dedicou sua explanação à “ciência higiene”, validando com isso o saber médico e exaltando a sua prática como sendo a responsável pela melhoria das circunstâncias da vida. Antes, “puramente adstricta aos domínios médicos a Hygiene cresceu e avultou sua importância e a sua ingerência se fez necessária e indispensável ao homem em todos os momentos de sua existência”,²⁶⁴

Essas declarações sobre a higiene ampliaram seu conhecimento pelo público e colocaram-na em situação privilegiada como ferramenta de intervenção social. Sua exaltação permitiu aos médicos opinarem sobre todas as situações, colocando-os como categoria indispensável à melhoria da sociedade. Segundo Munhoz, ela é:

Necessária por ser a guarda avançada da saúde e indispensável porque as contingências da vida actual reclamam e exigem que os indivíduos, cellulas isoladas do gregarismo social, conservem sua hygidez como factor econômico e como arma preciosa para victoriarem sobre as dificuldades que a avalanche civilisadora a cada passo arremessa sobre o caminho que temos a percorrer.²⁶⁵

²⁶² STEPHANOU, M. **Tratar e educar; discursos médicos nas primeiras décadas do século XX.** Tese de doutoramento. Programa de Pós-graduação em Educação. UFRGS, Porto Alegre, v. 1 e 2, 1999b, 303 f., p. 111.

²⁶³ LAROCCA, L. M. **Higienizar, cuidar e civilizar: o discurso médico para a escola paranaense (1920-1937).** 2009. 243 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, p. 79.

²⁶⁴ **Revista Médica do Paraná.** Anno I, n. 8. Outubro de 1932 p.319.

²⁶⁵ **Revista Médica do Paraná.** Anno I, n. 8. Outubro de 1932 p.319.

Apresentada como saber nobre, a higiene também é colocada como anseio da população, fechando um círculo de “utilidade-necessidade” completo. Oriunda dos conhecimentos hipocráticos,²⁶⁶ segundo Milton Munhoz, ela agora “veio para onde o povo procurando, humilde e desinteressada, penetrar os hábitos e os costumes de cada um até nelles confundir-se e tornar-se Ella também um habito imprescindível”.²⁶⁷

Por fim, Munhoz ainda sentencia os países que não aderiram à nova modalidade da medicina a um fim trágico. Apoiando seu discurso em exemplos históricos distorcidos, busca determinar a aceitação das novas práticas como indispensáveis ao futuro do país:

Em toda parte, por todos os países, o movimento em pró da saúde é grandioso. Já todos compreenderam que não pode haver civilização derradeira sem esse coeficiente. A História está cheia de exemplos. A decadência das civilizações sempre foi acompanhada da decadência física e moral do homem. A miséria segue sempre a moléstia.²⁶⁸

Em discurso frente à Associação Médica do Paraná, em 1933, ele demonstrou novamente seu parecer sobre o papel da higiene e sua relação com a saúde da população:

Os conhecimentos que mobilisa, a sua constante interferência em todos os quadrantes da atividade humana, a necessidade quotidiana dela em todos os nossos atos, avantajaram-na à própria ciência donde proveio. A saúde é a sua preocupação. E a saúde representa para o indivíduo riqueza incomparável, para a coletividade fator imprescindível de progresso, para a Pátria um dos maiores motivos de sua grandeza.²⁶⁹

A preocupação com o meio social no qual se desenrola a vida das pessoas e com as consequências perversas que ele pode causar fica evidente. Ao vigiar todos os atos cotidianos, a higiene protege a população contra males como o alcoolismo, as psicopatias, as epidemias e as degenerações da raça. Essa perspectiva de

²⁶⁶ Referente ao grego Hipócrates, figura destacada dentro dos conhecimentos da saúde e considerado um dos precursores da medicina moderna.

²⁶⁷ **Revista Médica do Paraná**, Anno I, n. 8. Setembro de 1932, p. 319-320.

²⁶⁸ **Revista Médica do Paraná**, Anno III, n. 12. Dezembro de 1933, p. 13

²⁶⁹ **Revista Médica do Paraná**, Anno III, n. 12. Dezembro de 1933, p. 12.

análise social feita pelo doutor constitui característica marcante dos eugenistas e higienistas das primeiras décadas do século XX, que procuravam combater de todas as formas os “venenos sociais”.

Além disso, a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos ocorreria por meio da disseminação e da assimilação dessas práticas. Um futuro no qual a raça saísse fortalecida, com a erradicação das epidemias e a evolução da sociedade permitiria o alcance do maior desejo: o progresso. Nessa perspectiva, a higiene:

[...] sintetisa nos seus propositos as mais velhas aspirações do homem: conservar a saúde e melhorar as condições de existência, visando o aperfeiçoamento contínuo e indefinido, o que se formula em uma só palavra, o progresso.²⁷⁰

Percebemos na amostra de textos de autoria de Milton Munhoz, publicados na *RMP* e relacionados com a higiene, que o autor passou a abordá-la como a ciência que promove o ótimo funcionamento dos organismos e da sociedade. Realizando o saneamento do meio onde se vive, permitiria ao homem um melhoramento das condições de vida, o combate às doenças e o aperfeiçoamento da raça.

Retomando a questão sobre a leitura que ele fazia sobre a eugenia naquele momento, concluímos que, apesar do seu contato com os princípios da eugenia negativa, ele a representou majoritariamente na *RMP* na sua forma mais branda. Em consonância com a leitura que a maioria dos médicos brasileiros fazia dela, Munhoz foi mais um dos que caracterizaram a eugenia brasileira como uma importante variante do movimento mundial.²⁷¹

Logo, tomando-o como personagem de posição destacada nos meios científicos paranaenses, a postura de Munhoz permite-nos sugerir que a eugenia foi majoritariamente identificada no Paraná, assim como no restante do país, com a

²⁷⁰ **Revista Médica do Paraná**, Anno III, n. 12. Dezembro de 1933, p. 13.

²⁷¹ STEPAN, N. L. “A Eugenia no Brasil – 1917 a 1940”. In: HOCHMAN, G. & ARMUS, D. (orgs). **Cuidar, Controlar, Curar**: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio: Editora Fiocruz, 2004, p. 346.

higiene e o saneamento. Mesmo que alguns eugenistas criticassem essa “confusão de termos”,²⁷² essa parece ter sido a postura prevalecente no território nacional.

Inserido em um contexto no qual o pensamento médico acreditava na ciência como promotora exclusiva do progresso e da civilização, o médico paranaense empunhou a bandeira da higiene como saída possível para o atraso brasileiro. Dessa forma, aderiu a uma lógica que permitia aos brasileiros usar eugenia e saneamento como práticas muito semelhantes.

Ao comentar tais características da eugenia brasileira, Stepan relata que “estrutural e cientificamente, a eugenia brasileira era congruente, em termos gerais, com as ciências sanitárias, e alguns simplesmente a interpretavam como um novo ramo da higiene”.²⁷³

Afinal, em um ambiente social marcado pela miscigenação e no qual a explicação determinista racial para os problemas tinha perdido prestígio, remodelar o conceito era necessário. No Brasil, a eugenia passou a buscar a eliminação de venenos, não de pessoas. Assim, sua linguagem passou a ser muito mais de reforma da saúde pública do que propriamente de seleção racial.

No capítulo seguinte, faremos a análise da *RMP*, procurando demonstrar por quem e de que forma foi idealizada, sua estrutura interna e as principais discussões referentes à eugenia. Ademais, demonstraremos as diferentes representações da eugenia presentes na publicação, procurando relacioná-las com as teorias e noções “científicas” que as geraram.

²⁷² Quando a elite abraçou a higiene pessoal, o exercício físico e até os esportes organizados como eugênicos, Renato Kehl começou a protestar, afirmando que nenhuma reforma higiênica, por maior que fosse, poderia alterar o estoque hereditário do Brasil. Para ver mais ler, entre outros, STEPAN, 2004.

²⁷³ STEPAN, N. L. “A Eugenia no Brasil – 1917 a 1940”. In: HOCHMAN, G. & ARMUS, D. (orgs). **Cuidar, Controlar, Curar**: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio: Editora Fiocruz, 2004, p. 348.

3. AS REPRESENTAÇÕES DA EUGENIA NA REVISTA MÉDICA DO PARANÁ

Aprofundar as análises sobre a forma pela qual a eugenia esteve representada na *Revista Médica do Paraná* é a proposta central deste capítulo. Para isso, inicialmente apresentamos as características da publicação durante a década de 1930, enfocando sua utilização como ferramenta para a disseminação dos ideais médicos.

Em seguida, refletimos acerca do papel da eugenia nos debates presentes na *RMP* sobre as condições de vida da população paranaense. Percorrendo os trabalhos publicados durante uma década, buscamos identificar as características do discurso médico sobre a eugenia.

Caminha-se assim, acompanhando as discussões sobre raça, higiene, progresso e civilidade relacionadas ao tema da eugenia nos textos publicados. Não obstante, a íntima relação que se estabeleceu entre a eugenia e a higiene é debatida com o intuito de perceber o entendimento dos médicos paranaenses do período sobre o assunto.

3.1 A REVISTA MÉDICA DO PARANÁ.

Em dezembro de 1931, foi lançado no estado o primeiro número da *Revista Médica do Paraná*, uma publicação inicialmente organizada e editada pela Sociedade Médica dos Hospitais do Estado, com sede na capital, Curitiba. O texto comemorativo a esse acontecimento está transcrito abaixo:

A Sociedade médica dos hospitaes do Paraná sente-se orgulhosa em poder, no discurso de primeiro anno de sua actividade, iniciar a publicação de uma Revista, repositório de seus trabalhos, synthese de suas aspirações e testemunha do esforço científico dos abnegados médicos que na humildade dos nossos Hospitaes procuram enriquecer o acervo científico com contribuições valiosas.

Indice da nossa cultura profissional, do nosso entusiasmo e da acrisolada vontade de contribuirmos para o progresso do meio científico de nosso Estado, a Revista Médica do Paraná será uma realização altamente meritória se puder conseguir o seu fim de só pugnar dentro do terreno puro

da sciencia. Alheia às competições de qualquer natureza, sem se envolver em questões que escapem ao objectivo que a fará triumphadora, a Revista não será uma tímida tentativa, mas uma vigorosa affirmação do nosso valor profissional.

Sob o influxo da pertinácia dos dignos dirigentes da Sociedade Médica dos Hospitaes do Paraná, Ella está destinada à existência duradoura e proveitosa.²⁷⁴

Por meio de sua leitura, identificamos características da função e da importância da revista no momento do seu lançamento. Dedicada à disseminação de trabalhos médicos, a publicação tinha a incumbência de refletir os anseios e opiniões desses profissionais, contribuindo de forma marcante para as discussões científicas daquele momento. Ao lermos o trecho acima, percebemos que o objetivo era utilizá-la como meio de propagar o saber médico de forma a contribuir com o tão almejado progresso científico do Paraná.

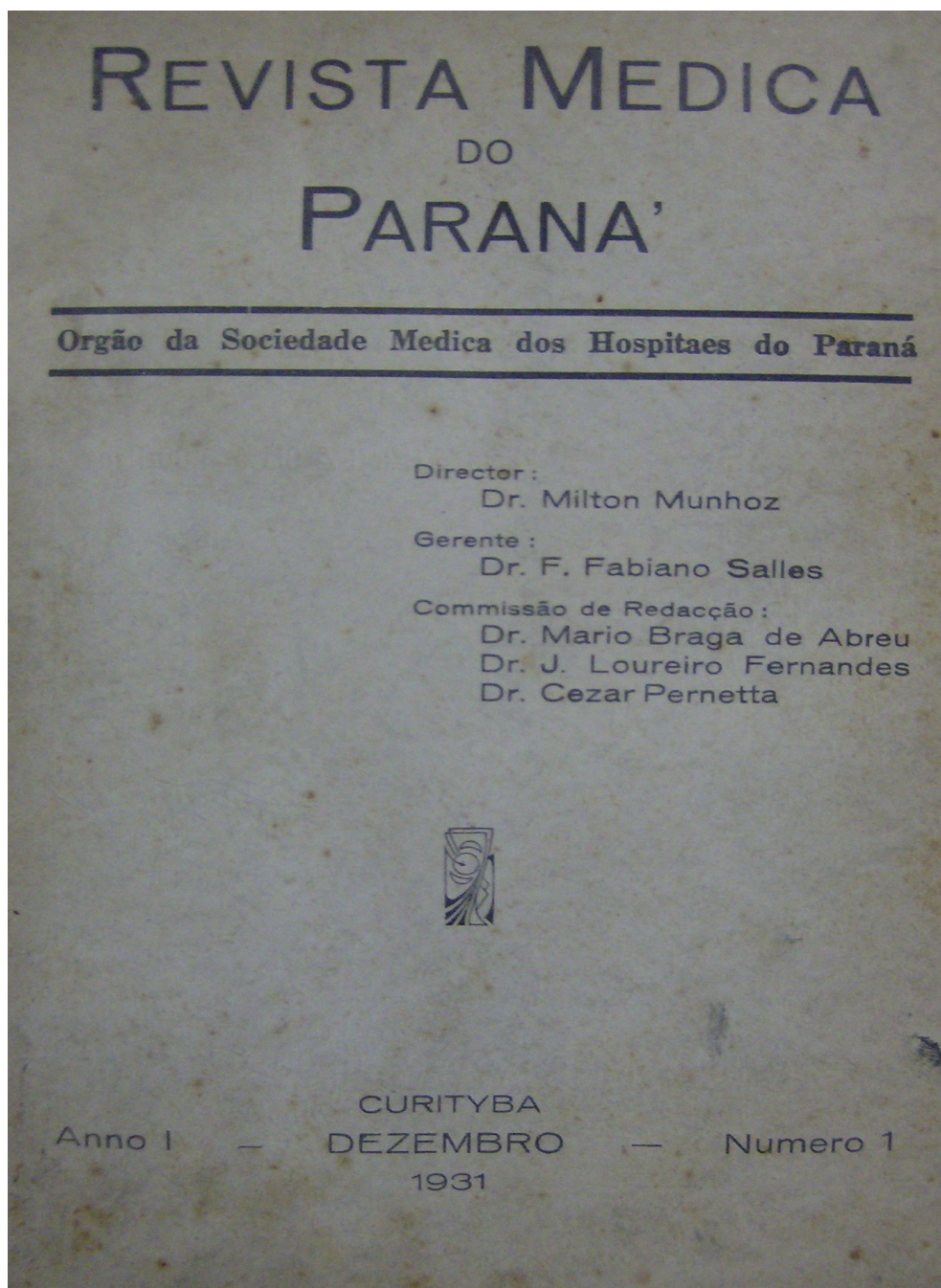
Além disso, no editorial fica explícito o caráter de valorização da corporação – “não será uma tímida tentativa, mas uma vigorosa affirmação do nosso valor profissional” – demonstrando que a classe médica pretendia dar coesão e força ao discurso médico frente às questões sociais de então. A publicação deveria triunfar no seu objetivo como veículo divulgador dos ideais científicos em voga na época, e seus criadores destacavam a missão restauradora dos médicos sobre a sociedade, vista por muitos analistas como doente e atrasada.²⁷⁵

Em seu lançamento, a *Revista Médica do Paraná* era uma publicação da Associação Médica dos Hospitais do Paraná, órgão criado em 1930 com a função de mobilização da classe. Seu primeiro diretor foi o Dr. Milton de Macedo Munhoz, e a comissão de redação estava a cargo dos Drs. Mário Braga de Abreu (professor da Faculdade de Medicina do Paraná e médico da Santa Casa), José Loureiro Fernandes (antropólogo e professor da Faculdade de Medicina) e César Pernetta (pediatra e professor da Faculdade de Medicina do Paraná), enquanto que a gerência estava sob a responsabilidade do Dr. F. Fabiano Salles (professor da Faculdade de Medicina do Paraná).

²⁷⁴ **Revista Médica do Paraná.** Anno I, n. 1. Dezembro de 1931.

²⁷⁵ MOTA, A. **Quem é bom já nasce feito:** sanitarismo e eugenia no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 20.

FIGURA 2 – CAPA DA PRIMEIRA EDIÇÃO DA *REVISTA MÉDICA DO PARANÁ*



No que diz respeito à sua estrutura, a publicação apresentou, ao longo dos 104 números que compõem o recorte temporal pesquisado, uma grande variação no número de páginas, sendo que as edições mais curtas apresentavam uma média de 28 páginas, e as mais extensas chegavam a 77 páginas.

A face da capa não apresentou variações significativas ao longo do tempo estudado. Na parte superior, em letras de tamanho grande, vinha impresso o título do periódico, seguindo com os nomes do diretor, do gerente e da comissão de redação (figura 2). Além disso, contemplava informações a respeito do local de publicação, data, número e ano. A partir de 1933, as capas traziam também, centralizadas e em tamanho grande, propagandas de medicamentos.

A distribuição dos artigos na *RMP* não seguia um modelo fechado. Faziam parte do seu conteúdo artigos médicos de variadas áreas, atas das reuniões médicas, minibiografias de profissionais que compunham a Sociedade Médica, homenagens, bibliografia e noticiário, relação de novas publicações médicas e a seção de necrologia.

Com a mudança de direção, a partir de 1940²⁷⁶, a revista passou a ser mais bem estruturada, apresentando uma organização comum a todos os próximos números. Ela passou a ser apresentada com as seguintes seções: Artigo do mês, Nossos Comentários, Hospitais e Casas de Saúde, Associações Médicas, Publicações Médicas, etc. (Figura 3).

Contudo, o que nos interessou especialmente na *RMP* foram os trabalhos relacionados aos debates sobre eugenia e higiene. A presença desses assuntos permeando a revista durante os dez anos em que focamos a pesquisa foi facilmente observável, vindo ao encontro do que outras publicações médicas nacionais publicavam naquele momento.

Independentemente do viés pelo qual era abordada, a dupla “eugenia-higiene” foi amplamente discutida nas páginas de periódicos nacionais entre as décadas de 1920 e 1930, sobretudo naqueles publicados nas capitais do país.²⁷⁷

Lilia Schwarcz, ao escrever sobre as publicações médicas do período, afirma que:

A preponderância do assunto não era, nesse momento, mera coincidência. Respondia a uma tendência mais ampla da medicina que entendia a prática da higiene como forma revolucionária de atuação na coletividade. No caso

²⁷⁶ O décimo ano de circulação da *Revista Médica do Paraná* trouxe como novidade no número de janeiro de 1941 a mudança de redator. Até então (desde seu início) o responsável fora o médico Milton Macedo Munhoz, que, a partir dessa data, foi substituído por Glaucio Bandeira.

²⁷⁷ SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 198-238.

brasileiro [...], a higiene se transformava em tema primordial em função das inúmeras epidemias que assolavam o país.²⁷⁸

FIGURA 3 – ORGANIZAÇÃO DA RMP A PARTIR DE 1940

ANO IX — JULHO E AGOSTO — 1940 — Nrs. 7 - 8

Revista Médica do Paraná
CURITIBA — PARANÁ — BRASIL
Fundador: PROF. MILTON MUNHOZ

REDAÇÃO: ASSOCIAÇÃO MÉDICA DO PARANÁ — Rua 13 de Novembro, n.º 163.

DIRETOR REDATOR: DR. GLAUCIO BANDEIRA REDATOR SECRETÁRIO: DR. CARLOS F. FERREIRA DA COSTA

SUMÁRIO:

Artigo do mês:	
Mecanização da Medicina — Prof. João Cândido Ferreira	163
Nosso comentário:	
Imposto Sindical — Dr. Carlos F. F. da Costa	165
Os quocientes de Ayala — Prof. Dr. Artur Oto Schwab	167
O Estudo da Clínica Cirúrgica no Curso Médico — Prof. Dr. Mário Abreu	179
A Marcha da mortalidade pelas febres tifóides e paratífóides no Município de Curitiba — Dr. Emílio Sounis	190
Ortogenia — Dr. Glaucio Bandeira	196
Colaboração:	
Sobre o tratamento da rânula — Prof. Dr. Celso Ferreira	199
Informes sobre parasitas de cães e ratos da Cidade de Curitiba — Dr. Ovidio Unti	206
Registrando:	
Suicídios no Paraná	209
Estatística Demógrafo-Sanitária do Município de Curitiba — mês de Março 1940	212
Publicações Médicas:	
Terapêutica social em cardiologia — Dr. Nelson Coelho de Oliveira	216
Hospitais e Casas de Saude do Paraná:	
Casa de Saude São Francisco	217
Necrológico:	
Dr. Giovanni Lorenzini	219
Noticiário: CONGRESSOS MEDICOS	
I Congresso Brasileiro de Ginecologia e Obstetrícia	166
IV Congresso brasileiro de ortopedia e traumatologia	225
Primeira conferência Nacional de Defesa contra a sífilis	230
Associações Médicas:	
Associação Médica do Paraná (Atlas)	231
Recebemos e Agradecemos	232

²⁷⁸ SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 206.

Nesse contexto, a imprensa médica paranaense também apresentou suas visões sobre a situação da sociedade e buscou intervir a favor de sua “regeneração”²⁷⁹. Desse modo, em meio a trabalhos que levam o título de *Ar puro e ar confinado – o valor da Eugenia ou do ar puro como fator higiênico*²⁸⁰, *Formemos a consciência sanitária do povo*²⁸¹ ou ainda *Ensaio sobre Puericultura – cuidados especiais com prematuros, débeis, tarados e doentes*²⁸², percebe-se a preocupação com a eugeniização da população do estado e com isso a sua melhoria por parte do campo médico.

Alcançando uma importante parcela dos profissionais de medicina paranaenses, sobretudo aqueles que atuavam na capital e na região dos Campos Gerais, a *RMP* contribuiu de forma importante para os debates sobre a eugenia no Paraná. Apesar de ter sido uma publicação de caráter profissional, podemos sugerir ainda que as discussões nelas contidas tiveram importante repercussão social, uma vez que a figura do médico passou a ser cada vez mais demandada e valorizada pela sociedade como respeitável fonte do saber na época.

Além disso, ao percorrermos as páginas escritas por médicos, frequentemente nos deparamos com discursos que eram ferramentas de poder. Através de textos densos, repletos de termos científicos, o saber era concentrado nas mãos dos mesmos. “Ao contrário da propaganda, que ‘popularizava’ a linguagem, a linguagem médica ‘sofisticava’ suas mensagens, dirigindo-se a públicos especializados, dominando vocabulário técnico e científico,”²⁸³ colocando-se assim como “dona do saber sobre os corpos.”²⁸⁴

²⁷⁹ Devemos ressaltar que os motivos da degeneração nesse contexto não se limitavam às questões raciais. O discurso dos eugenistas visava não apenas regenerar as camadas sociais mais pobres, consideradas inferiorizadas devido às condições do meio e à miscigenação racial, mas também proteger as classes sociais mais altas contra a degeneração causada especialmente pelos “vícios ou moléstias sociais”, como o alcoolismo, a prostituição, as deficiências físicas e as doenças venéreas. SOUZA, V. S. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 146-166, jul /dez 2008.

²⁸⁰ *Revista Médica do Paraná*. Anno I, n. 5. Abril de 1932.

²⁸¹ *Revista Médica do Paraná*. Anno VI, n. 7. Junho de 1937.

²⁸² *Revista Médica do Paraná*. Anno II, n. 5. Abril de 1933.

²⁸³ BRITES, O. Infância, higiene e saúde na propaganda (usos e abusos nos anos 30 a 50). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol. 20(39): 2000, p. 263.

Nesse sentido, alguns desses profissionais da medicina se autointitulariam como responsáveis pelo progresso do país naquele momento, e a divulgação de seus preceitos constituiu-se como importante ferramenta para esse fim.

Inserida em um momento no qual as péssimas condições sanitárias, as doenças que degeneravam a população e as medidas higienistas que as combateriam eram amplamente debatidas, a *RMP* tornou-se instrumento privilegiado de discussão. Em trecho do discurso feito aos formandos de 1932 pelo médico Demerval Gomes, retirado da própria revista, podemos perceber a aflição gerada pela situação da população paranaense:

Que se depara no momento histórico que se passa? O quadro tétrico de criancinhas a morrerem de frio e de fome, a devastação impiedosa da sífilis e da tuberculose, pragas terríveis que vão minando os organismos numa comovedora sucessão de debilidades e de sofrimentos, o ancilóstomo duodenale a devorar o caboclo do litoral.²⁸⁵

E qual seria a solução para o momento desafiador? O seguinte relato feito pelo próprio Demerval enumera as ações a serem colocadas em prática a fim de alcançar as aspirações daqueles que vislumbravam a grandeza da Pátria (grifos nossos):

Acompanhando *pari passu* o evoluir e o involuir das doenças, integrado no eterno padecer humano, vendo o desmoronar das últimas esperanças, apreciando a derrocada de lares doces e felizes, e num contraste esplendido, tudo o que a vida encerra de mais precioso, o médico tem a obrigação de colaborar para a melhoria da organização social da atualidade. **A higienização das casas pobres e humildes, a preservação da saúde e a eugenia, enfim, devem merecer dos médicos longas meditações.**²⁸⁶

No seu discurso, o autor elucidava aos seus leitores quanto às medidas a serem tomadas. Primeiramente a higienização, responsável pela adequação dos locais considerados contaminados e da população por meio do combate às doenças que eram responsáveis pelo fracasso do país. Vale ressaltar que no Brasil, como

²⁸⁴ BRITES, O. Infância, higiene e saúde na propaganda (usos e abusos nos anos 30 a 50). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, vol. 20(39): 2000, p. 263.

²⁸⁵ **Revista Médica do Paraná**. Anno I, n. 8. Outubro de 1932, p. 310.

²⁸⁶ **Revista Médica do Paraná**. Anno I, n. 8. Agosto de 1932, p. 310.

pode bem se perceber nas palavras do médico paranaense, geralmente “a questão da higiene aparece associada à pobreza e a uma população mestiça e negra”.²⁸⁷ Para complementar a prescrição, dever-se-ia utilizar a eugenia como responsável por incitar casamentos desejáveis e combater maus hábitos e perversões²⁸⁸, com o intuito final de alcançar a “regeneração da raça”.

Durante o período em que analisamos a publicação, percebeu-se também o importante papel do médico higienista Milton de Macedo Munhoz. Como já visto, Munhoz tinha uma formação marcante no que diz respeito à higiene e à eugenia, o que nos permite sugerir um encaminhamento das publicações da revista de acordo com os valores que norteavam sua produção. Valorizada em suas palavras, a higiene era vista como “a arma que dispomos para o extermínio de muitos males que infelicitam a humanidade”.²⁸⁹ No seu entender, naquele contexto, as “molestias sociaes” deveriam ser as primeiras combatidas.²⁹⁰

Refletindo o pensamento de seu editor-chefe, o qual sintetizava em seus escritos que a aplicação das práticas higienistas era “uma vitória da ciência sobre a barbárie”²⁹¹, a *RMP* constitui-se assim em importante fonte para debatermos a representação da eugenia naquele contexto.

A pesquisadora Tânia Regina de Luca²⁹² aponta que as revistas são um empreendimento coletivo que reúne um conjunto de indivíduos em torno de um

²⁸⁷ SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 230.

²⁸⁸ Segundo SOUZA (2008, p. 157-158), os eugenistas incentivaram medidas que visavam racionalizar a natalidade e orientar a reprodução humana com o objetivo de regulamentar o matrimônio e impedir a união conjugal entre os indivíduos considerados “inadequados”, portadores de “taras hereditárias”, “criminosos” e “delinquentes”. Além da preocupação dos eugenistas com a saúde racial, a educação higiênica, sexual e matrimonial das elites e da classe média urbana das grandes cidades brasileiras, de maneira geral as medidas eugênicas objetivavam também educar e regular os hábitos das classes sociais mais pobres, vistos como imorais, degradantes e perniciosos ao futuro racial da nação.

²⁸⁹ MUNHOZ, M. M. **A educação sexual nas escolas**. These sorteada para o concurso á cathedra de Hygiene da Faculdade de Medicina do Paraná. Curityba, Paraná, 1929, p. 27.

²⁹⁰ *Idem*.

²⁹¹ *Ibidem*, p. 15.

²⁹² DE LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo; Contexto, 2005, p. 111-153.

objeto no qual se expõem crenças e valores comuns. Logo, podemos sugerir que alguns dos profissionais paranaenses uniram-se em torno da *RMP* para divulgar suas ideias, nas quais se incluíam práticas de saúde eugenistas, objetivando civilizar e modernizar o estado, mesmo que baseados em perspectivas diferentes.

Demonstrando profunda preocupação com o contexto que os cercava, esses médicos utilizaram-se da *RMP* para exibir e demonstrar práticas que serviriam para instituir uma nova civilidade aos paranaenses. Participantes dos congressos e reuniões da classe médica em âmbito nacional e internacional, eles traziam ao estado as discussões sobre eugenia e higiene que eram travadas nesses encontros e, com isso, aumentavam a convicção de que os paranaenses deveriam ser resgatados do atraso que os circundava.

Mas como a eugenia foi abordada e discutida pelos médicos paranaenses? Podemos afirmar que de diferentes formas em um mesmo contexto. Como já afirmado anteriormente, o movimento eugenista brasileiro foi multifacetado: a engenharia sanitária, a raça, a higiene social e o progresso foram campo fértil de discussões nas sociedades científicas nacionais, com desdobramentos diversos.

Tais práticas, ora baseadas em práticas racialistas, das quais o combate à miscigenação e o branqueamento eram os carros-chefes, ora com contornos moralizantes em que prescrições de bons hábitos e bons costumes tiveram na educação e na formação higiênica seus fundamentos²⁹³, foram discutidas pelos médicos paranaenses em trabalhos publicados na *RMP*. Todas elas faziam parte de uma ordem que deveria ser instituída no país a fim de se alcançar o progresso e a civilização.

Nas próximas páginas, iremos elencar as diferentes representações atribuídas às práticas eugenistas no estado do Paraná. Assim, veremos como um mesmo conceito científico pode possuir vários significados de acordo com o contexto social em que é utilizado e com as intenções e necessidades de quem o manipula.

²⁹³ LUZ, M. T. **Medicina e ordem política brasileira**: políticas e instituições de saúde (1850-1930). Rio de Janeiro: Graal, 1982, p.173.

3.1.1 *Antes poucos e bons, a muitos sem valor* – a eugenia como possibilidade de se alcançar a raça pura.

Apesar de não ser a abordagem mais utilizada, já no ano de 1932, podemos detectar em alguns dos trabalhos publicados na *RMP* a utilização do conceito eugenia de forma correspondente ao seu significado original, dado a ele pelos ingleses no século XIX.

O principal expoente desse tipo de interpretação nas páginas da publicação foi o médico paranaense Mário Gomes. Demonstrando sua afiliação aos preceitos eugenistas que afirmavam existir raças superiores e inferiores, ele se mostrava bastante frustrado e pessimista com a constituição da população brasileira em geral.

Ao iniciar uma série de artigos sobre cuidados a serem tomados a fim da melhoria da raça, Gomes declarou os fatores desfavoráveis que marcaram a nacionalidade brasileira:

[...] uma pequena porção de sangue branco, que no meu entendimento é superior, mas pouquíssimo selecionado, somado a uma maior e lamentável percentagem de sangue africano, grande responsável pela entristecedora miscigenação.²⁹⁴

Soma-se a esse fator um agravante à formação da raça brasileira segundo o médico paranaense: o clima. Segundo a sua avaliação, “ao lado do fator racial, resalta desde os tempos coloniais, a ação hostil e deprimente do clima, máxime no centro e norte do país – o berço da nacionalidade”.²⁹⁵

Nesse momento de contato com os primeiros trabalhos de Mário Gomes, ao pensarmos em possíveis representações da eugenia, o modelo que vem à tona é a eugenia galtoniana. Como discutido anteriormente nesse trabalho, tal interpretação baseava-se, sobretudo, nos malefícios que poderiam ser causados pelo cruzamento entre raças hierarquicamente “desniveladas”.

²⁹⁴ **Revista Médica do Paraná.** Anno II, n. 1. Dezembro de 1932, p.17.

²⁹⁵ **Revista Médica do Paraná.** Anno II, n. 1. Dezembro de 1932, p.17.

Atribuindo as péssimas condições de vida e o atraso da sociedade nacional aos miscigenados e ao clima, Gomes alinhava-se então aos defensores do darwinismo social e do determinismo racial, os quais viam na miscigenação a principal causa da degeneração física, moral e social das raças puras. Sintetizando seu pensamento quanto aos fatores acima, ele escreveu: “E assim, da soma desses valores antagônicos e depreciados teria de resultar um mau produto, considerado de modo geral [...]”.²⁹⁶

Sendo assim, poderíamos rotular Mário Gomes como um legítimo representante dos pensamentos eugenistas de Francis Galton no Paraná? A resposta mais provável é “parcialmente”. Apesar desses trechos não deixarem dúvidas sobre suas inspirações científicas oriundas das primeiras discussões sobre a eugenia, veremos adiante que Mário Gomes acoplava nos ideais galtonianos a questão dos “venenos raciais” como responsáveis pela degeneração. Nesse sentido, as doenças, o alcoolismo e a ignorância do povo também eram vistos por ele como importantes degeneradores da raça brasileira.

No mesmo texto em que descreve a raça e o clima como grandes vilões da nacionalidade, ele acrescenta:

Nem só o clima e a fusão de maus elementos concorreram para o tipo nacional sem beleza, sem expressão: - as endemias que sempre reinaram nas zonas quentes e úmidas: o alcoolismo desbragado, desde as mais remotas épocas; a sífilis, a tuberculose, as múltiplas verminoses, a lepra e a ignorância! São males antigos e atuais, que continuam solapando o já enfraquecido e desairoso espécimen do nosso sertanejo, do caboclo litorâneo, da grande massa do povo nacional.²⁹⁷

Percebe-se assim que, vinculando diferentes modelos de pensamento, Gomes acabou sendo um representante de uma percepção bastante complexa do que seria a eugenia. Ao admitir sua crença na degeneração causada pela mistura racial, era um adepto da eugenia pregada por seus idealizadores europeus. Por outro lado, ao incluir nas causas do enfraquecimento da população os venenos raciais, alinou-se àqueles que defendiam que a solução para as mazelas nacionais

²⁹⁶ **Revista Médica do Paraná.** Anno II, n. 1. Dezembro de 1932, p.17.

²⁹⁷ **Revista Médica do Paraná.** Anno II, n. 1. Dezembro de 1932, p.17.

passava pela formação de uma consciência sanitária da população, educando-a sobre medidas de higiene e saúde.

Esse último tipo de comportamento é descrito por Nancy Stepan como típico dos profissionais da medicina do país. Para ela, enquanto eugenia e saúde pública eram terrenos de atuação distintos, para os eugenistas ingleses, por exemplo, aqui ocorria justamente o oposto: a eliminação dos venenos raciais ajudava a definir o movimento. Para muitos estudiosos da eugenia no Brasil:

[...] alcoolismo, más condições de vida e fadiga de trabalho eram questões eugênicas precisamente por serem tanto causas como sintomas de males hereditários, e porque os ciclos de causas poderiam ser interrompidos por ações sociais, morais e médicas. Esse estilo de eugenia deixava aberta a possibilidade de “regeneração” como resposta ao medo da ‘degeneração’ racial, seu sistema permitia a fusão das linguagens moral e científica.²⁹⁸

Assim, Gomes parece ser um representante peculiar, que bebeu de ambas as fontes e defendeu-as conjuntamente. Ao abordar o cultuado assunto daquele momento, ou seja, como conseguir para “constituir o futuro tipo nacional, forte, belo e puro?”²⁹⁹, ele teceu a seguinte resposta:

Uma série de medidas, cada qual mais importante teremos de adotar e seguir. Desde o combate as endemias – paludismo e verminoses – pela educação sanitária visando evitar e combater a sífilis, a lepra, o alcoolismo; pela prática rigorosa da eugenia – a higiene da raça – começando pelo exame pré-nupcial obrigatório por técnicos especializados; fiscalização e seleção dos imigrantes; proibição do casamento de doentes, tarados e degenerados; condenando a união de mestiços, o cruzamento com raças inferiores.³⁰⁰

A resposta do médico apresenta-nos importantes indícios de como ele avaliava a situação. A crença em que o combate às doenças e o alcoolismo seria uma medida profilática aos defeitos hereditários da prole são visíveis. Nesse sentido,

²⁹⁸ STEPAN, N. L. **A hora da eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 98.

²⁹⁹ **Revista Médica do Paraná**. Anno II, n.1. Dezembro de 1932, p. 18.

³⁰⁰ **Revista Médica do Paraná**. Anno II, n.1. Dezembro de 1932, p. 18.

ignorando a diferença entre características hereditárias e herança social, tais ações eram entendidas como um passo lógico da eugenia.³⁰¹

Ademais, possibilitavam que esses eugenistas definissem fronteiras do que era moralmente aceitável ou não. Naquele contexto, essas fronteiras eram usadas para diferenciar os pobres das classes mais altas, os trabalhadores braçais da elite e os brancos da sociedade dos negros. Assim, os ataques aos venenos raciais também “reelaboraram noções de raça e estabeleceram novos termos pelos quais as fronteiras internas entre as pessoas poderiam ser entendidas”.³⁰²

No que diz respeito à sua interpretação sobre o problema causado pela miscigenação, o trecho é bem claro: “condenando a união de mestiços, o cruzamento com raças inferiores”. Nesse sentido, misturar ainda mais o sangue do brasileiro parecia ao médico uma ação de alto custo às suas pretensões progressistas e civilizadoras.

Além disso, outro ponto importante relacionado à eugenia no Brasil aparece em seu texto: o controle sobre o casamento. Vista como uma alternativa mais branda de eugenia negativa³⁰³, ela se caracterizou como uma forma especial desse tipo de eugenia chamada de “eugenia matrimonial”. No Brasil, ela buscou inserir normas científico-hereditárias e controles da reprodução que não implicavam métodos cirúrgicos radicais, apesar de Gomes apresentar, ao propor a proibição de alguns casamentos, uma postura bem radical quanto ao assunto.

Notório partidário de um controle rígido sobre os casamentos, ele foi um dos defensores do exame pré-nupcial no país, como forma de evitar problemas de saúde vindouros, bem como a degeneração da raça. Em um segundo ensaio publicado na revista em 1933, ao falar sobre o casamento, ele escreveu:

No Brasil, pelo menos, o casamento não deverá ser encarado, nem aceito apenas por seu aspecto natural e sentimental – o da inclinação de um sexo pelo outro – o que bastaria, sem dúvida, no particular que nos interessa, se

³⁰¹ STEPAN, N. L. **A hora da eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 99.

³⁰² *Idem*.

³⁰³ A eugenia negativa pregada nos Estados Unidos, por exemplo, além de exames pré-nupciais, instituiu em alguns momentos a segregação sexual compulsória, a esterilização das pessoas e até mesmo a eutanásia.

não houvesse a considerar sua inevitável ou provável consequência – a prole. E esta, como vimos, precisa e deve ser melhorada em todos os sentidos – raça, robustez e saúde.

Nesse sentido, ele apelava para a moral da juventude, a qual deveria escolher companheiros (as) de forma a privilegiar o belo e o robusto, sempre com consulta prévia à razão (grifos nossos):

Aliás, todos os atos, quer íntimos, quer coletivos ou sociais, só serão dignos de um ser civilizado, quando receberem o veredictum da consciência, inspirada pela moral e pela razão. [...] Do apurado e fino gosto na escolha de maridos e de esposas, cada qual porfiará visando sempre a progênie e o futuro da raça. **Mas – dir-me-hão: assim os feios e as feias não casariam, os consórcios diminuiriam, sacrificava-se a quantidade em benefício da qualidade. Esta última afirmativa nenhum inconveniente traria: antes poucos e bons, a muitos sem valor.**³⁰⁴

O médico paranaense ainda completou:

Os fracos, os franzinos, os defeituosos, os aleijados e doentes não deveriam casar. Mas se o quiserem e o conseguirem, ao nascerem-lhes filhos, sublimarão em cuidados de toda ordem para corrigir nos descendentes os defeitos com que a natureza os dotou. O ideal seria o consorcio de indivíduos jovens, sadios e puros.³⁰⁵

Como se nota claramente, o objetivo de Gomes de construir uma nação viável, composta por pessoas “brancas, robustas, belas, civilizadas e saudáveis”, seria o motivo para a instauração de medidas eugenistas que iriam desde o exame pré-nupcial e a proibição de casamentos até o combate às doenças e à proibição da imigração de raças consideradas inferiores.

Nesse sentido, percebemos uma evidente aproximação com as ideias do famoso eugenista brasileiro, o médico e farmacêutico Renato Kehl. Para Kehl, a regeneração da raça se daria pela somatória entre o branqueamento da sociedade por meio da proibição de casamentos entre não brancos e a eliminação de todos os

³⁰⁴ **Revista Médica do Paraná.** Anno II, n.2. Janeiro de 1933, p. 41.

³⁰⁵ **Revista Médica do Paraná.** Anno II, n.2. Janeiro de 1933, p. 42.

fatores disgênicos, a saber, o alcoolismo, as doenças, a ignorância e o pauperismo.³⁰⁶

Baseando-se na perspectiva estadunidense de eugenia que desde o século XIX limitara a entrada de negros e asiáticos em seu território, o médico brasileiro também criticava severamente o perigo da hibridização racial, posição muito similar à que Mário Gomes propugnava. Se por um viés Kehl era defensor do branqueamento, por outro, era contra a miscigenação por crer que a mistura racial maculava o melhor da raça.

Tal ambiguidade caracterizava-se pelo fato de que seu racismo era formado por duas vertentes principais: uma baseada nas tabelas de Galton, defensora de um racismo de classe, na qual se acreditava que raças não deveriam ser misturadas; outra alicerçada no racismo de cor da pele a qual propunha uma ação intervencionista que tornaria urgente combater a mulatização da raça branca, pois ela impedia a purificação das classes superiores e a geração de uma prole mais pura, aperfeiçoada e branca.³⁰⁷

Desse modo, dotado de um modelo de ver o mundo característico, Kehl foi base para muitos dos médicos eugenistas brasileiros. Apesar de não o citar em seus trabalhos na *RMP*, Mário Gomes surge como um provável seguidor de suas ideias. As palavras da historiadora Pietra Diwan, ao analisar o eugenismo de Renato Kehl, amparam-nos uma vez mais. As semelhanças nas recomendações sobre os casamentos “ideais” são evidentes:

Incentivar os casamentos e a procriação dos “bem-dotados”, a elite branca, é um dos objetivos do eugenismo de Renato Kehl quando ele constata que a fecundidade é maior em indivíduos inferiores e que “o número de filhos é inversamente proporcional à posição social dos pais”. Para Kehl, o indivíduo não é um ser social, nem histórico, mas orgânico. Nesse caminho de desumanização, Renato Kehl irá delimitar os tipos ameaçadores: o monstro, o feio e o triste.³⁰⁸

³⁰⁶ DIWAN, P. **Raça Pura**: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007, p.131-132.

³⁰⁷ *Ibidem*, p. 133.

³⁰⁸ *Ibidem*, p. 134.

Em trabalho publicado em fevereiro de 1933, Gomes aludia os cuidados especiais a serem tomados nos casos de nascimento de crianças taradas, débeis e doentes. Ao procurar combater esse tipo de mal, ele elencou as ações a serem colocadas em prática:

Dos fatores degenerantes, “avultam a sífilis, a tuberculose e o alcoolismo”. São eles que constituem a tríade sinistra dos povos civilizados, que urge combater a todo transe. Como agir? É principalmente pela higiene pré-natal que se evitam os prematuros e os débeis, os tarados e doentes. [...] Pelos antecedentes, pelo histórico da família e todos os demais dados procurará descobrir as taras familiares ou paternas a fim de combatel-as na medida do possível. Com os conselhos sobre a alimentação, o regime, a higiene pessoal e domiciliar terá concorrido para afastar os erros decorrentes de sua ignorância ou não observância.³⁰⁹

Novamente pode-se perceber a união de várias perspectivas eugenistas em uma mesma prescrição. Por um lado, o combate aos venenos raciais, entendidos como condenadores das gerações futuras – a “sífilis, a tuberculose e o alcoolismo”, por outro, o levantamento dos antecedentes familiares em busca de desvios morais e características hereditárias que contribuíssem negativamente para a prole; por fim, a recomendação de práticas sanitaristas e educativas a fim de combater a ignorância, outra grande colaboradora para as péssimas condições sociais da população.

Todavia, não foi apenas Gomes que apresentou entre suas interpretações esse tipo de leitura mais complexa e multifacetada da eugenia. O médico e político Aramis de Athayde³¹⁰, que ocupou o cargo de orador da primeira diretoria da AMP e foi professor catedrático da Universidade do Paraná, foi mais um exemplo de profissional de medicina que defendeu esses princípios.

Na ocasião da publicação de um texto sobre o papel dos médicos no ambiente escolar em 1933, ele também declarou ser um aficionado pelo assunto em sua modalidade mais invasiva. Exaltando as vantagens da prática eugenista rumo

³⁰⁹ **Revista Médica do Paraná.** Anno II, n.3. Fevereiro de 1933, p. 96.

³¹⁰ Aramis de Athayde compôs a primeira diretoria da AMP (1933) ocupando o cargo de orador. Trabalhou em várias instituições, exercendo atividades como a presidência da Sociedade Médica do Paraná entre 1939 e 1940. Por anos foi vice-presidente da Cruz Vermelha Brasileira, além de ter sido membro da Academia de Letras José de Alencar e Academia Nacional de Medicina.

ao melhoramento da população, ele declarou em meio ao seu discurso que seria o (grifos nossos):

[...] domínio da eugenia, o campo de ação que nos apresenta mais sedutor, levando-nos a estudar o problema da regeneração humana, e mandando que se evitem, por todos os meios, os fatores de abastardamento da família e do agregado humano. Nunca, como hoje, a ânsia da perfeição da espécie humana empolgou tanto a consciência das elites condutoras, por isso que todos os espíritos esclarecidos vem cuidando com desvelado esmero desse magno problema de que depende, positivamente, a felicidade futura dos povos.³¹¹

Como se lê, Athayde enxergava na eugenia uma possibilidade de redenção dos povos, sendo por isso uma questão que segundo ele “merece nossa atenção e carinho”. Relegando o árduo trabalho às elites condutoras, o médico paranaense demonstrava uma visão típica entre muitos dos personagens instruídos da época, marcadamente elitista e segregacionista. Caberiam assim aos poucos homens esclarecidos da elite a tarefa de programar ações que impedissem a degeneração da população.

Não bastasse sua afirmação de afeição ao projeto eugenista, Aramis de Athayde ainda fez uma exaltação a homens que, para ele, formavam um grupo “patriótico e corajoso”, responsável pela disseminação e defesa de ideais eugenistas capazes de regenerar a nação brasileira. Nas palavras do médico paranaense:

Muitos são os homens de ação e pensamento que aqui mesmo no Brasil ergueram sua voz, pregando com veemência, os princípios da regeneração eugênica de nossa gente, anunciando-lhe o verdadeiro reino da saúde, da paz, da justiça, da alegria, do trabalho fecundo, do bem-estar comum. Relembrem também a ação corajosa e sobretudo patriótica de Almir Madeira, que combateu a “renúncia a procreação”; Tavares Neves Filho que pregou a esterilização de anormais como fator eugênico; Castro Barreto, que também focalizou o momentoso problema, falando sobre os deveres do médico e o culto da raça. Nos debates dessas questões, assombra ardorosamente o talento evangelizador de Renato Kehl, que tem abordado essa especialidade, do modo mais carinhoso e patriótico. Nesse ponto, o seu tirocínio tem sido de grande repercussão social.³¹²

³¹¹ **Revista Médica do Paraná.** Anno II, n.8/9. Agosto/Setembro de 1933, p. 271.

³¹² **Revista Médica do Paraná.** Anno II, n.8/9. Agosto/Setembro de 1933, p. 271.

Dentre os homens cultuados por Athayde estão simplesmente alguns dos maiores defensores da eugenia negativa no Brasil. O médico maranhense Tavares Filho, por exemplo, defendeu a esterilização compulsória dos considerados “anormais” em sua tese defendida à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1921; Castro Barreto exaltou que na infância se poderiam prestar os melhores serviços à raça, evitando taras e heranças mórbidas; Renato Kehl, por seu turno, é amplamente reconhecido como um dos grandes eugenistas brasileiros, caracterizado pela extensa e ambígua produção sobre o tema.

Assumindo sua postura publicamente sobre o assunto, Aramis de Athayde colocou-se como um dos defensores da eugenia negativa entre os médicos paranaenses. Ao falar sobre o assunto na inauguração da AMP, ele expôs uma visão que limitava a raça entre eugênicos e disgênicos ao englobar diferentes problemas físicos, psicológicos e sociais em um mesmo grupo de “anormais-problema”:

A eugenia, a antropologia e as perguntas médicas que giram em torno dos anormais: cegos, surdos-mudos, débeis mentais e atrasados, epiléticos, toxicómanos, alienados, e vagabundos, estão a exigir nossos conselhos e cuidados.³¹³

Nesses moldes, todos aqueles que não estavam enquadrados em uma pretensa “normalidade” tornavam-se alvos da cruzada eugenista para o médico em questão. Aos seus colegas de ofício, caberia atuar na luta contra a multiplicação do número de degenerados como esses que, ao olhar de Athayde, consistiam em um grande entrave à felicidade das elites paranaenses.

O perfil traçado sobre as posturas de Mário Gomes e Aramis de Athayde frente às discussões eugenistas da época exemplifica uma das possibilidades de representação da eugenia nos textos publicados na *RMP*. As posturas dos dois são exemplos significativos porque explicitam que a revista albergou médicos que nitidamente posicionaram-se como adeptos da eugenia galtoniana, mas também houve aqueles que a representaram de modo diferente, como veremos a seguir.

Sobre Gomes, concluímos que partindo de uma concepção bastante abrangente sobre as causas dos problemas sociais que o cercavam, o médico

³¹³ **Revista Médica do Paraná.** Anno II, n.8/9. Agosto/Setembro de 1933, p. 272.

paranaense construiu uma interpretação ambígua. Ao mesmo tempo em que criticou a miscigenação, pautado nas diferenças raciais, defendeu o branqueamento e ainda elencou as epidemias, os vícios, a pobreza e a “feitura” como fatores degradantes da população.

Aproximando-se ideologicamente do grande expoente eugenista Renato Kehl, Mário Gomes teria sido aquele com interpretação mais próxima da sua dentre os médicos que publicaram na *RMP*. Representando a eugenia como a “higiene da raça”, ele não ficou restrito ao movimento sanitário representado pela busca por educação e saúde do povo, inserindo-se nas fileiras daqueles que entendiam que “eugenizar nada mais era do que homogeneizar a população, ressaltando e aperfeiçoando suas semelhanças e segregando os diferentes”.³¹⁴

No que diz respeito a Aramis de Athayde, percebemos que ao alinhar-se ao modelo de pensamento de célebres eugenistas como Tavares Filho e Renato Kehl, ele foi mais um profissional a representar a eugenia como ciência baseada em medidas impositivas que deveria ser instituída “por todos os meios” a fim de se chegar ao objetivo da regeneração sócio-racial.

Ao final do seu discurso aos médicos da AMP, Athayde asseverou sua confiança em que todas “as aspirações são realizáveis.” Para a sorte de importante parcela da população paranaense, ele se mostrou equivocado. As práticas eugenistas negativas não vingariam no país e o contexto brasileiro exigiria que a eugenia nacional fosse adequada a novas necessidades.

3.1.2 *A Puericultura* – ou o “cultivo de homens” em busca do aprimoramento da espécie humana.

Na edição de dezembro de 1932, o médico obstetra Victor do Amaral Filho³¹⁵ publicou um texto intitulado “Malformação fetal”, no qual descrevia o que chamou ser o “nascimento de um monstro”. Na construção do trabalho, Amaral transcreve um parto difícil e as anomalias físicas que afetavam o recém-nascido. O que nos

³¹⁴ DIWAN, P. **Raça Pura**: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007, p.138.

³¹⁵ Victor do Amaral Filho compôs a primeira diretoria da AMP (1933) ocupando cargo na Comissão de Congraçamento Médico.

chamou a atenção, no entanto, é a forma pela qual o médico utilizou esse momento para divulgar seu apelo em favor da eugenia.

Ao demonstrar grande preocupação com as possíveis causas da malformação do feto, ele escreveu (grifos nossos):

[...] não nos foi possível silenciar, lançando um apelo aos colegas, principalmente aos que se dedicam á especialidade, **para que não tratem de só aliviar e curar, mas façam algo a fim de melhorar a raça, façam um pouco de eugenia.**³¹⁶

Em seu pedido, nota-se claramente que além do tratamento das doenças realizada por seus pares, as possíveis melhorias raciais possibilitadas pela eugenia eram uma forte preocupação. Demonstrando a inserção do tema sobre saúde e regeneração social nos debates correntes no estado, o texto de Amaral ainda possibilita perceber um projeto que tinha como objetivo a redenção das gerações vindouras por meio de práticas eugenistas.

A modalidade de eugenia enfatizada pelo autor era a Puericultura, atividade que “colocava a unidade mãe-filho como o ponto especial de atenção médica, e fazia da obstetrícia, da ginecologia e da pediatria as principais especialidades da medicina”.³¹⁷ Nas palavras do autor, “Cercar a mãe, não somente na hora do parto, mas durante a gravidez, e mesmo antes desta, é uma obra de humanidade, praticando assim a melhoria da geração futura”.³¹⁸

Importante indício de que a posição de Amaral era vinculada aos pensamentos eugenistas europeus, sobretudo francês, é a constante menção do médico Adolph Pinard³¹⁹ em seu trabalho. Pinard foi um famoso eugenista francês,

³¹⁶ **Revista Médica do Paraná.** Anno II, n.1. Dezembro de 1932, p. 15.

³¹⁷ STEPAN, N. L. **A hora da eugenia:** raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 86.

³¹⁸ **Revista Médica do Paraná.** Anno II, n.1. Dezembro de 1932, p. 15.

³¹⁹ Adolphe Pinard (1844-1934) foi professor de clínica obstétrica e contribuiu largamente para o desenvolvimento da puericultura na França. Pinard deu uma forma nova ao eugenismo francês e, seguindo ainda a tradição do lamarckismo, considerava que não seria somente a herança constitucional que se transmitia, mas também o estado dos elementos celulares quando da procriação. Por conseguinte, o ato sexual deveria ser feito nas melhores condições fisiológicas possíveis. Segundo Schneider, o movimento eugenista francês foi predominantemente marcado pela influência neolamarckista e pela preocupação com as questões relacionadas a puericultura, a higiene e saúde pública como um todo, sobretudo entre 1910 a 1930. Durante o Primeiro Congresso

especialista na modalidade chamada Puericultura, tendo alcançado vários simpatizantes dentro do campo científico do início do século XX. A pesquisadora Patrícia Dias contextualiza assim o movimento eugenista francês daquele momento, do qual Pinard era expoente:

[...] quando na França somou-se ao discurso da higiene social a grande preocupação com a procriação encabeçada pelo Dr. Adolph Pinard, falar de eugenia era falar ao mesmo tempo de puericultura, a saber, o cuidado com a criança, com a mãe, a relação sexual e o parto, como características de uma nova ciência que Pinard preferia chamar de “puericultura antes da procriação.”³²⁰

Em diversos momentos no decorrer do texto, Victor do Amaral cita como referência as ideias do eugenista francês e o seu conhecimento sobre a relação entre fecundação, hereditariedade e o ideal profilático representado pela eugenia.

Essa postura permite-nos deduzir que as ideias eugenistas francesas foram uma das correntes inspiradoras da eugenia presente nas páginas da publicação paranaense. Na França, o movimento eugenista teve uma face um pouco diferente daquela nascida na Inglaterra, fato perceptível no discurso feito por Pinard durante o Primeiro Congresso Internacional de Eugenia, realizado em Londres em 1912:

Eugenia, aquela que definiu Francis Galton, não é outra coisa senão puericultura antes da procriação, estudada na França desde algum número de anos e que constitui a primeira parte da Puericultura, “ciência que tem como objetivo a pesquisa dos conhecimentos relativos a reprodução, a conservação e a melhoria da espécie humana.”³²¹

Desse modo, a eugenia francesa, mesmo que propositora de debates que ora se aproximavam da eugenia negativa, ora de uma eugenia positiva, foi

Internacional de Eugenia, realizado em Londres, vários eugenistas franceses, como Adolphe Pinard e Lucien March, defenderam as concepções sobre hereditariedade dos caracteres adquiridos e a influência do meio como forma de melhoramento da raça humana. (SCHNEIDER, William H. The eugenics movement in France 1890-1940. In: ADAMS, Mark, B. (org). *The Welborn Science: Eugenics in Germany, France, Brazil, and Russia*. New York: Oxford University Press, 1990, p. 69-109).

³²⁰ DIAS, P. F. **Prevenir é melhor que curar**: as especificidades da França nos estudos de Eugenia. 130 f. Dissertação (Mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

³²¹ *Ibidem*, p. 53.

marcadamente caracterizada por práticas de saúde essencialmente ligadas à procriação, à gestação e aos cuidados com a primeira infância. Constituía assim importante base de leitura aos médicos paranaenses interessados na melhoria da raça.

Pode-se notar ainda que, no caso de Victor do Amaral, a influência neolamarckista³²², possuidora de grande autoridade entre os franceses ao longo das décadas de 1920 e 1930³²³, era soberana. Baseado no fato de que os caracteres adquiridos durante a vida eram hereditários, ele proclamava o combate à sífilis, esse mal responsável pela herança mórbida e degeneração racial por meio dos trabalhos de Pinard. Ao comentar sobre a necessidade de combatê-la, ele escreve que tal ação deve ser feita “não esquecendo a phrase de PINARD: A syphilis desaparecerá, como desapareceu a varíola, e como desaparecerá a febre typhoide quando os governos, o povo e os médicos o quizerem”.³²⁴

Ao compartilhar esse modo de análise da hereditariedade biológica com Pinard, Victor do Amaral alinhou-se a um estilo de pensamento que acreditava que a eugenia preventiva na forma da Puericultura encerraria a marcha de doenças que corrompiam os indivíduos. Sendo assim, assegurava (grifos nossos):

[...] é nosso dever trabalhar em prol da prophylaxia e do tratamento do mal luético combatendo com perseverança a um dos maiores flagellos sociaes **onde paga pesado tributo, além do indivíduo, a sua descendência por muitas gerações.**³²⁵

Alinhando-se com Pinard, muitos médicos brasileiros encararam seus projetos eugenistas como uma extensão dos princípios de saúde pública à esfera da reprodução e da hereditariedade. Usando os conceitos de hereditariedade e meio

³²² O neolamarckismo é o nome dado ao lamarckismo do século XX, ocorrido após a redescoberta das leis de Mendel a partir de 1900. Ele se caracterizava pela aceitação da teoria da hereditariedade dos caracteres adquiridos, ou seja, as mudanças induzidas de fora de um organismo vivo poderiam ser transmitidas às futuras gerações, provocando assim, transmutações. (STEPAN, N. L. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, P. 76-80).

³²³ STEPAN, N. L. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 81.

³²⁴ **Revista Médica do Paraná.** Anno II, n.1. Dezembro de 1932, p. 15.

³²⁵ **Revista Médica do Paraná.** Anno II, n.1. Dezembro de 1932, p. 15.

ambiente sem grande distinção, esses profissionais deram atenção especial ao ato da reprodução, uma vez que este era visto como possível fonte de venenos que corromperiam as gerações futuras.

O médico Mário Gomes, anteriormente citado, também incluía a Puericultura em seu vasto leque de medidas contra a degeneração. Segundo ele, ao escrever sobre o assunto em um dos seus trabalhos na *RMP*, “Só nesse consórcio de medidas é que resultará uma raça mais forte e mais isenta de moléstias e taras, diminuindo ao mesmo tempo a mortalidade infantil [...]”.³²⁶ Assim, para alguns médicos desse contexto, “a eugenia foi associada à obstetrícia, às políticas populacionais e ao bem-estar infantil, e constituiu causa comum nas campanhas contra o alcoolismo, tuberculose e doenças venéreas”.³²⁷

Nesse sentido, devemos apontar ainda a importância dada à sífilis como fator degenerante da sociedade. A partir dela, “organizou-se toda uma malha de discursos que visavam tanto à defesa da raça quanto à dos bons costumes”.³²⁸ Vinculando o biótipo à patologia, muitos médicos brasileiros usaram-na como responsável pela decadência social que atingia a nação.

Segundo Carrara, nesse contexto, o louco, o homossexual, o criminoso, o mulato, o judeu e o venéreo estariam ligados de alguma forma à ideia de degeneração.³²⁹ O doutor Cerqueira Lima, por exemplo, abordou o tema da sífilis “hereditária” em locução feita na Rádio Clube do Paraná em julho de 1936:

Problema de ordem médico-social que interessa a todas as classes, especialmente a classe pobre, onde a sífilis hereditária se manifesta com maior intensidade e com caracteres graves, devido a deficiência de preceitos higiênicos e a insuficiência da alimentação, motivada pelas dificuldades de vida atuais.³³⁰

³²⁶ **Revista Médica do Paraná.** Anno IV, n.10. Setembro de 1935, p. 303.

³²⁷ STEPAN, N. L. **A hora da eugenia:** raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 89.

³²⁸ SILVEIRA, É. **A cura da raça:** eugenia e higienismo no discurso médico sul-rio-grandense nas primeiras décadas do século XX. Passo Fundo: Editora Universitária de Passo Fundo; 2005, p. 148.

³²⁹ CARRARA, S. **Tributo a Vênus:** a luta contra a sífilis no Brasil da passagem do século aos anos 40. Rio de Janeiro, Fiocruz, 1996, p. 59.

³³⁰ **Revista Médica do Paraná.** Anno V, n.8. Agosto de 1936, p. 273.

Atrelando a incidência da doença ao aspecto social – o problema seria especialmente encontrado nas classes pobres sem noções de higiene – a sífilis foi eleita como um dos principais responsáveis pela precariedade social do momento. Como afirmam Carrara e Carvalho sobre a relação sífilis-degeneração racial na época (grifos nossos):

E o mais preocupante: a doença podia perpetuar-se através das gerações e, ao corromper o plasma germinativo – como então era denominado o que em algumas décadas viria a ser conhecido como gene –, produzir a degeneração das raças e o declínio das nações. [...] Vê-se que era ainda bastante forte a crença na existência de uma sífilis propriamente hereditária que, perpetuando-se nas linhagens, podia eclodir em diferentes perturbações físicas, mentais e morais. Para o historiador Alain Corbin (1977), foi principalmente por meio dos trabalhos do sifilógrafo Alfred Fournier e de seu filho, Edmond, que os médicos passaram a atribuir à sífilis “quase todas as más-formações, quase todas as monstruosidades”. **Foi a partir de então que se tornou cientificamente correto dizer que a sífilis era a razão da decadência ou da inferioridade biológica que certas populações exibiam, e combatê-la fazia parte de uma política eugênica mais ampla.**³³¹

Como se vê, a sífilis era considerada importante causa de decadência do gênero humano, tida por muitos médicos como obstáculo à formação do povo brasileiro. O médico Carmeliano de Miranda³³², por exemplo, diria sobre a incidência da doença no Paraná: “Não há civilização, há sifilização”.³³³ Sinônimas de ônus para o estado, as pessoas acometidas pela doença “representavam a crítica feita ao assistencialismo nos casos de doenças degenerativas”.³³⁴

Exemplo crucial de doença que poderia corromper a prole, a sífilis em conjunto com outros fatores “maculadores da raça” constituiu importante terreno de discussões aos profissionais da medicina que seguiram os pressupostos da eugenia francesa e que enxergavam na Puericultura uma saída para a calamitosa situação.

³³¹ CARRARA, S; CARVALHO, M. A sífilis e o *aggiornamento* do organicismo na psiquiatria brasileira: notas a uma lição do doutor Ulysses Vianna. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, vol. 17(2): 391-399, dez. 2010, p. 393.

³³² Carmeliano de Miranda foi Diretor da Higiene Municipal de Antonina durante a década de 1930.

³³³ **Revista Medica do Paraná**. Anno II, n. 3, fev. 1932, p. 82-3.

³³⁴ DIWAN, P. **Raça Pura**: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007, p.139.

Levando em conta as discussões sobre a Puericultura realizadas pelos médicos paranaenses, podemos concluir que o modelo de eugenia francês foi uma das vertentes que teve importante influência nos trabalhos sobre a eugenia publicados na *RMP*.

Esse uso da eugenia vem ao encontro do que a historiadora Nancy Stepan já apontara, ou seja, que na América Latina o mendelismo tendeu a ser marginalizado, dando lugar à corrente neolamarckista de análise da hereditariedade. Segundo ela, o fator preponderante é que na região havia:

uma tradição continental da ciência que, por uma série de razões, era altamente lamarckiana. Politicamente, o neolamarckismo [...] aparecia com frequência, matizado de expectativas otimistas de que reformas do ambiente social resultassem em melhoramento permanente, ideia afinada com a tradição ambientalista-sanitarista que se tornara moda na região. O lamarckismo era visto como mais afinado com as noções tradicionais de moralidade, e por essa razão era abraçado. Para um neolamarckiano, a seleção natural poderia provocar uma eliminação das variantes inadequadas, mas a herança das características adquiridas seria responsável pela origem das mais aptas. Politicamente, as noções lamarckianas justificavam a crença de que o esforço humano tinha sentido, que os melhoramentos adquiridos ao longo da vida de um indivíduo poderiam ser transmitidos geneticamente, que o progresso seria possível.³³⁵

Esse tipo de representação da eugenia – a Puericultura – apareceria como a ciência que tinha o objetivo de impedir que venenos sociais prejudicassem a reprodução e a hereditariedade. Essa modalidade de uso da ciência eugênica concentraria então a atenção dos médicos paranaenses na importância dos cuidados com as mães e as crianças durante a gestação para que o aperfeiçoamento racial do paranaense fosse finalmente concretizado.

3.1.3 *Filho de peixe, peixinho é*: os soldados da higiene e o exame pré-nupcial contra a degeneração racial.

Quando falamos de eugenia negativa, logo nos vem à mente métodos como a esterilização humana e a eutanásia, os quais ocuparam papel central no movimento eugênico de diversos países. No entanto, esse tipo de ação não teve

³³⁵ STEPAN, N. L. **A hora da eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 82-83.

lugar na pauta brasileira. No Brasil, alguns eugenistas propuseram uma forma própria de controle à reprodução, a chamada “eugenia matrimonial”.

Para os médicos que aderiram a esse modelo de intervenção, a sociedade não teria apenas que impedir a aquisição de características indesejáveis hereditariamente transmissíveis de forma preventiva – como vimos no caso dos combates aos venenos raciais – mas também controlar de maneira efetiva os casamentos entre anormais e degenerados.

Alguns profissionais médicos que publicaram na *RMP*, como o editor Milton de Macedo Munhoz e a assistente da cadeira de Higiene Infantil da FPM, a médica Glasser Villa³³⁶, posicionaram-se a favor do exame pré-nupcial obrigatório. Inicialmente falaremos sobre Munhoz. Convidado pelo médico Chagas Bicalho a participar de uma campanha de educação sanitária promovida pela Saúde Pública do Estado em 1936, Munhoz disse:

Soldado da Higiene e seu humilde propagador no discurso médico, convicto adepto das suas leis e verdades, identificado com seus modos de ação e entusiasmado com os benefícios que ela tem prodigalizado à humanidade – venho desta tribuna que leva aos quatro ventos a Voz do Paraná – prestar o meu modesto auxílio á utilíssima cruzada [...].³³⁷

Utilizando-se dos microfones da Rádio Club do Paraná, Munhoz abordou o tema “Exame Pré-nupcial”, identificado por ele assim:

Este capítulo da Higiene é da mais alta relevância por isto que não limita seus benefícios ao individuo ou a geração, mas estende-os a genitura, protegendo-a, defendendo-a dos nossos erros ou da nossa ignorância.³³⁸

Esse trecho, o início do seu discurso, permite-nos identificar seu posicionamento sobre o tema. Inserindo o exame pré-nupcial dentre os saberes da Higiene, Munhoz criou um vínculo com a sua especialidade médica, bem como suavizou seu impacto ante a sociedade. Afinal, rotulá-lo como medida de eugenia negativa provavelmente provocaria uma grande rejeição.

³³⁶ Não há maiores informações sobre a atuação profissional de tal personagem.

³³⁷ **Revista Médica do Paraná.** Anno V, n.4. Abril de 1936, p. 93.

³³⁸ **Revista Médica do Paraná.** Anno V, n.4. Abril de 1936, p. 93.

Assim, indicando que o assunto deveria ser mais explorado pelos médicos brasileiros, Munhoz ressaltava:

Parte integrante da Eugenia – a Higiene pré-nupcial, a Higiene do casamento, não tem merecido em nosso país a atenção que é devida e postergados a plano inferior, quase abandonados, os seus ensinamentos dormem esquecidos nas páginas dos grossos in-folios das bibliotecas empoeiradas, donde as vezes medrosamente, vem a luz do dia pela mão de um ou outro indisciplinado, para logo voltarem ao ostracismo das prateleiras vetustas.³³⁹

Os testes pré-nupciais eram importantes ferramentas eugenistas, pois, como aponta Stepan, eram vistos como “a definição da forma especial de eugenia negativa dos países católicos – como o Brasil – porque agiam como restrições diretas a uniões inadequadas, sem envolverem cirurgias ou outros métodos, para eles inaceitáveis”.³⁴⁰

Mesmo assim, investir no controle dos casamentos de forma tão direta era algo bastante complicado, mesmo naquela época. Munhoz tinha consciência dessa situação e pormenorizou:

De fato, falar em questões ligadas as inconveniências científicas do casamento, à hereditariedade de taras e doenças e a possibilidade de contágio, no matrimônio, de doenças infecciosas, fere o pudor ou o sentimento de muita gente, colocando em posição pouco agradável os que se aventuram a palmilhar terreno tão perigoso.³⁴¹

Baseando-se, sobretudo na possibilidade da transmissão maléfica de características hereditárias, a intervenção no casamento por meio do exame pré-nupcial passou a ser uma das bandeiras eugenistas no país. No Paraná, Munhoz atrelaria os problemas sociais à hereditariedade e embasaria suas explicações no conhecimento popular: “À observação popular não passou despercebida a

³³⁹ **Revista Médica do Paraná.** Anno V, n.4. Abril de 1936, p. 94.

³⁴⁰ STEPAN, N. L. **A hora da eugenia:** raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 132.

³⁴¹ **Revista Médica do Paraná.** Anno V, n.4. Abril de 1936, p. 94.

hereditariedade que tem dado motivo, em todos os tempos, para provérbios mais ou menos pitorescos: filho de peixe, peixinho é [...]”³⁴²

Explicando aos ouvintes da rádio que o casamento é uma lei natural, e que seu corolário é a reprodução da espécie, o médico paranaense chamava a atenção para a seriedade desse momento na vida do casal. Com o intuito de evitar a “herança mórbida”, então, os casamentos deveriam ser aprovados por meio dos preceitos eugenistas, pois, segundo Milton Munhoz:

A Eugenia é a ciência que tem por fim o estudo da boa geração, isto é, da geração sadia física e mentalmente. Ela se propõe a estabelecer princípios, regras e leis capazes de evitar a herança mórbida. Desaconselhando casamentos entre anormais e doentes, os cruzamentos de consanguíneos, cujas taras iguais podem se somar no produto da concepção, afastando do himeneu os alcoólatras, os viciados, os doentes nervosos e mentais, procura a Eugenia diminuir na sociedade humana o numero de aleijados, loucos, fracos e doentes. Faz uma verdadeira seleção, aliás, rigorosamente seguida na agricultura e na criação de animais e tão pouco considerada entre os homens.³⁴³

Os eugenistas defendiam assim os exames pré-nupciais como proteção aos danos hereditários que, dessa forma, poderiam ser eliminados. Ao “peneirar” os pretendentes ao casamento por meio de exames, eles acreditavam ser possível segregarem os eugenicamente insalubres e com isso auxiliar a formação de grandes e saudáveis famílias.

Nesse sentido, as principais divergências entre os médicos brasileiros ficariam por conta da obrigatoriedade ou não do exame pré-nupcial. Apesar de não ter sido efetivamente aplicada, a cláusula “nubente”, que exigia que os casais que pretendiam firmar matrimônio apresentassem provas de saúde física e mental antes do casamento, foi introduzida na Constituição Brasileira em 1934. A introdução de medidas eugênicas a nível nacional é um sinal do ponto a que chegara a linguagem da eugenia na interpretação da condição nacional.³⁴⁴

Isso demonstra também o lugar privilegiado do discurso eugenista no país na década de 1930, posição defendida no Paraná por médicos como o doutor Milton

³⁴² **Revista Médica do Paraná.** Anno V, n.4. Abril de 1936, p. 96.

³⁴³ **Revista Médica do Paraná.** Anno V, n.4. Abril de 1936, p. 96.

³⁴⁴ STEPAN, N. L. **A hora da eugenia:** raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 135.

Munhoz. Posicionando-se a favor da obrigatoriedade dos exames, ele escreveu na *RMP* (grifos nossos):

A união de indivíduos doentes ou tarados não podem dar sinão filhos enfesados e enfermiços. As razões do coração ou as conveniências econômicas não se detêm frente os ensinamentos científicos. Desculpa-se que até certo ponto a ignorância não possa alcançar essas finalidades. **Seria então do Estado a incumbência de zelar pela prole dos seus cidadãos.** O desleixo em matéria tão delicada é simplesmente um crime inominável.³⁴⁵

Assim, elegendo o Estado como o ente competente a julgar os casamentos que poderiam ou não ser sacramentados, Munhoz alinhou-se aos médicos eugenistas que acreditavam que “a larga gama de doenças e condições justificava a restrição ao direito ao casamento”, sendo que “os médicos demonstraram grande confiança ao instar o Estado a intervir nas vidas privadas”.³⁴⁶ Mais uma das suas impressionantes declarações ajuda a perceber sua atitude com relação a esses debates. Nela, Munhoz indica a solução para o controle das doenças sociais do momento (grifos nossos):

O remédio está em não se permitir o casamento sem controle medico exercido pelo Estado. Todos os pretendentes ao matrimonio devem passar por um rigoroso exame médico – o exame pré-nupcial. **Por meio dele podemos evitar o nascimento de aleijões, monstros ou crianças condenadas a arrastar, vida em fora, taras que as colocarão em inferioridade de condições mentais ou somáticas. É obra humanitária evitar a formação de incapazes, de inadaptados, de seres que irão avolumar a carga morta da sociedade, as suas expressões negativas.**³⁴⁷

Utilizando-se do exemplo histórico clássico de Esparta, em que as crianças recém-nascidas que apresentavam algum problema de saúde eram condenadas à morte, até mesmo da Bíblia, Munhoz justificou sua defesa à implantação da obrigatoriedade dos exames pré-casamento:

³⁴⁵ **Revista Médica do Paraná.** Anno V, n.4. Abril de 1936, p. 97.

³⁴⁶ **Revista Médica do Paraná.** Anno V, n.4. Abril de 1936, p. 134.

³⁴⁷ **Revista Médica do Paraná.** Anno V, n.4. Abril de 1936, p. 97.

Os espartanos matavam os filhos defeituosos, tal o valor que se dava, na Grécia, a beleza física e à saúde. [...] Ao envez da condenação dos inocentes rebentos de uniões infelizes, muito mais fácil e muito mais humano é não se permitir que doentes e portadores de taras se destinem a procriação. Assim afastaremos em cada caso particular a possibilidade de dar ao mundo indivíduos fracos, doentes ou monstruosos. Os textos bíblicos contêm ensinamentos higiênicos de valor: aos alcoólatras, epiléticos, leprosos e tuberculosos era defeso o casamento.³⁴⁸

Aos seus olhos, garantindo-se a proteção contra as “taras”, as doenças e os estigmas das gerações vindouras através do controle do casamento feito pelo estado, o futuro seria promissor. A eugenia, representada no trabalho do médico paranaense como “Higiene Pré-nupcial”, permitiria assim a blindagem contra a má hereditariedade.

Ao encerrar o seu discurso, Munhoz assevera seu posicionamento e de forma contundente reafirma uma vez mais a relevância do tema para a sociedade:

A instituição obrigatória do exame pré-nupcial é uma medida social de proteção que se impõe pelos enormes benefícios que irá prestar a humanidade e porque contribuirá para a maior felicidade dos lares, expurgados de doenças e alegados pela garrulice de crianças fortes e belas.³⁴⁹

A médica pediatra Glasser Villa, por sua vez, publicou também em 1936 um artigo na *RMP* que tinha por título “O Exame Pré-nupcial e a nossa contribuição”. Utilizando-se da mesma terminologia que Munhoz, ela defendia a “Higiene Pré-natal” como eficaz solução para uma série de problemas que atormentavam a sociedade paranaense daquele contexto.

Seus termos evocam claramente o objetivo do aperfeiçoamento da raça através do combate aos fatores debilitadores, criticam o descaso com o qual o assunto era tratado no Paraná e afirmam a vanguarda dos países “civilizados” na questão (grifos nossos):

Para o pediatra do século XX que cultua por excelência a finalidade da **higienização racial**, empregando como armas terapêuticas a higiene e a medicina preventiva, o ideal mais alto é a cruzada em benefício da saúde [...]. Problema relevante porém ainda bastante descurado em nosso meio ,

³⁴⁸ **Revista Médica do Paraná.** Anno V, n.4. Abril de 1936, p. 97.

³⁴⁹ **Revista Médica do Paraná.** Anno V, n.4. Abril de 1936, p. 98.

pois não mereceu dos nossos governos a atenção a que faz jus como ciência que **visa o aperfeiçoamento da raça, é a higiene pré-natal** o assunto em que todos os países civilizados e já em muitos estados brasileiros ocupa ordem do dia. **Todos os meios capazes de intensificar a natalidade e combater as causas que determinam o seu declínio são vistos sob todos os aspectos, estudando-se o problema da população em relação a miséria, a doença, a degeneração, etc.**³⁵⁰

Em outro trecho do seu texto, ao relatar seu descontentamento com relação às ações assistencialistas do estado, Glasser dá indícios de seu ponto de vista sobre a eugenia. Criticando abertamente hospitais e casas de assistência que prestavam auxílio a doentes e degenerados, a médica alinhava-se aos profissionais que não acreditavam que gastos públicos desse tipo surtiram efeito benéfico à sociedade.

Para ela, deviam-se substituir esses gastos inúteis por uma política de incentivo ao desenvolvimento dos ditos “normaes”. O trecho abaixo apresenta sua crítica ao poder público:

E o que é que se dá aqui no nosso Estado? Encontramos hospitais, asilos, departamentos de assistência social, mas ressurte-se muito a falta de assistência médica a infância. O governo dispende uma quota exagerada com esses estabelecimentos, favorecendo a doentes e degenerados, quando com muito menos poderia instituir serviços para auxiliar o desenvolvimento dos normaes, procurando perpetuar suas boas qualidades e educando convenientemente os geradores.³⁵¹

A preocupação com as diferenças sociais também é facilmente percebida. Distinguindo pobres e ricos por meio dos rótulos “povo” e “classes superiores”, Glasser Villa deixa perceber que, para ela, a procriação dos filhos do povo deveria ser mais controlada a fim de se evitar problemas. Por outro lado, campanhas de esclarecimento às classes superiores sobre a necessidade de que a natalidade entre elas fosse aumentada no intuito de uma renovação racial favorável foram por ela defendidas:

Tendo em mira contribuir com o nosso pequeno e modesto auxílio para fazermos algo em nosso estado em prol da higiene pré-natal, vimos que impunha logo uma campanha de divulgação, sem o que pouco

³⁵⁰ **Revista Médica do Paraná.** Anno V, n.9. Setembro de 1936, p. 349-350.

³⁵¹ **Revista Médica do Paraná.** Anno V, n.9. Setembro de 1936, p.350.

conseguiríamos, que fizesse ver ao povo o perigo que para eles significa sua procreação desmedida, ao mesmo tempo que se incutia as classes superiores a necessidade de favorecer o nascimento de crianças sadias.³⁵²

Desse modo, percebendo o amplo espaço ocupado nas páginas da revista para a discussão sobre o exame pré-natal, podemos afirmar que a modalidade eugenista baseada no controle dos casamentos, chamado por Stepan de “Eugenia Matrimonial”, possuiu bastante relevância entre os médicos paranaenses, sobretudo entre aqueles que atuavam na área de Higiene e Pediatria.

Dedicando-se à instituição de políticas que controlassem os casamentos, esses profissionais posicionaram-se a favor de uma eugenia negativa aos moldes brasileiros, baseada em métodos pouco agressivos que possibilitassem uma renovação sócio-racial da população paranaense. Essa convicção fica evidente na conclusão de Glasser Villa sobre sua intervenção a favor do exame pré-nupcial:

A contribuição que damos não só para a divulgação entre as gestantes desse importante capítulo de profilaxia social, do qual depende a robustez e a saúde somato-psíquica dos porvindouros, como também para a melhoria racial em nosso estado.³⁵³

Suas palavras, assim como as de Milton Munhoz, permitem-nos concluir que alguns profissionais de saúde que atuavam no Paraná optaram por seguir a via da “Eugenia Matrimonial”. Com isso, vislumbravam contribuir de forma decisiva para o aprimoramento da raça ao conservar a saúde hereditária da nação através da intervenção direta no controle dos casamentos, constituindo mais uma das modalidades da eugenia propugnadas através da *RMP*.

3.1.4 *Eugenia à brasileira* – o papel do higienismo-sanitarismo na eugenia paranaense.

Como já citado anteriormente, a partir de meados da década de 1910, no Brasil, a tese de que com educação e medidas de saneamento o brasileiro nato

³⁵² **Revista Médica do Paraná.** Anno V, n.9. Setembro de 1936, p. 352.

³⁵³ **Revista Médica do Paraná.** Anno V, n.9. Setembro de 1936, p. 356.

poderia ser resgatado de seu melancólico destino ganhou força e mobilizou grande parte da elite e da opinião pública nacional.

Baseada nos estudos realizados por Arthur Neiva e Belisário Penna ao percorrerem o Brasil Central e se depararem com o estado de penúria, enfermidade e ignorância no qual viviam seus habitantes, essa tese é considerada uma motivação decisiva para o movimento sanitário brasileiro iniciado nesse momento.³⁵⁴

A campanha sanitária fez emergir uma tradição de medidas que buscavam promover a melhoria das condições de saúde da população, permitindo que as pessoas perpetuassem essas melhorias através de seus descendentes. A partir da convicção de que essas práticas saneadoras empreendidas eram concordantes com os propósitos eugênicos, uma célebre afirmação foi então disseminada no país: “sanear é eugênizar”.³⁵⁵

Em visita a Curitiba em 1921, o próprio Artur Neiva apresentou, em palestra na Faculdade de Medicina do Paraná, as medidas que levariam os brasileiros à regeneração da raça e conseqüentemente ao alcance do progresso e da grandeza da pátria:

Combater eficazmente as verminoses, educando o povo, fazendo o tratamento dos doentes, saneando o solo pela construção de latrinas e fossas, impedindo a contaminação das águas, nas suas fontes [...], é prevenir igualmente a febre typhoide, as febres paratyphicas, as dysenterias [...] é levantar tonus vital, é afugentar, portanto a tuberculose. E evitar todos esses males é promover o estímulo, o trabalho constante e fecundo, a alimentação farta e sadia, a morada higienica, a alegria, o bem estar geral, a regeneração da raça, o repudio ao vicio alcoolico, a riqueza, portanto, do paiz, o progresso, a grandeza e o prestigio da nação.³⁵⁶

³⁵⁴ Lembrando que o termo “sanitarista” foi a denominação dada aos higienistas daquele contexto que se dedicaram a fazer da política de saúde pública sua atividade central. BERTUCCI, L. M. Forjar o povo, construir a nação: ciência médica e saúde pública no Brasil. In: CARBÓ, E. R., VARGAS, H. M., MARTÍN, P. S. (orgs). **La integración del territorio en una idea de Estado. México y Brasil, 1821-1946**. Ciudad do México: IG/UNAM, Instituto Mora, 2007, p. 147.

³⁵⁵ Olegário de Moura, presidente da Sociedade Eugênica de São Paulo, defendia que o saneamento era o mesmo que eugenia, só que o primeiro termo era mais popular, enquanto que o segundo era mais científico. STEPAN, N. L. “A Eugenia no Brasil – 1917 a 1940”. In: HOCHMAN, G. & ARMUS, D. (orgs). **Cuidar, Controlar, Curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio: Editora Fiocruz, 2004, p. 121.

³⁵⁶ **Archivos Paranaenses de Medicina**. Anno II, Curityba, jun, 1921, n. 3, p.110-115.

Os profissionais que estiveram ligados a esse movimento atrelavam as medidas sanitárias que pretendiam livrar o Brasil dos males que o afligiam à eugenia, em um modelo que podia ser caracterizado pela não separação entre a ideia de higiene da raça e higiene sanitária.

Em texto publicado na *RMP*, o sanitário Antônio Gonzaga³⁵⁷, adepto dessa tese, expôs sua visão sobre os fatores que levavam os homens das regiões mais interioranas do país a uma condição de penúria e atraso:

Nos sertões, nos meios agrários, todavia, faltam quase todos esses elementos propulsores e animadores do progresso e da felicidade humana e colectiva; o homem rural vegeta na mais dolorosa ignorância dos princípios básicos de organização social, agravada mais ainda, pelo elevado grau de analfabetismo e pela falta de conhecimentos essenciaes de hygiene, de educação enfim. E o panorama social e sanitário dessas zonas é, em geral, acrabunhador.³⁵⁸

O pobre e o doente que moravam em habitações decadentes e ajudavam a proliferar todo tipo de doença tornar-se-iam para o discurso eugenista aqueles que disseminavam o mal, sendo responsáveis por enfraquecer as gerações vindouras. Assim, higiene, eugenia e educação mesclavam-se de forma sutil com pretensões de intervenção direta na sociedade por meio de ações de saúde coletiva.

Em outro trecho do texto de Gonzaga, essa miscelânea de conhecimentos fica bastante evidente. Ao falar do atraso do país, ele apontava como fatores complicadores a ignorância da população somada às más condições sanitárias do meio:

A sciencia moderna provou cabalmente que os fatores dysgenisantes dos paizes tropicaes são devidos a falta da necessária educação individual e colectiva e do saneamento do meio ambiente. **A instrução e a hygiene constituem as duas forças eugenisadoras** capazes de salvar a criança da roça – o nosso caboclo de amanhã. A simples e rudimentar alfabetização nada adeanta sem a complementar educação: educação cívica, educação physica, educação economica, educação profissional, educação sanitária, enfim transformar o inconsciente em consciente como recommenda Gustavo Le Bon.³⁵⁹

³⁵⁷ Antônio Gonzaga era Prefeito Sanitário de Campos do Jordão (SP).

³⁵⁸ **Revista Médica do Paraná.** Anno VI, n.8. Agosto de 1937, p.301.

³⁵⁹ **Revista Médica do Paraná.** Anno VI, n.8. Agosto de 1937, p. 302-303.

Percebem-se aqui vários componentes que indicam mais uma vez a adaptação do conceito da eugenia às necessidades e características sociais presentes em nosso país. Gonzaga não era simpatizante do determinismo racial, mas procurou usar a eugenia mesmo assim, representando-a de forma mais amena.

Segundo ele, o Brasil era um país atrasado, porém, não porque a raça estivesse condenada, mas porque o povo era ignorante e não contava com condições sanitárias dignas para viver civilizadamente. Nesse aspecto, ele se aproximava das ideias de Neiva e Penna, para quem, ao melhorar tais condições de vida, melhorar-se-ia o povo.

Contudo, logo em seguida ele cita essas ações como “forças eugenisadoras”, o que demonstra uma releitura do que consistiria a eugenia. Já discutimos que o conceito original de eugenia baseava-se sobretudo no aperfeiçoamento da raça por meio da seleção dos melhores exemplares da espécie. No entanto, para homens como Gonzaga, a eugenia deixou de ter exclusivamente características e ideais raciais para ser representada também como medidas de educação e sanitarismo.

Esses estudiosos, que consideravam a transmissão de caracteres adquiridos como um processo lento, porém objetivo, implantavam procedimentos que seguiam as orientações lamarckistas. Assim, agiam promovendo ações de saneamento, implantação de programas de educação física nas escolas, palestras sobre higiene corporal, além de mecanismos de combate aos vícios e às enfermidades.

Souza, ao comentar sobre a relação entre sanitarismo e eugenia no Brasil, afirma que:

A íntima associação dos ideais eugênicos com o sanitarismo e a psiquiatria foi bastante relevante para a divulgação da eugenia no cenário nacional. No final da década de 1920, muitos trabalhos sobre eugenia já haviam sido publicados e, apesar da maioria dos intelectuais ligados a eugenia não se declararem eugenistas, muitos deles participavam ativamente no desenvolvimento destas ideias.³⁶⁰

Outro detalhe que faz o discurso de Gonzaga ser no mínimo ambíguo é o fato de ele citar o nome de Gustavo Le Bon como referência. Le Bon era notadamente

³⁶⁰ SOUZA, Vanderlei Sebastião de Souza. **A eugenia no Brasil: ciência e pensamento social no movimento eugenista brasileiro do entre guerras**, p. 4. Disponível em: <http://www.anpuh.uepg.br/xxiiisimposio/anais/textos/Vanderlei%20Sebasti%C3%A3o%20de%20Souza.pdf>. Acesso em: 28/04/2012.

um defensor da pureza racial e da diferença nata entre as raças. A pesquisadora Maria Quaglino descreve-nos seus ideais eugenistas:

Defendia ele (Le Bon) que as raças humanas evoluíam de forma desigual e muitas desapareceriam, pois apenas as mais aptas ou fortes sobreviveriam. Dizia ele: “as raças inferiores desaparecem rapidamente ao contato com as raças superiores (...) e o resultado final é [que] uma raça bem dotada toma o lugar da que era menos”. Embora admitisse a miscigenação entre raças “semelhantes”, desaconselhava o “cruzamento” de raças muito “desiguais” como “os Europeus e os Negros ou os Australianos, pois, [com os cruzamentos] mantém a raça inferior, que melhora muito pouco, e finalmente, depois de algumas gerações, a raça superior terá decaído consideravelmente.”³⁶¹

Nesse sentido, comprova-se uma numerosa e variada junção de saberes na conformação do sentido que a eugenia possuía para alguns médicos. Ao unir a prática de combate ao analfabetismo e a ignorância nos moldes do que era pregado por Neiva e Penna com os preceitos eugenistas presentes em trabalhos como o do francês Le Bon, profissionais como Antônio Gonzaga mesclaram saberes contradizentes conformando-os à realidade em que se encontravam. Portanto, representavam a eugenia como um sinônimo da higiene e da educação, em uma prática que, como afirma Roger Chartier, é socialmente determinada.

Chartier afirma que ao buscarmos saber como os atores sociais dão sentido às suas práticas, devemos levar em conta além da capacidade inventiva dos mesmos, as restrições e conveniências que as limitam.³⁶² Sendo assim, se avaliarmos que para a maioria dos eugenistas era necessário afirmar que o progresso paranaense e brasileiro era possível e que a raça não era mais considerada um entrave, apresentar a eugenia como parte de medidas consideravelmente alcançáveis respondia às demandas daquele contexto.

Seguindo também essa tendência, outros médicos paranaenses demonstraram a simpatia pela higiene e pelo sanitarismo e utilizaram a *RMP* para expressar seus posicionamentos e compartilhá-los com seus pares. A apresentação

³⁶¹ QUAGLINO, M. A. Noções de raça e eugenia em Monteiro Lobato: vida e obra. In: **XI Encontro Regional de História ANPUH-RJ – Tema Democracia e Conflito (2004)**. Disponível em: <<http://www.rj.anpuh.org/Anais/2004>> Acesso em 19/03/2009.

³⁶² CHARTIER, R. A história entre a narrativa e o conhecimento. In: **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 91.

da higiene como uma ciência que possibilitaria reverter a degeneração através de ações de saneamento e educação está presente no seguinte trecho:

Si em outros países a educação higiênica tem sido encarada com carinho, em nosso país a sua importância é incalculável. O nosso grande problema nacional consiste na educação e na Higiene. “Ensino e Higiene”, diz o dr. Miguel Couto, são o mesmo e os nossos patrícios mergulhados nos sertões do Brasil não podem permanecer no desamparo dos poderes públicos, no que concerne a saúde do corpo que, na frase inglesa é a maior fortuna, nem quanto a da alma, que os eleva às condições de homens e os torna úteis a si mesmos e as gerações futuras.³⁶³

A vontade de disseminar ideais eugenistas contribuiu para que a eugenia e a higiene fossem termos cujos conceitos confundiram-se entre si, pelo menos na fala daqueles que discutiram os meios para proporcionar o aperfeiçoamento da sociedade brasileira. Não parecia haver – ou não se desejava ter – a percepção de uma incompatibilidade dos ideais de aprimoramento do ser humano (eugenia) com os ideais de regeneração nacional (práticas higiênicas).

Nesse sentido, a historiadora Vera Regina Marques afirma que nessa época eram muito pertinentes as relações estabelecidas pelas pessoas entre eugenia/saneamento e higiene/educação “uma vez que desfocavam o eixo do pensamento racista de suas características autoritárias para colorir-la de atributos que expressassem o espírito da época”.³⁶⁴ Além disso, meio-ambiente e educação não costumavam ser fatores separados pela maioria dos eugenistas brasileiros, possibilitando com isso muitas iniciativas de reforma sanitária como formas de melhoria da aptidão hereditária, logo, eugênicas.

As prescrições higienizadoras elaboradas pelos médicos, fortalecidas pelo impulso científico daquele momento, embasavam assim uma campanha pela educação, saúde e civilidade.³⁶⁵ Vista por muitos médicos como uma saída à degeneração que assolava a nação, a higiene:

³⁶³ **Revista Médica do Paraná.** Anno IV, n.1. Dezembro de 1934, p. 17.

³⁶⁴ MARQUES, V. R. B. **A medicalização da raça:** médicos, educadores e discurso eugênico. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1994, p. 62.

³⁶⁵ ROCHA, H. H. P. Higiene em imagens: os impressos e a propaganda de novos modos de viver. **Revista Portuguesa de Pedagogia.** 2003a, ano 37- 2, p. 185-201.

[...] seria modeladora de novos saberes e cidadãos, instrumentos necessários à construção da nação brasileira. A medicalização da infância e a intervenção nas possíveis degenerações aconteceriam por meios de prescrições médicas e campanhas em prol da educação higienista, possibilitando a transposição dos bons hábitos adquiridos na escola à vida doméstica, proporcionando, enfim, o saneamento nacional.³⁶⁶

Segundo Larocca, os médicos paranaenses instauraram uma cruzada higienista nesse contexto, pois “ao se reconhecerem como porta-vozes da ciência, especificamente da higiene”, atuaram “sobre a contenção dos considerados flagelos brasileiros, bem como na regeneração nacional”.³⁶⁷

O médico Carmeliano de Miranda escreveria na Revista Médica em fevereiro de 1932 sobre a urgência de novas atitudes a fim de eugenizar a população do Paraná no artigo intitulado “O Saneamento do litoral”:

As pessimas condições sanitárias das habitações, a convivência entre seres doentes sem recursos e sem a mínima prevenção a par com deficiências de alimentação, as agruras do clima, da escassez de meios de vida concorrem para depauperar os organismos [...] Vemos dum lado uma população assolada por doenças, doutro lado a miséria dessas multidões, que as inibe da mais rudimentar defesa contra sua própria degradação fisiológica. Sem uma providência nesse sentido, a eficiência dos habitantes tende a diminuir, com imediato reflexo na sua produtividade e, portanto, na riqueza municipal.³⁶⁸

O panorama clamava por soluções imediatas. “Sendo grande o número de pessoas atacadas de verminoses e impaludismo”³⁶⁹, endemias prevaletes no litoral paranaense na época, era necessário sanear os males que subjugavam a população e impediam-na de galgar a condição de civilização.

Segundo o mesmo médico, “a cura e eugeniização populares”³⁷⁰ só seriam alcançadas por meio da assistência médica e da instituição de medidas de higiene e

³⁶⁶ MARQUES, V. R. B. **A medicalização da raça**: médicos, educadores e discurso eugênico. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1994, p. 99-106.

³⁶⁷ LARocca, L. M. **Higienizar, Cuidar e Civilizar**: O discurso médico para a escola paranaense (1886-1947). 252 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009, p.140.

³⁶⁸ **Revista Médica do Paraná**. Anno II, n. 3, fev. 1932, p. 80-3.

³⁶⁹ **Revista Médica do Paraná**. Anno II, n. 3, fev. 1932, p. 80-3.

³⁷⁰ **Revista Médica do Paraná**. Anno II, n. 3, fev. 1932, p. 80-3.

educação da população. Nos comentários de Miranda, percebemos novamente que a relação entre saneamento, doenças, eugenia e civilização foram o foco dos higienistas paranaenses.

Apontando as más condições de moradia e a falta de acesso às políticas sanitárias, bem como a pobreza e as epidemias que assolavam essa população, o médico paranaense descreve um cenário preocupante do qual a civilização não pode emergir. De forma semelhante ao que descrevia Antônio Gonzaga, Carmeliano de Miranda afirmava que sem o tratamento das doenças e a implantação de medidas sanitárias a “eugenização” não era possível.

Se levarmos em conta o que o médico elencava como práticas eugenistas, veremos uma vez mais a mescla de ações que definem a eugenia como sinônimo de higiene para esses profissionais. Miranda engloba dentro das medidas eugenistas desde o combate às doenças até a educação da população, reafirmando essa modalidade de uso da eugenia por parte dos médicos do estado.

Nessa época, mais que propiciar saúde, a higiene e a educação poderiam alçar as pessoas em condições tais “que as suas energias se não desviem nem esmoreçam, que a sua contribuição econômica e social seja propícia”³⁷¹, permitindo que a civilidade fosse definitivamente alcançada.

Como vimos no texto de Miranda, outra ferramenta importante para a “eugenização” popular era a educação sobre a higiene. Assim, a estruturação de um programa de educação sanitária no estado do Paraná era mais uma das armas contra o atraso e a decadência, sendo que muitas foram as intervenções sobre esse aspecto presentes na publicação paranaense.

Em visita à capital do estado, o diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública, o professor João Barros Barreto, discursou sobre normas para a organização da saúde pública no Paraná. Almejando disseminar hábitos saudáveis por meio da educação higiênica, Barreto publicou:

Uma outra actividade de carácter central [...] é a educação sanitária. Factor de alta monta no desenvolvimento dos serviços de saúde, porque divulga conhecimentos de hygiene, faz conhecidos os propositos o objectivos dos

³⁷¹ **Revista Medica do Paraná.** Anno III, n. 1, dez. 1933, p. 14.

programmas a serem postos em pratica, consegue a confiança e o apoio de publico.³⁷²

Nota-se nas palavras de Barreto a importância dada à educação sobre higiene. Informar sobre as medidas que eram colocadas em prática, assim como disseminar esses conhecimentos à população, além de combater o atraso social, auxiliaria na aceitação de tais ações. O compromisso de assegurar o bem-estar dos cidadãos, cuidar da sua descendência e proteger sua saúde – inclusive por meio de sua formação – não deveria ser exclusivo dos médicos.

As prescrições médicas seriam o caminho principal, mas a responsabilidade de melhorar as condições de vida era função de toda a sociedade paranaense. Apenas afastar e segregar os “perigosos”, como no caso dos leprosos, por exemplo, não seria garantia contra a decadência ou via única para civilização. “A assistência sanitária, efetivada também por meio da educação, deveria estender sua proteção a todos os cidadãos – doentes ou não”.³⁷³

Indo ao encontro dessa necessidade de divulgar os preceitos higiênicos, o médico Dirceu de Lacerda divulgou na Rádio Club Paranaense a palestra “Higiene doméstica”, que segundo ele “representa a solidariedade da grande classe médica á grande iniciativa da saúde pública – educar o povo [...]”.³⁷⁴ Abordando temas como a limpeza do quintal ou a admissão de uma empregada doméstica, na qual “é indispensável exigir como garantia a sua carteira de saúde”³⁷⁵, Lacerda empenhava-se em doutrinar seus ouvintes.

Essas preocupações, claro, deveriam ser seguidas em busca do progresso, pois, segundo a percepção da época, “todos os anseios do homem resumem-se nesse ideal. Todos os seus esforços, todas as suas energias, todos os seus anhelos convergem para a realização do sonho alcandorado”.³⁷⁶

³⁷² **Revista Medica do Paraná.** Anno VI, n.9, out. 1937, p. 373.

³⁷³ LAROCCA, L. M. **Higienizar, Cuidar e Civilizar:** O discurso médico para a escola paranaense (1886-1947). 252 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009, p.186.

³⁷⁴ **Revista Medica do Paraná.** Anno VI, n.8, ago. 1937, p. 352.

³⁷⁵ **Revista Medica do Paraná.** Anno VI, n.8, ago. 1937, p. 348.

³⁷⁶ **Revista Medica do Paraná.** Anno VII, n.5, mai. 1938, p. 206.

Assim, a higiene deixava de ser apenas um saber acadêmico para se transformar em um conhecimento a ser adquirido por todas as pessoas. Em nome da “grandeza da pátria”, um sem número de medidas educativas ligadas ao melhoramento do paranaense foi disseminado pelo discurso dos médicos do estado.

O doutor Milton Munhoz, que, como já vimos, assumiu uma postura em defesa da Higiene a partir da década de 1930, também abordou o binômio “higiene-educação” nas páginas da *RMP*. Na intenção de formar uma consciência sanitária, Munhoz salientou que de nada valiam leis, regulamentos ou multas se as pessoas não compreendessem o verdadeiro objetivo das medidas adotadas pelos médicos e governantes. Em sua opinião, a aquisição de hábitos saudáveis é o que levaria à compreensão sobre as normatizações higiênicas.

Deixando para trás os ideais eugenistas mais drásticos que um dia defendera em seus trabalhos, Munhoz passou a elencar a higiene como a mais efetiva solução para as mazelas nacionais. Na ocasião da formatura dos dentistas da turma de 1938, afirmou:

Saúde e educação constituem os máximos anseios nacionais, já tantas vezes proclamados pelos nossos mais eminentes homens públicos e centenas de vezes repetidos aos quatro cantos do país. É, portanto das mais valiosas e oportunas a contribuição da Higiene não só para desfazer as inverdades correntes como, e sobretudo, para esclarecer a conduta dos responsáveis pelo nosso futuro.³⁷⁷

Como se lê na afirmativa de Munhoz, a higiene constituiria valiosa alternativa na desconstrução de alguns paradigmas, como o que afirmava ser a raça brasileira uma raça inferior basicamente por sua constituição genética. Sendo assim, podemos afirmar que as representações da eugenia feitas por Munhoz durante o período em que analisamos seus trabalhos foram bastante modificadas.

Se, como vimos ao analisar suas teses no ano de 1929, ele chegou a indicar medidas de eugenia negativa como a esterilização no combate à “herança mórbida” e até mesmo comparou os seres humanos às galinhas – que quando não são perfeitas vão para a panela – no ano de 1939, suas impressões eram diferentes. Até esse momento, mesmo usando a higiene como fator eugenizador em muitas

³⁷⁷ **Revista Medica do Paraná.** Anno VIII, n.1 , dez. 1938, p. 77.

oportunidades, Munhoz demonstrava uma afeição às práticas de eugenia negativa, como no caso do debate sobre o exame pré-nupcial.

De modo diferente e incisivo, nesse último texto, Munhoz não só elencou a saúde e a educação como as práticas higienistas que seriam responsáveis pelo bom futuro da população, como também as utilizou para criticar os que propunham o contrário. Nesse sentido, retomamos Chartier, para o qual os textos, as obras e demais produções científicas são produtos dotados de significados não universais, que estão sujeitos a usos diferenciados ou inesperados. Segundo o historiador francês:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.³⁷⁸

Talvez não tenha sido mera coincidência. O ideal eugênico era lugar comum nos discursos higienistas, mas as práticas tidas como mais invasivas receberam duras críticas durante as décadas de 1920 e 1930 no Brasil, recebendo pouco apoio das classes médica e política em geral. Na posição de editor-chefe de uma publicação importante como a *RMP*, continuar defendendo essa modalidade da eugenia poderia ser temerário, e não podemos descartar a possibilidade de Munhoz ter realmente mudado sua interpretação sobre as possíveis causas do atraso nacional.

Em contrapartida, os tão alarmantes “flagellos nacionais”, apontados por Belisário Penna, continuavam presentes, e o conhecimento científico da época imputava à eugeniação por meio da higiene o caminho para a solução de boa parte dos problemas nacionais.

Sendo assim, investir na eugenia travestida em ações de higiene e educação passou a ser a solução encontrada. Evitar o nascimento de doentes e degenerados, bem como os desafios para a implementação dessas ações foram

³⁷⁸ CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990, p. 17.

então o caminho apontado para a redenção do país, as quais se intensificaram no Paraná da década de 1930.³⁷⁹

A postura de Munhoz nesse último texto, bem como a de tantos outros médicos paranaenses que publicaram suas leituras da eugenia nas páginas da *RMP*, aponta para sua adequação ao momento histórico vivido. Ao analisar essa adaptação de práticas e conceitos no Brasil, o historiador Éder Silveira nos escreve que:

A réplica do eugenismo-higienismo no Brasil, na medida em réplica não é apenas uma cópia, mas a produção de uma nova dobra (*pli* em francês), de um novo processo de subjetivação, mostrou-se diversa daquela criada nas primeiras reflexões sobre a eugenia [...].³⁸⁰

Ainda nesse sentido, percebe-se uma necessidade de contrariar a ideia de que seria impossível uma regeneração da população. Essa parcela da classe médica paranaense, que por sinal era maioria³⁸¹, utilizaria assim a higiene como prática eugenista a fim de transformar o preocupante quadro social vigente. Agindo e discursando dessa forma, eles lançavam um olhar de otimismo na recuperação da sociedade paranaense.

Concordando e emprestando as palavras de Silveira mais uma vez, concluímos que para importante parcela dos médicos do Paraná aos moldes do que ocorrera em grande parte do Brasil, a eugenia, atuando intimamente ligada à higiene, “promoveria uma leitura de reabilitação e reintegração do brasileiro, povo que devia ser “curado” para que pudesse ser integrado ao curso do progresso material da nação”.³⁸²

³⁷⁹ LAROCCA, L. M. **Higienizar, Cuidar e Civilizar**: O discurso médico para a escola paranaense (1886-1947). 252 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009, p.206.

³⁸⁰ SILVEIRA, É. **A cura da raça**: eugenia e higienismo no discurso médico sul-rio-grandense nas primeiras décadas do século XX. Passo Fundo: Editora Universitária de Passo Fundo, 2005, p. 90.

³⁸¹ Levando em conta o número de textos publicados na *RMP*.

³⁸² SILVEIRA, É. *Op. Cit*, p. 90.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, o movimento eugenista ganhou força a partir do final do século XIX e início do século XX, tendo como berço a Europa e os Estados Unidos. Baseada no chamado racismo científico, a eugenia representava a promoção do elemento branco, visto como um tipo racial superior, em detrimento aos seres humanos considerados inferiores e degenerados, os quais deveriam deixar de existir para o bem da humanidade.

Assunto de grande abrangência, a eugenia esteve presente na pauta de discussões de todo o mundo ocidental. Em nosso país, foi tema de variados debates e encontrou espaço para ampla divulgação, sobretudo nas grandes cidades. Entretanto, as práticas eugenistas discutidas e praticadas no Brasil possuíram peculiaridades, sendo muitas vezes pensadas e viabilizadas de forma distinta da sua proposta inicial. Cientistas e médicos participaram dessa discussão e apresentaram alternativas para a implementação da eugenia no país.

No Paraná também houve discussões sobre raças inferiores e superiores, decadência e progresso, civilização e barbárie, sendo que tais debates repercutiram nas publicações médicas do estado até a década de 1940.

Ao longo dessa dissertação, discutimos o contexto em que se deu o nascimento da eugenia, seus idealizadores e as contribuições de Francis Galton, considerado como o principal autor por trás desse modelo de pensamento.

Realçamos a análise de como o Brasil era pensado e discutido durante a passagem do XIX às décadas iniciais do século XX. Nesse aspecto, analisamos a importância dada ao conceito de progresso na época, o qual seria responsável pela inserção do país no seleto grupo das nações ditas “civilizadas”.

Se atualmente o conceito de progresso é violentamente criticado por historiadores como Jörn Rüsen³⁸³, nesse momento histórico ele era visto como o caminho inequívoco rumo à perfectibilidade humana. O produto dessa visão de

³⁸³ Rüsen menciona que “é inquestionável que as necessidades de orientação histórica do presente se caracterizam por uma crise da modernização, a qual proíbe que o pensamento histórico seja ingenuamente orientado pela idéia do progresso”. RÜSEN, Jörn. **História viva – Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007, p.118.

progresso, somado à noção de tempo linear contínuo, revelava-se em uma narrativa na qual a ciência era evidenciada como personagem principal no combate contra todos os tipos de irracionalismo, atraso e barbárie.

Sendo assim, percebemos que alcançar o progresso e a civilização foi o marco orientador de grande parcela da elite nacional, sendo que esse objetivo seria alcançado pela construção de um novo brasileiro, substrato para um país viável. Nesse sentido, demonstramos que o progresso a ser conquistado estava atrelado à constituição de um povo que apresentasse traços civilizatórios e raciais “superiores”, condizentes com esse novo tempo.

Em seguida, tratamos especificamente sobre o contexto paranaense, estado brasileiro que também demonstrou interesse pelo discurso civilizador e regenerador da eugenia. A necessidade de uma identidade própria ao paranaense contribuiu para a disseminação de um ideal europeizado, no qual agentes diversos apresentavam suas propostas para a construção de um Paraná idealizado.

Nesse contexto, inicialmente vimos a preocupação com a falta de ocupação do território e com a presença do negro e do mulato na população paranaense, situação que elegeu a imigração europeia do final do XIX e início do XX como possível via de salvação. Em seguida, estudamos a readequação do discurso a uma perspectiva centrada no combate aos “venenos raciais”, que passariam, a partir da década de 1910, a ser proclamados como os grandes responsáveis pelo atraso social vigente no estado.

Aqui percebemos uma modificação no sentido da eugenia, a qual passou a ter seu foco principal de ação direcionado ao combate das doenças. Nessa nova perspectiva, havia a possibilidade da regeneração, na medida em que as enfermidades eram transitórias. Dessa forma, vários pensadores nacionais buscaram desconstruir a crença na condenação perpétua ao atraso que o fator racial significava.

A partir desse momento, o Paraná foi alvo de um processo civilizador baseado, sobretudo, no combate às doenças e aos maus hábitos da população. Em uma região marcada por estatísticas de saúde nada animadoras, higienizar e sanear espaços e pessoas se fazia urgente, e a intervenção feita pelos médicos do estado

constituiu a principal ferramenta desse processo. Para Larocca³⁸⁴, os “médicos paranaenses se conformaram como agentes difusores da ciência e valorizaram o potencial do higienismo como estratégia civilizadora”.

Buscando perceber as nuances desse discurso que tratava das formas pelas quais seria possível regenerar o paranaense, recorreremos às teses do higienista Milton de Macedo Munhoz, personagem representativo daquele momento. Como professor da Faculdade de Medicina, fundador da Associação Médica do Estado e diretor da Revista Médica do Paraná entre os anos de 1931 a 1940, Munhoz destacou-se entre os eugenistas paranaenses e contribuiu para que os trabalhos sobre o tema estivessem presentes na publicação.

Figura central nos debates sobre a eugenia e a higiene no Paraná, Munhoz caracterizou-se por defender diferentes pontos de vista durante o período estudado. Simpatizante das práticas de eugenia negativa durante a década de 1920, ao longo do período em que esteve na diretoria da *RMP* ele se mostrou bastante titubeante sobre a questão eugenista.

Ora comparando seres humanos às galinhas que quando não são saudáveis vão para a panela, ora criticando aqueles que culpavam a raça pelo atraso social do país, Munhoz se apresentou como uma espécie de contradição de Renato Kehl, personagem símbolo da eugenia no Brasil. Enquanto o último encrudesceu suas ações na década de 1930, o primeiro abrandou sua visão e aderiu ao movimento higienista que buscou salvar o brasileiro combatendo as doenças que o ameaçavam.

Além disso, detivemo-nos na análise dos artigos sobre a eugenia presentes na Revista Médica do Paraná, uma das principais publicações médicas do período. Nela procuramos observar e discutir como a eugenia e seus desdobramentos, a saber, o controle dos casamentos, a higiene, a educação sanitária e o combate aos flagelos sociais, foram propalados por seus defensores como medidas capazes de regenerar a população paranaense e, com isso, auxiliar no progresso da nação.

Confirmando nossa hipótese, o estudo das prescrições publicadas na *RMP* possibilitou-nos afirmar que a eugenia ocupou papel importante nas discussões sobre as condições de vida do paranaense, estando presente nos ideais daqueles

³⁸⁴ LAROCCA, L. M. **Higienizar, Cuidar e Civilizar**: O discurso médico para a escola paranaense (1886-1947). 252 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009, p. 218.

que almejavam “modernizar” o estado. Pudemos notar também que os profissionais de medicina produziram representações diversas acerca da eugenia.

Nas páginas da *RMP*, apesar da prevalência de uso da eugenia como conceito que se confundia com medidas de higiene, também publicaram-se trabalhos que debateram a eugenia mais próxima à sua matriz europeia. Acreditamos que essa diversidade de representações foi reflexo das diferentes leituras realizadas e influências sofridas³⁸⁵ pelos médicos paranaenses, bem como das diferentes teorias que tratavam da realidade nacional.

A eugenia positiva, caracterizada por incentivar a reprodução dos considerados adequados; a eugenia negativa, que buscava controlar ou impedir a reprodução dos degenerados e a eugenia preventiva, responsável pelo combate aos venenos raciais foram discutidas no periódico.

Baseado nos conceitos de Roger Chartier³⁸⁶ pode-se afirmar que as representações dos médicos sobre a eugenia variaram em conformidade com suas necessidades e suas possibilidades. Assim sendo, ressaltamos que a manifestação feita por cada médico era dotada de uma coerência particular, pois, mesmo constituindo um grupo em torno da *RMP*, cada profissional possuía trajetória própria e interesses particulares.

Por fim, concluímos que a eugenia figurou nos debates sobre o futuro do estado e do país durante o período estudado e ocupou relevante papel nos seus meios científicos. Produto de fatores políticos, institucionais e culturais particulares do momento histórico e do local onde foi usada, a eugenia paranaense apresentou-se matizada, com contornos diferentes dos que apresentava em outros países.

Longe de pretender esgotar o assunto, essa dissertação procurou ser mais uma contribuição para os estudos históricos sobre o uso da eugenia no Brasil, elegendo o Paraná como objeto privilegiado de análise. Buscando evidenciar os diferentes usos da eugenia feitos por médicos do estado, procuramos chamar a atenção para problemas atuais como o uso do conhecimento para justificar a

³⁸⁵ Como discutido no capítulo 3, trabalhos de diferentes eugenistas fizeram parte das referências bibliográficas dos médicos paranaenses. Dentre eles podemos citar Gustave Le Bon, Arthur de Gobineau, Adolph Pinard e os brasileiros Tavares Filho e Renato Kehl.

³⁸⁶ CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990, p. 16-17.

intolerância, o racismo, o preconceito e a segregação racial. Ademais, ao ser alvo de crítica ou de incentivo, ela pode ser encarada como uma ferramenta de motivação a outros pesquisadores que se interessam pela história da eugenia.

FONTES

MUNHOZ, M. M. **A educação sexual nas escolas.** These sorteada para o concurso á cathedra de Hygiene da Faculdade de Medicina do Paraná. Curityba, 1929.

_____. **A importância da hygiene mental.** These de livre escolha para o concurso á cathedra de Hygiene da Faculdade de Medicina do Paraná. Curityba, 1929.

Revista Médica do Paraná. (1931-1940).

REFERÊNCIAS

AMARAL, M. C. Mulheres, imprensa e higiene: a medicalização do parto na Bahia (1910-1927). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, vol. 15(4): out.-dez. 2008.

Ancestry of Francis Galton. Disponível em <www.galton.org>. Acesso em 25/01/2011.

AZEVEDO, C. M. M. **Onda negra medo branco**: o negro no imaginário das elites do século XIX. São Paulo: Annablume, 2004.

BENCHIMOL, J. L. **Dos micróbios aos mosquitos**. Febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz; Ed. UFRJ, 1999.

BERTUCCI, L. M. **Influenza, a medicina enferma**: ciências e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

_____. A tese da construção do 'povo brasileiro' nos anos 1910. In: XIX Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão. Setor de Educação - UFPR, 2005, Curitiba. **Anais XIX Semana de Ensino Pesquisa e Extensão**. Curitiba : SE-UFPR, 2005. v. 1.

_____. Forjar o povo, construir a nação: ciência médica e saúde pública no Brasil. In: CARBÓ, E. R., VARGAS, H. M., MARTÍN, P. S. (orgs). **La integración del territorio en una idea de Estado. México y Brasil, 1821-1946**. Ciudad do México: IG/UNAM, Instituto Mora, 2007.

BLACK, E. **A Guerra contra os fracos**. São Paulo: A Girafa Editora, 2003.

BLOCH, M. **Apologia da História, ou, O ofício do historiador**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2001.

BRAIT, B. (Org.). **O sertão e os sertões**. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

BRANNSTROM, C. A Fundação Rockefeller e a campanha de erradicação da ancilostomíase em São Paulo (1917-1926). **Revista de História Regional** 15(2): 10-48, Inverno, 2010.

BRITES, O. Infância, higiene e saúde na propaganda (usos e abusos nos anos 30 a 50). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, vol. 20(39): 2000.

CABRAL, D. A lepra e os novos referenciais da medicina brasileira no final do século XIX. In: NASCIMENTO, D. R.; CARVALHO, D. M; MARQUES R. C. (orgs). **Uma história brasileira das doenças**. Rio de Janeiro, Mauad X, 2006.

Carl Friedrich Philipp von Martius. Disponível em <http://www.botanischestaatssammlung.de/collectors/martius.html>. Acesso em 03/03/2011.

CARNEIRO, D. **História Psicológica do Paraná**. Curitiba: Dicesar Plaisant, 1943.

CARNEIRO, M. L. T. **O Anti-Semitismo na Era Vargas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

CARRARA, S. **Tributo a Vênus**: a luta contra a sífilis no Brasil da passagem do século aos anos 40. Rio de Janeiro, Fiocruz, 1996.

_____; CARVALHO, M. A sífilis e o *aggiornamento* do organicismo na psiquiatria brasileira: notas a uma lição do doutor Ulysses Vianna. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, vol. 17(2): 391-399, dez. 2010.

CASTAÑEDA, L. A. Eugenia e casamento. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, vol. 10(3), p. 901-30, set.-dez. 2003.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

_____. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, L. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. "Escutar os mortos com os olhos". **Estudos Avançados**, 2010, vol.24, n. 69.

CINTRA, E. P. U. **"Scientia et labor" no "Palácio de Luz"**: A institucionalização da ciência médica e a faculdade de Medicina do Paraná. 250 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

CRUZ, A. L. B da; LEANDRO, J. A. Cidade, Ciência e Modernidade. IN: CHAVES, N. B. **Medicina em Ponta Grossa**: histórias da associação médica. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2006.

CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

CUNHA, E. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Livraria Laemmert, 1902. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000153.pdf>

CZERESNIA, D. **Do contágio à transmissão**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1997.

DARWIN, C. & BURKHARDT, F. **As cartas de Charles Darwin**: uma seleta, 1825-1859. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

DE LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo; Contexto, 2005.

_____. **Revista do Brasil**. Um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: UNESP, 1998.

DEL PRIORE, M. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. **Topoi**, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009.

DIWAN, P. **Raça Pura**: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007.

DUPAS, G. **O mito do progresso**; ou o progresso como ideologia. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global Editora, 2007.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**. São Paulo: Global Editora, 2006.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HERMAN, A. **La idea de decadencia en la historia occidental**, Barcelona, Andrés Bello Española, 1998.

HERMANN, J. Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FERREIRA, J. & DELGADO, L. **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente**. vol. 1, 2ª Ed. Civilização Brasileira: 2006.

HERSCHMANN, M. M.; PEREIRA, C. A. M. **A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOBBSAWM, E. J. **A Era do Capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. **A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, O. As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional. São Paulo: Difel, 1962. In: WACHOWICZ, **História do Paraná**, 2. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG 2010, p. 168.

IURKIV, J. E. Romário Martins e a historiografia paranaense. **Revista da Educação**, p. 123-132, vol. 2, nº 2, jul/dez. 2002.

KOBAYASHI, E.; FARIA, L.; COSTA, M. C. da. Eugenia e Fundação Rockefeller no Brasil: a saúde como proposta de regeneração nacional. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 22, p. 314-351, jul./dez. 2009.

KOSELLECK, R. **Futuro Presente: contribuições à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2006.

LAROCCA, L. M. **Higienizar, Cuidar e Civilizar: O discurso médico para a escola paranaense (1886-1947)**. 252 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

LIMA, N. T. & HOCHMAN, G. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da primeira República. In: MAIO, M. C. & SANTOS, Ricardo. V. (coord.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996.

LOBATO, M. **O presidente negro**. São Paulo: Globo: 2008.

MACHADO, R. ET ALL. **Da (na)ção da norma**. Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MAGNOLI, D. **Uma gota de sangue**: história do pensamento racial. São Paulo: Contexto, 2009.

MAIO, M. C. A medicina de Nina Rodrigues: Análise de uma trajetória científica. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 226-237, abr./jun. 1995.

MARQUES, V. R. B. **A medicalização da raça**: médicos, educadores e discurso eugênico. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1994.

_____; FARIAS, F. C. Façamos dessa gente um elemento seguro do nosso progresso material e moral: a inspeção médico-escolar no Paraná dos anos 1920. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v.26, n.01, abr. 2010.

MASIERO, A. L. A Psicologia Racial no Brasil (1918-1929). **Estudos de Psicologia**, p.199-206, 2005.

MIRANDA DE SÁ, D. **A ciência como profissão**: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895- 1935). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

MOTA, A. **Quem é bom já nasce feito**: sanitário e eugenia no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NADALIN, S. O. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. Curitiba: SEED, 2001.

NAXARA, M. R. C **Estrangeiro em sua própria terra**: representações do brasileiro, 1870-1920. São Paulo: Annablume, 1998.

NEIVA, A.; PENNA, B. **Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás (1916)**. Ed. Fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1999.

NETTO, Fernando F. **População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX**. 2005. 394 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

NEVES, M. S. Os Cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, J. & DELGADO, L. **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente**. vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ODALIA, N. A Liberdade como Meta Coletiva. In: **História da Cidadania**. Organização Jaime Pinsky e Carla B. Pinsky. São Paulo: Contexto, 2003.

PALMA, H. **Gobernar es seleccionar. Apuntes sobre la eugenesia**, Buenos Aires, J. Baudino Ediciones, 2002.

PARK, M. B. De Jeca Tatu à Zé Brasil: a possível cura da raça brasileira. **Estudos Sociedade e Agricultura**, nº 13, p.143-150, outubro 1999.

PEREIRA, M. R. M. **Semeando iras rumo ao progresso**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996.

PONTE, Carlos; KROPF, Simone P.; LIMA, Nísia, T. O sanitarismo (re)descobre o Brasil. Carlos Fidelis Ponte; Ialê Falleiros. (Org.). **Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história**. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz; Escola Politécnica de Saúde - Fiocruz, 2010. Disponível em: <http://observatoriohistoria.coc.fiocruz.br/php/level.php?lang=pt&component=37&item=7>

QUAGLINO, M. A. Noções de raça e eugenia em Monteiro Lobato: vida e obra. In: **XI Encontro Regional de História ANPUH-RJ – Tema Democracia e Conflito (2004)**. Disponível em: <<http://www.rj.anpuh.org/Anais/2004> > Acesso em 19/03/2009.

REIS, J. C. **História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

REIS, J. R. F. '*De pequenino é que se torce o pepino: a infância nos programas eugênicos da Liga Brasileira de Higiene Mental*'. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, VII(1): 135-157, mar.-jun. 2000.

RESENDE, M. E. L. de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, J. & DELGADO, L. **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente**. vol. 1, 2ª Ed. Civilização Brasileira: 2006.

RODRIGUES, R. N. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1938. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/as-racas-humanas-e-a-responsabilidade-penal-no-brasil>

ROMERO, S. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: 1888. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000117.pdf>

RÜSEN, J. **História viva – Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

SEVCENKO, N. **O Renascimento**. 25.ed. rev. atual. São Paulo: Atual, 1999.

SEYFERTH, G. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, M. C. & SANTOS, R. V. (coord.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCLIAR, M. O exame pré-nupcial: um rito de passagem da Saúde Pública. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 13(3): 527-530, jul-set 1997.

SILVEIRA DA MOTA, C.C. A medicina preventiva na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná. In: COSTA, I. A; LIMA, E. C. **O ensino da medicina na Universidade Federal do Paraná**. Curitiba: Editora da UFPR, 1992.

SILVEIRA, É. **A cura da raça: eugenia e higienismo no discurso médico sul-riograndense nas primeiras décadas do século XX**. Passo Fundo: Editora Universitária de Passo Fundo; 2005.

SHEPPARD, D. de S.: 'A literatura médica brasileira sobre a peste branca: 1870-1940'. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, vol. VIII(1): 172-92, mar.-jun. 2001.

SKIDMORE, T. E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, V. S. Em nome da raça: a propaganda eugênica e as idéias de Renato Kehl nos anos 1910 e 1920. **Revista de História Regional**, nº 11(2): 29-70, Inverno, 2006.

_____. Limites e fronteiras da eugenia no Oeste dos Estados Unidos. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, vol. 14, n. 1, jan/mar. 2007

_____. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 146-166, jul /dez 2008.

_____. **A eugenia no Brasil**: ciência e pensamento social no movimento eugenista brasileiro do entre guerras, p. 4. Disponível em: <http://www.anpuh.uepg/xxiisimposio/anais/textos/Vanderlei%20Sebasti%C3%A3o%20de%20Souza.pdf>>. Acesso em: 28/04/2012.

STANCIK, M. A. Os Jecas do literato e do cientista: movimento eugênico, higienismo e racismo na Primeira República. **Publicatio UEPG Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes**. Ponta Grossa, nº 13(1) 45-62, junho 2005.

STEPAN, N. L. "A Eugenia no Brasil – 1917 a 1940". In: HOCHMAN, G. & ARMUS, D. (orgs). **Cuidar, Controlar, Curar**: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio: Editora Fiocruz, 2004.

_____. **A hora da eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

STEPHANOU, M. **Tratar e educar; discursos médicos nas primeiras décadas do século XX**. Tese de doutoramento. Programa de Pós-graduação em Educação. UFRS, Porto Alegre, v. 1 e 2 , 1999b, 303 f.

SUPLICY, H. L.; VEIGA, P. T. (Orgs.) **Milton de Macedo Munhoz**: uma vida para ser imitada e immortalizada. Curitiba: Fundação Santos Lima, 1988.

TEIXEIRA, L. A.: 'Da raça à doença em Casagrande e senzala'. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, IV(2): 231-243 jul.-out. 1997.

VELLOSO, M. P. O Modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, J. & DELGADO, L. **O Brasil Republicano**: o tempo do liberalismo excludente. vol. 1, 2ª Ed. Civilização Brasileira: 2006.

VICTOR, N. **A terra do futuro** (impressões do Paraná), 1913.

VILLA, M. A. **Canudos**. O povo da terra. São Paulo: Ática, 1995.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. 2 ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

WIEVIORKA, M. **O Racismo, uma introdução**. São Paulo: Perspectiva, 2007.